

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
CURSO DE GEOGRAFIA**

FRANCISCO JOSÉ GOMES DANTAS

**AS ÁREAS DE COBERTURA DAS EMISSORAS DE TV E
AS REGIÕES URBANAS DE SANTA CATARINA:
O CASO DA REDE INDEPENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO.**

FLORIANÓPOLIS - SC

2010

FRANCISCO JOSÉ GOMES DANTAS

**AS ÁREAS DE COBERTURA DAS EMISSORAS DE TV E
AS REGIÕES URBANAS DE SANTA CATARINA:
O CASO DA REDE INDEPENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Geografia da
UDESC como requisito parcial para a
obtenção de título de bacharel em
Geografia.

Orientadora: Profa. Msc. Maria Graciana
Espellet de Deus Vieira.

FLORIANÓPOLIS - SC

2010

FRANCISCO JOSÉ GOMES DANTAS

**AS ÁREAS DE COBERTURA DAS EMISSORAS DE TV E
AS REGIÕES URBANAS DE SANTA CATARINA:
O CASO DA REDE INDEPENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Geografia da UDESC como requisito parcial para a obtenção de título de bacharel em Geografia.

Banca Examinadora

Orientadora:

Profa. Msc. Maria Graciana Espellet de Deus Vieira.
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Membros:

Prof. Dr. Fábio Napoleão
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Profa. Dra. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e
Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Florianópolis - SC, (25/11/2010)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pelo dom de viver, pela capacidade de aprender e por chegar até aqui.

À minha família, em especial, a minha mãe Mariluce, que não mediu esforços para que eu pudesse estudar.

Aos meus amigos, em especial, Andutsa, Heron, Julia, Juliana e Laís.

À professora Maria Graciana Espellet de Deus Vieira, em primeiro lugar, por ter aceito me orientar, mas também pela escuta, disponibilidade e ensinamentos que contribuíram para que eu vencesse esta etapa.

Mais uma vez, à amiga e colega geógrafa Julia Cucco, pelo esmero na elaboração dos mapas.

Aos professores do Curso de Geografia da UDESC, principalmente, por propiciarem um olhar mais crítico e reflexivo sobre a natureza e sobre a sociedade.

A todos os professores com os quais tive a oportunidade de estudar durante a minha vida, por acreditarem no poder transformador da educação.

Aos colegas do Curso de Geografia, de diversas fases, com os quais pude conviver.

Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde fiz estágio e onde a proposta deste trabalho começou a amadurecer.

À Rede Independência de Comunicação (RIC) por fornecer o mapa e os dados relativos a sua área de cobertura em Santa Catarina.

Àqueles que realizaram trabalhos precedentes sobre a televisão catarinense, em especial, Moacir Pereira e Dulce Márcia Cruz. Sem esses estudos anteriores, este TCC perderia na capacidade de explicação da realidade televisiva atual do estado.

A todos que, de alguma maneira, contribuíram para que eu realizasse este Trabalho de Conclusão de Curso.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é um estudo de caso sobre a cobertura geográfica das emissoras de televisão da Rede Independência de Comunicação (RIC Record) em Santa Catarina. A rede, que começou a existir oficialmente no estado em 2008, na atualidade, possui sete geradoras de TV, nas seguintes cidades: Florianópolis, Joinville, Blumenau, Criciúma, Chapecó, Itajaí e Xanxerê. O trabalho busca identificar quais as relações existentes entre a localização das emissoras de TV da RIC no território catarinense e as regiões urbanas do estado, com base na categoria de formação sócio-espacial. Chega-se a conclusão de que a distribuição das emissoras de TV, de modo geral, no território de Santa Catarina, reflete, em parte, a organização sócio-espacial do estado. Além do critério técnico, os critérios populacional e econômico contribuíram para definir a localização das emissoras. As fontes utilizadas para a obtenção de informações foram materiais bibliográficos e eletrônicos (textos digitais e vídeos), bancos de dados (Sidra, do IBGE; e Siscom, da Anatel; por exemplo), consulta à empresa estudada, entre outras.

Palavras-chave: Televisão Aberta. Cobertura Geográfica. RIC Record. Santa Catarina. Regiões urbanas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Televisão em Santa Catarina – 1986.....	16
Figura 2: Redes de Televisão Aberta – Brasil – 2005	21
Figura 3: Rádio e Televisão em Santa Catarina – década de 1970.....	23
Figura 4: Espectro Eletromagnético.....	31
Figura 5: Modelo genérico de transmissão por micro-ondas.....	37
Figura 6: As duas grandes regiões de Santa Catarina.....	53
Figura 7: Zona de Influência das Cidades – Santa Catarina – 1966.....	58
Figura 8: Distribuição das geradoras de TV por municípios em SC.....	71
Figura 9: Evolução da Marca – Rede SC / RIC.....	80
Figura 10: Cobertura geográfica da RIC TV no Paraná.....	85
Figura 11: Sede da RIC Record em Florianópolis.....	95
Figura 12: Mapa de Cobertura da RIC Record em Santa Catarina.....	97
Figura 13: Mapa de Cobertura da RBS TV em Santa Catarina	98
Figura 14: Mapa de Cobertura da RIC Record Florianópolis.....	102
Figura 15: Mapa de Cobertura da RIC Record Joinville.....	105
Figura 16: Mapa de Cobertura da RIC Record Blumenau.....	107
Figura 17: Mapa de Cobertura da RIC Record Criciúma	109
Figura 18: Mapa de Cobertura da RIC Record Chapecó.....	111
Figura 19: Mapa de Cobertura da RIC Record Itajaí.....	113
Figura 20: Mapa de Cobertura da RIC Record Xanxerê.....	115
Quadro 1: Atividades de televisão aberta na CNAE.....	32
Quadro 2: Definições de estações radiodifusoras.....	48
Quadro 3: Definições de redes de televisão quanto ao alcance.....	48
Quadro 4: Artigo 1º do Projeto de Lei nº 256-E, de 1991.....	49
Quadro 5: Relação de entidades com outorga para serviço de televisão aberta em SC.....	68
Quadro 6: Relação das emissoras da RIC TV no Paraná.....	83
Quadro 7: Tipos de regionalização de Santa Catarina.....	131

LISTA DE TABELAS

<u>Tabela 1:</u> Cobertura da RBS TV em Santa Catarina.....	93
<u>Tabela 2:</u> Cobertura da RBS TV Florianópolis.....	94
<u>Tabela 3:</u> Cobertura da RIC Record em Santa Catarina.....	96
<u>Tabela 4:</u> População, PIB e nível de centralidade das cidades-sede de geradora da RIC em SC.....	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abert_ Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
Anatel_ Agência Nacional de Telecomunicações
CBT_ Código Brasileiro de Telecomunicações
CBV_ Central Barriga Verde de Comunicação
Contel_ Conselho Nacional de Telecomunicações
Dentel_ Departamento Nacional de Telecomunicações
IBGE_ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Minicom_ Ministério das Comunicações
PNAD_ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RBS_ Rede Brasil Sul
RIC_ Rede Independência de Comunicação
Regic_ Regiões de Influência das Cidades
SBT_ Sistema Brasileiro de Televisão
SCC_ Santa Catarina Comunicações
UFSC_ Universidade Federal de Santa Catarina
UDESC_ Universidade do Estado de Santa Catarina
VT_ Videoteipe

SUMÁRIO

	<u>INTRODUÇÃO.....</u>	09
1	<u>ESTUDOS SOBRE A TELEVISÃO NAS</u>	
	<u>ÁREAS DE GEOGRAFIA E DE COMUNICAÇÃO.....</u>	14
2	<u>O MEIO DE COMUNICAÇÃO TELEVISÃO.....</u>	26
2.1	<u>ORIGENS, FUNCIONAMENTO E DEFINIÇÕES.....</u>	28
2.2	<u>O MODELO DAS CONCESSÕES.....</u>	33
2.3	<u>ORGANIZAÇÃO DE UMA REDE DE TV ABERTA.....</u>	35
2.4	<u>A REDE RECORD.....</u>	42
2.5	<u>O LOCAL, O REGIONAL, O NACIONAL E O INTERNACIONAL.....</u>	46
3	<u>A TELEVISÃO NO ESPAÇO GEOGRÁFICO CATARINENSE.....</u>	52
3.1	<u>DOS PRIMÓRDIOS À ATUALIDADE.....</u>	56
3.2	<u>A TV DIGITAL EM SANTA CATARINA.....</u>	71
4	<u>HISTÓRICO DA REDE INDEPENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO.....</u>	73
4.1	<u>A RIC NO PARANÁ.....</u>	82
4.2	<u>IDENTIDADE REGIONAL.....</u>	85
4.3	<u>MONOPÓLIO OU OLIGOPÓLIO?.....</u>	88
5	<u>COBERTURA GEOGRÁFICA DA RIC RECORD EM SANTA CATARINA..</u>	93
5.1	<u>ÁREA DE COBERTURA E HISTÓRICO</u>	
	<u>DA RIC RECORD FLORIANÓPOLIS.....</u>	101
5.2	<u>ÁREA DE COBERTURA E HISTÓRICO DA RIC RECORD JOINVILLE.....</u>	104
5.3	<u>ÁREA DE COBERTURA E HISTÓRICO DA RIC RECORD BLUMENAU.....</u>	106
5.4	<u>ÁREA DE COBERTURA E HISTÓRICO DA RIC RECORD CRICIÚMA.....</u>	108
5.5	<u>ÁREA DE COBERTURA E HISTÓRICO DA RIC RECORD CHAPECÓ.....</u>	110
5.6	<u>ÁREA DE COBERTURA E HISTÓRICO DA RIC RECORD ITAJAÍ.....</u>	112
5.7	<u>ÁREA DE COBERTURA E HISTÓRICO DA RIC RECORD XANXERÊ.....</u>	114
5.8	<u>CRITÉRIOS PARA A DEFINIÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS EMISSORAS...</u>	116
6	<u>ÁREAS DE COBERTURA DA RIC RECORD E</u>	
	<u>AS REGIÕES URBANAS CATARINENSES.....</u>	122
	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	134
	<u>REFERÊNCIAS.....</u>	137

INTRODUÇÃO

Uma sociedade precisa para o seu pleno desenvolvimento de alguns serviços, como alimentação, saúde, moradia, educação, transportes e comunicações. A oferta de serviços em geral, como também de produtos, não ocorre de forma igualitária (nem aleatória) em um território, seja de um país, de um estado, ou mesmo de uma cidade. A disponibilidade dos serviços tende a refletir a organização sócio-espacial, a qual é, conforme Corrêa (2007), "expressão da produção material do homem, resultado de seu trabalho social. Como tal, refletirá as características do grupo que a criou" (p. 55).

Os setores econômicos são estudados por diversas ciências, entre elas a própria Economia, a Geografia, a História, entre outras, cada qual com um enfoque. "A realidade social é uma só e a cada ciência particular cabe o estudo de um dos seus aspectos". (SANTOS, 2002, p.19). Neste trabalho, pretende-se estudar o setor de televisão aberta, especificamente uma rede de TV catarinense, com destaque para a disposição das emissoras no território do estado. Para compreender a organização do setor televisivo no espaço geográfico de Santa Catarina, utiliza-se a categoria de análise "Formação Sócio-Espacial", proposta pelo geógrafo Milton Santos (1979). Assim, não basta somente entender a forma, o arranjo ou a disposição atual das emissoras de TV no estado, mas também as formações da sociedade e do espaço geográfico, que contribuíram para a organização (estrutura) do setor televisivo, e de outros setores, em Santa Catarina. Dessa forma, utiliza-se também as categorias de forma, função, estrutura e processo para buscar entender a televisão catarinense.

Nesse caso, a forma é o aspecto visível da disposição atual das emissoras no território catarinense, com os estúdios, as torres de transmissão, etc; a função são os papéis exercidos pelo meio de comunicação televisão (informar, entreter, integrar, entre outros); a estrutura diz respeito, por exemplo, à organização das emissoras em rede, tanto no âmbito estadual quanto nacional; a categoria de processo permeia as demais categorias, pois está ligada ao tempo, às transformações contínuas da estrutura no decorrer da história, as quais, por sua vez, podem interferir na forma e na função. Assim, ressalta-se a interligação entre essas quatro categorias analíticas

propostas por Milton Santos para a compreensão da organização espacial e sua evolução, nesse sentido, organização espacial como totalidade social espacializada (CORRÊA, 2007). Esta perspectiva de análise se concretiza através do desvendar da relação existente entre a localização das emissoras de TV e as formações regionais e urbanas catarinenses (MAMIGONIAN, 1966, 1986).

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um estudo de caso sobre a distribuição espacial das emissoras de televisão da Rede Independência de Comunicação (RIC Record) em Santa Catarina, a partir de 2008, ano em que a rede começa a atuar (com esse nome) no estado. O Grupo RIC pertence à família Petrelli, e existe no Paraná desde 1987 e em Santa Catarina desde 1989. O objetivo geral é descobrir quais as relações existentes entre a localização das emissoras de TV da RIC no território catarinense e as regiões urbanas do estado. Já os objetivos específicos são:

- _ Caracterizar o processo de transmissão de imagens e identificar a forma de organização de uma rede de televisão aberta;
- _ Apresentar um histórico da Rede Independência de Comunicação;
- _ Apresentar a cobertura geográfica das emissoras de TV da RIC em Santa Catarina;
- _ Correlacionar as cidades que possuem geradoras de televisão da RIC Record e as regiões urbanas catarinenses.

Desde logo, faz-se necessário esclarecer alguns termos que vão ser utilizados com frequência no decorrer deste trabalho.

Radiodifusão_ “é o serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (radiodifusão sonora) ou a transmissão de sons e imagens (televisão), destinado ao recebimento direto e livre pelo público”. (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES)¹.

Geradora de Televisão_ “é o conjunto de equipamentos, incluindo os acessórios, que realiza emissões portadoras de programas que têm origem em seus próprios estúdios”. (DECRETO 5.371/2005)².

Retransmissora de Televisão_ “é o conjunto de receptores e transmissores,

1 Fonte: <www.mc.gov.br/radiodifusao/tv/tv-comercial> Acesso: 18 nov. 2010.

2 Fonte: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/D5371.htm> Acesso: 18 nov. 2010.

incluindo equipamentos acessórios, capaz de captar sinais de sons e imagens e retransmiti-los, simultaneamente ou não, para recepção pelo público em geral". (Idem).

A pesquisa busca mostrar quais critérios predominam na escolha das cidades que vão receber uma geradora³ de TV, além de destacar as peculiaridades do setor televisivo em relação a outros setores econômicos. Parte-se, de início, com a hipótese de que a distribuição das emissoras no território catarinense reflete a organização social e espacial do estado.

"A comunicação não existe por si mesma, como algo separado da vida da sociedade. Sociedade e comunicação são uma coisa só. Não poderia existir comunicação sem sociedade, nem sociedade sem comunicação" (BORDENAVE, 1982, pp. 16 e 17).

A escolha da televisão como objeto de estudo deve-se à importância desse meio para a sociedade, tanto no contexto estadual quanto no nacional, visto que, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009, do IBGE, 95,7% dos domicílios do Brasil possuem televisores. Já em Santa Catarina essa porcentagem chega a 98,1% dos domicílios. Ainda segundo a pesquisa, 84,3% dos domicílios brasileiros possuem telefone, 87,9% têm rádio, 34,7% têm microcomputador e 27,4% têm microcomputador com acesso à internet. Também de acordo com a PNAD 2009, 90,7% dos domicílios catarinenses têm telefone, 92,9% possuem rádio e 47,4% têm microcomputador. Logo, a televisão ainda é o meio pelo qual a maior parte da população brasileira e catarinense busca informações.

Do ponto de vista econômico, de acordo com dados da Pesquisa Anual de Serviços – 2008, do IBGE, o setor de televisão aberta no Brasil obteve uma receita operacional líquida⁴ de mais de R\$ 12 bilhões, o que representa quase 69% da

3 Além dos conceitos oficiais, vale citar as definições de Cruz (1996) para os termos geradora e retransmissora. "Geradoras são concessões de televisão, ou seja, são emissoras que podem produzir e transmitir programação própria. Já as retransmissoras ou repetidoras são apenas estações com equipamento que retransmitem ou repetem o sinal, ou seja, levam o som e a imagem para regiões distantes das geradoras. Esses equipamentos são necessários por causa da baixa amplitude das ondas FM de televisão e geralmente, são colocados em média a cada 50 quilômetros para garantir a qualidade do sinal". (CRUZ, 1996, p. 43).

4 A receita operacional líquida refere-se ao total das empresas com 20 ou mais pessoas ocupadas. A Pesquisa Anual de Serviços 2008, do IBGE, agrupa cinco categorias nos "Serviços de Informação e Comunicação", são elas: Telecomunicações, Tecnologia da informação, Serviços Audiovisuais, Edição e edição integrada à impressão, Agências de notícias e outros serviços de informação. As atividades de televisão aberta fazem parte dos Serviços Audiovisuais, os quais

receita dos serviços audiovisuais e cerca de 6% da receita dos serviços de informação e comunicação.

A opção pela RIC Record como objeto de análise deve-se ao fato de ela ser uma das mais recentes redes de televisão instaladas no estado, além de ser a segunda maior rede de TV estadual. Outro motivo para a escolha da RIC é que uma parte considerável dos estudos sobre a televisão catarinense analisa a RBS, assim, abre-se a possibilidade de um estudo sobre outra rede.

A metodologia na produção deste TCC foi composta por leituras de referências bibliográficas e eletrônicas, tanto da área de Geografia quanto da de Comunicação, e consulta à empresa estudada e a bancos de dados, como os do IBGE e da Anatel. Também constam vídeos nas referências, os quais, no caso da TV, oferecem informações relevantes sobre o assunto pesquisado. Não houve disponibilidade de tempo para a realização de entrevistas com Mário Petrelli e Marcello Petrelli, respectivamente, presidente e vice-presidente (para Santa Catarina) do Grupo RIC, contudo, para suprir essa necessidade, a alternativa encontrada foi consultar aquelas disponíveis em sites e livros. Para a exposição da cobertura geográfica das emissoras optou-se pelo uso de tabelas, como em outros trabalhos sobre a TV catarinense, mas também de mapas, os quais propiciam uma melhor visualização das áreas cobertas.

Esta monografia se caracteriza, então, como um estudo de caso sobre a cobertura geográfica de uma rede de televisão de Santa Catarina e está estruturada em seis capítulos. O primeiro capítulo contém uma revisão bibliográfica, necessária para contextualizar os estudos sobre a televisão nas áreas de Geografia e de Comunicação. O segundo apresenta o processo de transmissão de imagens, o modelo das concessões das emissoras, a maneira como se organiza uma rede de televisão, além de apresentar os três níveis de interação entre as emissoras de TV, tanto do ponto de vista da programação quanto comercial, os quais são: o nacional, o regional e o local. O terceiro traz um histórico da televisão em Santa Catarina, com ênfase para a distribuição espacial das emissoras. No quarto capítulo, expõe-se um histórico específico da Rede Independência de Comunicação (RIC). Já o quinto apresenta a cobertura geográfica das emissoras de TV da RIC Record no estado.

também abrangem as atividades de rádio e TV por assinatura, entre outras.

Por último, no sexto capítulo, traçam-se algumas relações entre a localização das emissoras de televisão e as regiões urbanas catarinenses.

1 ESTUDOS SOBRE A TELEVISÃO NAS ÁREAS DE GEOGRAFIA E DE COMUNICAÇÃO

Neste primeiro capítulo, expõe-se como a televisão, de um modo geral, é apresentada em obras geográficas, como os atlas e os estudos sobre redes, além de identificar alguns trabalhos na área de Comunicação sobre a televisão catarinense.

Na área de Geografia, não há muitos estudos específicos sobre os meios de comunicação. Geralmente, nos atlas, há uma parte dedicada a esses meios. No *Atlas Escolar de Santa Catarina* (1991), por exemplo, na unidade Quadro Econômico, há um capítulo com o título “Comunicações e Energia Elétrica”. Nesse capítulo, na parte sobre as Comunicações, aparecem os seguintes itens: telefonia, correios e telégrafos, rádio, televisão e jornal, com um breve histórico de cada um no estado. Já no *Atlas de Santa Catarina* (1986), que deu origem ao Atlas Escolar, existe o capítulo Serviços, que engloba Transportes, Saneamento Básico e Comunicações. Na parte sobre as Comunicações, há os mesmos itens contidos no Atlas Escolar, porém, um pouco mais aprofundados. No item 3, sobre a televisão, aparece um histórico da TV no mundo, no Brasil e em Santa Catarina. O atlas traz um mapa da televisão no estado, com a localização das geradoras e repetidoras, referente ao ano de 1986. Na época, as emissoras de TV catarinenses estavam filiadas a quatro redes: Rede Globo, Rede Bandeirantes, Rede Manchete e SBT.

O cenário apresentado pelo mapa do *Atlas de Santa Catarina*, de 1986, mostra o território do estado já integrado pela televisão, principalmente pela Rede Brasil Sul (RBS), afiliada da Globo. Naquela época, todas as mesorregiões catarinenses possuíam pelo menos uma emissora de TV. Sete cidades tinham geradoras de televisão: Florianópolis possuía três (TV Cultura-RCE, TV Barriga Verde e TV Catarinense-RBS); Joinville uma da RBS; Blumenau uma da RBS; Itajaí uma da RCE; Criciúma uma da RCE; Lages uma; e Chapecó uma da RBS.

No mapa, os quadros com números representam as geradoras e os respectivos canais, já os círculos representam as retransmissoras, e as linhas o caminho percorrido pelos sinais televisivos. Na década de 1980, grande parte das emissoras utilizava o sistema de transmissão por micro-ondas (um tipo de onda

eletromagnética). Nesse sistema, as antenas devem ficar no máximo entre 50 e 60 Km distantes umas das outras, para que não ocorra a perda do sinal. Essa distância pode ser diminuída caso haja algum obstáculo entre as torres de (re)transmissão, por exemplo, um relevo acidentado, pois os “topos” das antenas devem “se enxergar”. A transmissão por micro-ondas ocorre em linha reta, por isso, são utilizadas linhas no mapa para representação do percurso dos sinais. Ressalta-se que a transmissão entre as antenas é sem fio, diferente, por exemplo, das torres de transmissão de energia.

Na situação de 1986, a RBS, com quatro geradoras, com a cor azul no mapa, cobria todo o território catarinense, de Florianópolis a Dionísio Cerqueira, na direção leste-oeste, e de Canoinhas a Araranguá, de norte a sul. Já a TV Lages, afiliada do SBT, com a cor verde, cobria a região serrana e o oeste, as áreas de Joinville, de Blumenau e de Florianópolis, mas não chegava ao sul. A TV Barriga Verde (na época afiliada da Manchete), com sede na capital, e com a cor laranja no mapa, cobria a região litorânea. A Rede de Comunicações Eldorado (RCE), afiliada da Bandeirantes, com três emissoras, cobria todo o litoral, a região serrana, parte do meio-oeste, mas não o oeste.

Outro exemplo de menção aos meios de comunicação na área de Geografia está no *Atlas ambiental da região de Joinville* (2002). Nessa publicação, no capítulo “Aspectos Humanos”, há um item com o título “Transporte, Energia e Comunicação”, em que aparece uma lista das emissoras de TV e de rádio, e dos jornais, além do número de linhas telefônicas na região estudada.

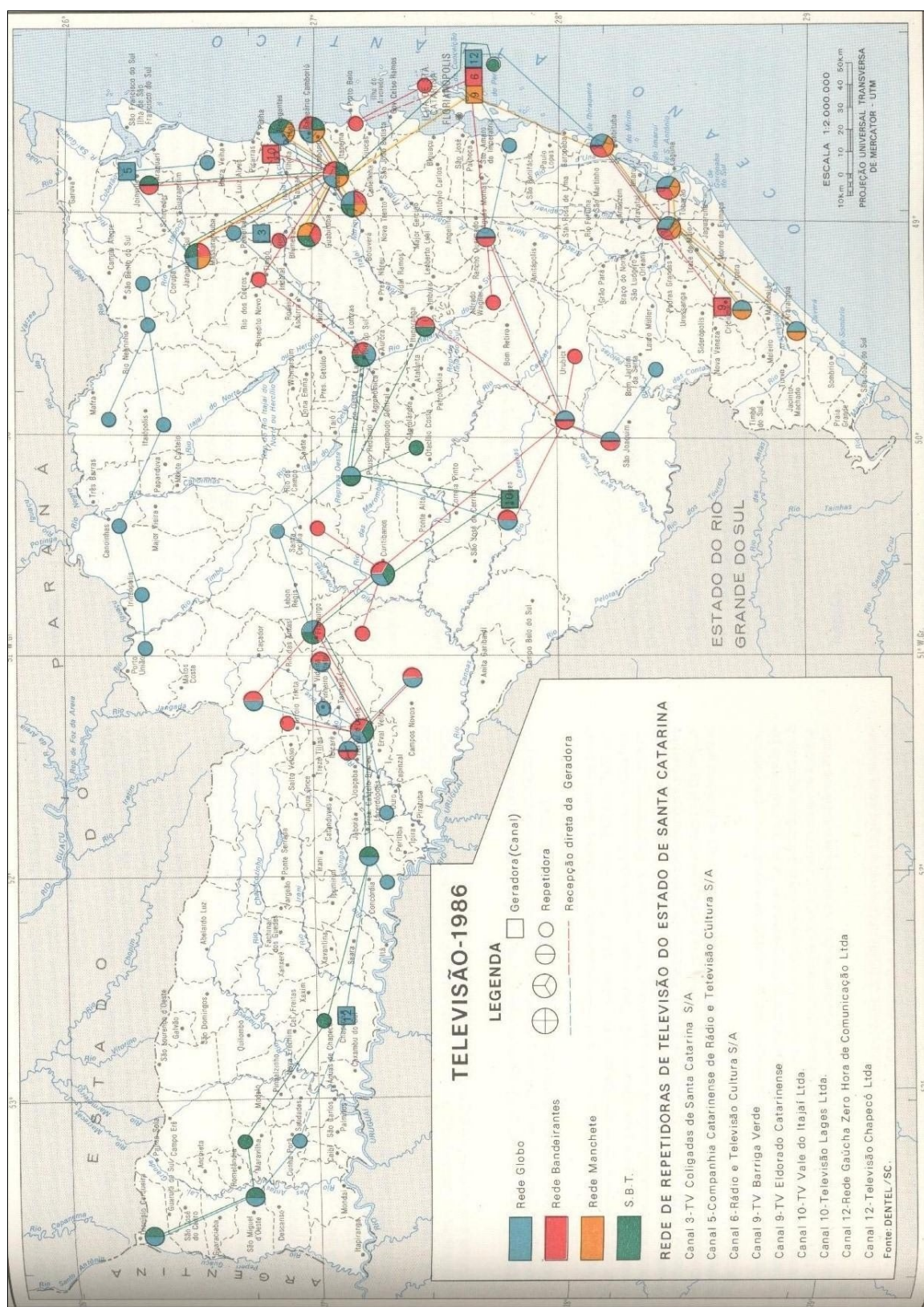


Figura 1: Televisão em Santa Catarina – 1986

Fonte: SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Atlas de Santa Catarina. Florianópolis: GAPLAN/SUEGI; [Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro], 1986. p. 151.

Geralmente, no âmbito da Geografia, as comunicações e os transportes são estudados juntos, em alguns casos, também com o tema Energia. Em Portugal, por exemplo, no Curso de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, existe uma disciplina chamada “Geografia dos Transportes e Comunicação”⁵. Os objetivos dessa disciplina são “relacionar os sistemas de transportes e comunicações com as actividades das sociedades; Interpretar as diferenças na oferta/procura de transportes e comunicações; Avaliar impactes territoriais das alterações nos sistemas de transportes e comunicações”. Um dos itens do programa da disciplina é “Novos significados das 'distâncias' e dos 'tempos' Telefone, televisão, Internet e o território electrónico”.

No campo da ciência geográfica, no estudo das Comunicações, existem alguns trabalhos especificamente sobre as telecomunicações, um exemplo é o artigo (estudo de caso) *Telecomunicações, informática e a remodelação do território*, escrito por Cilene Gomes, que compõe o livro *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI* (SANTOS; SILVEIRA, 2010). Neste artigo, a autora expõe um quadro geral dos sistemas de telecomunicações no país, além de apresentar a distribuição geográfica dos mesmos no território brasileiro, com destaque para a telefonia, fixa e móvel. O artigo de Cilene Gomes retrata uma fase de reestruturação institucional e produtiva do setor de telecomunicações no Brasil, após o período de privatizações. A autora ressalta que dos 39.681.870 domicílios particulares permanentes existentes em 1996, somente 25,5% possuíam telefone. Atualmente, essa situação “deficitária” mudou, visto que, conforme dados da PNAD 2009, o Brasil possui 58.577.000 domicílios particulares permanentes, dos quais 84,3% têm telefone. Cilene Gomes ainda salienta que a nova organização empresarial do setor de telecomunicações, depois das privatizações, fez surgir demarcações territoriais, tanto no serviço telefônico fixo quanto no serviço móvel celular, já que a algumas empresas coube a atuação em áreas fixadas. A autora deixa, na conclusão do artigo, uma pergunta em aberto: “quais as lógicas e estratégias de uso do território que daí se depreenderão?” (GOMES, 2010, p. 355).

5 Fonte: Disciplina Geografia dos Transportes e Comunicação.
Departamento de Geografia - Faculdade de Letras - Universidade do Porto.
<[http://sigarra.up.pt/flup/disciplinas_GERAL/FormView?](http://sigarra.up.pt/flup/disciplinas_GERAL/FormView?P_ANO_LECTIVO=2004/2005&P_CAD_CODIGO=FLUP0803&P_PERIODO=1S)
[P_ANO_LECTIVO=2004/2005&P_CAD_CODIGO=FLUP0803&P_PERIODO=1S](http://sigarra.up.pt/flup/disciplinas_GERAL/FormView?P_ANO_LECTIVO=2004/2005&P_CAD_CODIGO=FLUP0803&P_PERIODO=1S)>
Acesso: 24 out. 2010.

Um dos trabalhos específicos sobre a televisão, na área geográfica, é a dissertação de mestrado *A Rede Globo de Televisão no território brasileiro através do sistema de emissoras afiliadas*, apresentada por Eliane Regina Munhoz ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP. Conforme a autora,

a pesquisa debruçou-se sobre esta territorialidade das ações da Rede Globo de Televisão, a fim de compreender o sistema de emissoras afiliadas através de uma divisão territorial do trabalho criada pela empresa, que produz desde o conteúdo nacional até o conteúdo local, reforçando centralidades, integrando eletronicamente o território e, principalmente, definindo um uso corporativo do território. (MUNHOZ, 2008, p. 20).

Na área de geografia, as redes de televisão também podem ser estudadas no contexto da “Geografia das Redes” ou das “Redes Geográficas”. O termo rede possui muitas definições, entre as quais a que define rede como

toda infra-estrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se insere sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação. (CURIEN, 1988, citado por SANTOS, 2002, p. 262).

O geógrafo Milton Santos faz um acréscimo a essa definição. Para o autor (Idem), “a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração” (p. 262). O acréscimo do autor é pertinente, pois é importante saber o que circula pelas redes, quais locais elas abrangem, quem tem acesso ao conteúdo por elas circulado, entre outras questões. No caso das redes de telecomunicações hertzianas, que compreendem a radiodifusão, não há linhas concretas (como as redes hidrográficas), mas somente uma estrutura física limitada a nós.

De acordo com Santos (2002), pode-se admitir três momentos na produção e vida das redes, um longo período pré-mecânico, um período mecânico intermediário e a fase atual. No primeiro momento, caracterizado pelo predomínio da natureza, “as redes se formavam com um largo componente de espontaneidade” (p. 264). Já no segundo momento, as redes assumem esse nome, mediante o caráter deliberado de sua criação. O desenvolvimento da técnica é característico desse momento.

A chamada pós-modernidade, este período técnico-científico-informacional, marca um terceiro momento nessa evolução. Os suportes das redes encontram-se, agora, parcialmente no território, nas forças naturais dominadas pelo homem (o espectro eletromagnético) e parcialmente nas forças recentemente elaboradas pela inteligência e contidas nos objetos técnicos (por exemplo, o computador...). Desse modo, quando o fenômeno de rede se torna absoluto, é abusivamente que ele conserva esse nome. Na realidade, nem há mais propriamente redes; seus suportes são pontos. (SANTOS, 2002, p. 264).

As redes de televisão se enquadram nesse terceiro momento, até porque se utilizam das ondas eletromagnéticas para transmitir os sinais televisivos. A transmissão ocorre “pelo ar”, sem materialidade. Já no território, os suportes, que constituem os pontos ou nós da rede, são os estúdios, as antenas e os demais equipamentos necessários à geração e transmissão dos sinais. As linhas presentes no mapa da televisão, do *Atlas de Santa Catarina* (1986), indicam o caminho percorrido pelos sinais, das geradoras às retransmissoras, as quais constituem os pontos ou nós.

Na área de Geografia, um dos estudos recentes sobre as redes de televisão aberta, em nível nacional, está contido na publicação *Regiões de Influência das Cidades 2007*, do IBGE. Na Regic, como também é conhecida a pesquisa, para a definição dos centros da rede urbana brasileira, o IBGE buscou informações:

de subordinação administrativa no setor público federal, para definir a gestão federal, e de localização das sedes e filiais de empresas, para estabelecer a gestão empresarial. A oferta de distintos equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade – informações de ligações aéreas, de deslocamentos para internações hospitalares, das áreas de cobertura das emissoras de televisão, da oferta de ensino superior, da diversidade de atividades comerciais e de serviços, da oferta de serviços bancários, e da presença de domínios de Internet – complementa a identificação dos centros de gestão do território. (IBGE, 2008, p. 9).

No tópico relativo às “Redes de Televisão Aberta”, o objetivo da Regic 2007 é “apresentar a estrutura das emissoras afiliadas às redes de televisão aberta brasileira e, a partir delas, elaborar um modelo de rede hierárquica de telecomunicação” (p. 137). Com base no sistema de redes de televisão, o estudo criou sete níveis hierárquicos para os municípios.

O sistema conta com 171 centros que emitem sinais, hierarquicamente diferenciados em cinco níveis de centralidade, e outros 5.036 que apenas recebem os sinais e integram as áreas de influência dos centros, diferenciando-se os mais conectados, que recebem maior número de redes nacionais (nível 6), daqueles cujo grau de conexão é menor (nível 7). (IBGE, 2008, p. 158).

Os centros emissores de sinais são as cidades que possuem geradoras. Os demais municípios, que apenas recebem a programação, constituem as áreas de influência das cidades que emitem sinais. Conforme o estudo, em Santa Catarina, os principais centros emissores são: Florianópolis, Joinville, Blumenau, Criciúma, Chapecó e Lages. Abaixo, tem-se o mapa com as cidades pertencentes a um dos cinco primeiros níveis de centralidade.

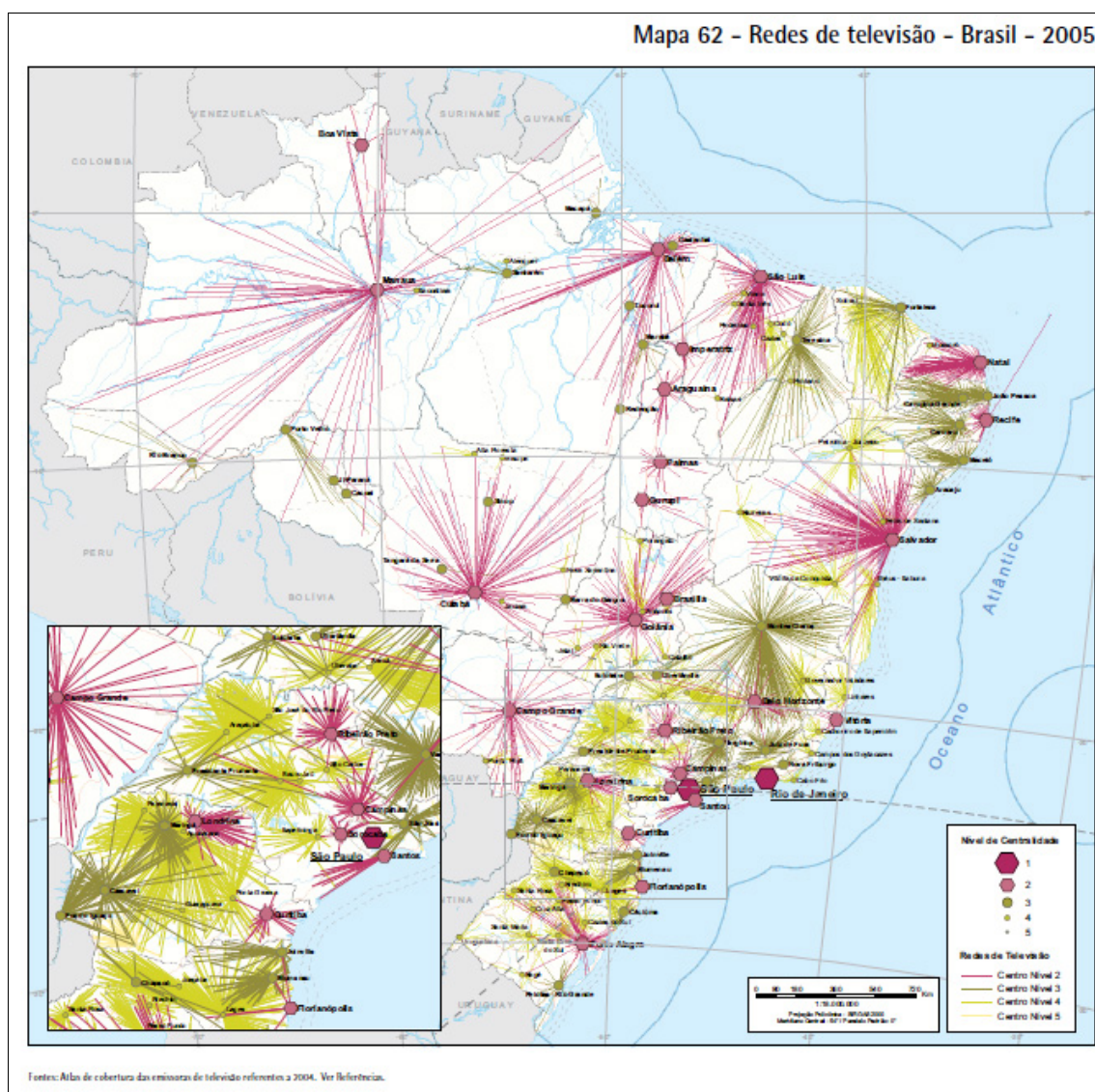


Figura 2: Redes de Televisão Aberta – Brasil – 2005

Fonte: IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. p.159.

Também na área geográfica, a professora Tânia Fresca, ao estudar em sua tese de doutorado a rede urbana do norte do Paraná, com enfoque para as cidades de Jacarezinho, Cornélio Procopio e Cianorte, escreve que as televisões, aberta e fechada (a cabo), contribuem para a análise das redes técnicas, as quais são redes geográficas⁶. A autora ressalta a existência de redes materiais, como o sistema de transporte rodoviário e ferroviário, que permite a circulação da produção

6 “Essas redes são de todos os tipos e agilizaram cada vez mais os fluxos de informação, tecnologia, mercadorias, capitais, decisões, gestão e controle do território...” (FRESCA, 2004, p. 230). A autora, ao citar Roberto Lobato Corrêa, salienta que as redes geográficas são construções sociais e historicamente contextualizadas.

propriamente dita e de pessoas, e uma grande diversidade de redes que em sua existência são imateriais, pelas quais emanam fluxos.

Imateriais, pois o que se vê não são as redes, mas apenas pontos onde estão instalados os equipamentos técnicos que permitem a comutação dos dados, as informações, etc., e que dão às redes a especificidade de serem materiais e imateriais ao mesmo tempo. (FRESCA, 2004, p. 231).

Na área de Comunicação, como já é previsível, existem mais trabalhos sobre a televisão em Santa Catarina do que em outras áreas. Um dos primeiros estudos a tratar da TV catarinense foi o livro *Comunicação e Liberdade: ensaio sobre a liberdade de imprensa nos regimes políticos*, escrito por Moacir Pereira, e publicado provavelmente em 1978 pela Editora Lunardelli. Nesse livro, o autor apresenta em um dos capítulos um panorama dos meios de comunicação no mundo, na América Latina, no Brasil e em Santa Catarina. No caso catarinense, houve, inclusive, um mapeamento das emissoras de rádio e de televisão no estado. Na época, havia duas emissoras de TV instaladas (Coligadas, de Blumenau; e Cultura, de Florianópolis), quatro em implantação (Criciúma, Florianópolis, Joinville e Lages) e uma em concorrência (Chapecó).

Posteriormente, em 1984, a monografia de Maristela Amorim, com o título *Os primeiros tempos da Televisão em Florianópolis – A TV Florianópolis*, defendida no Curso de Comunicação Social (Habilitação Jornalismo), da UFSC, buscou as origens desse meio de comunicação na capital do estado. A autora narra o pouco tempo de existência da emissora fundada por Hilário Silvestre, um “exportador de produtos primários”, de Tubarão.

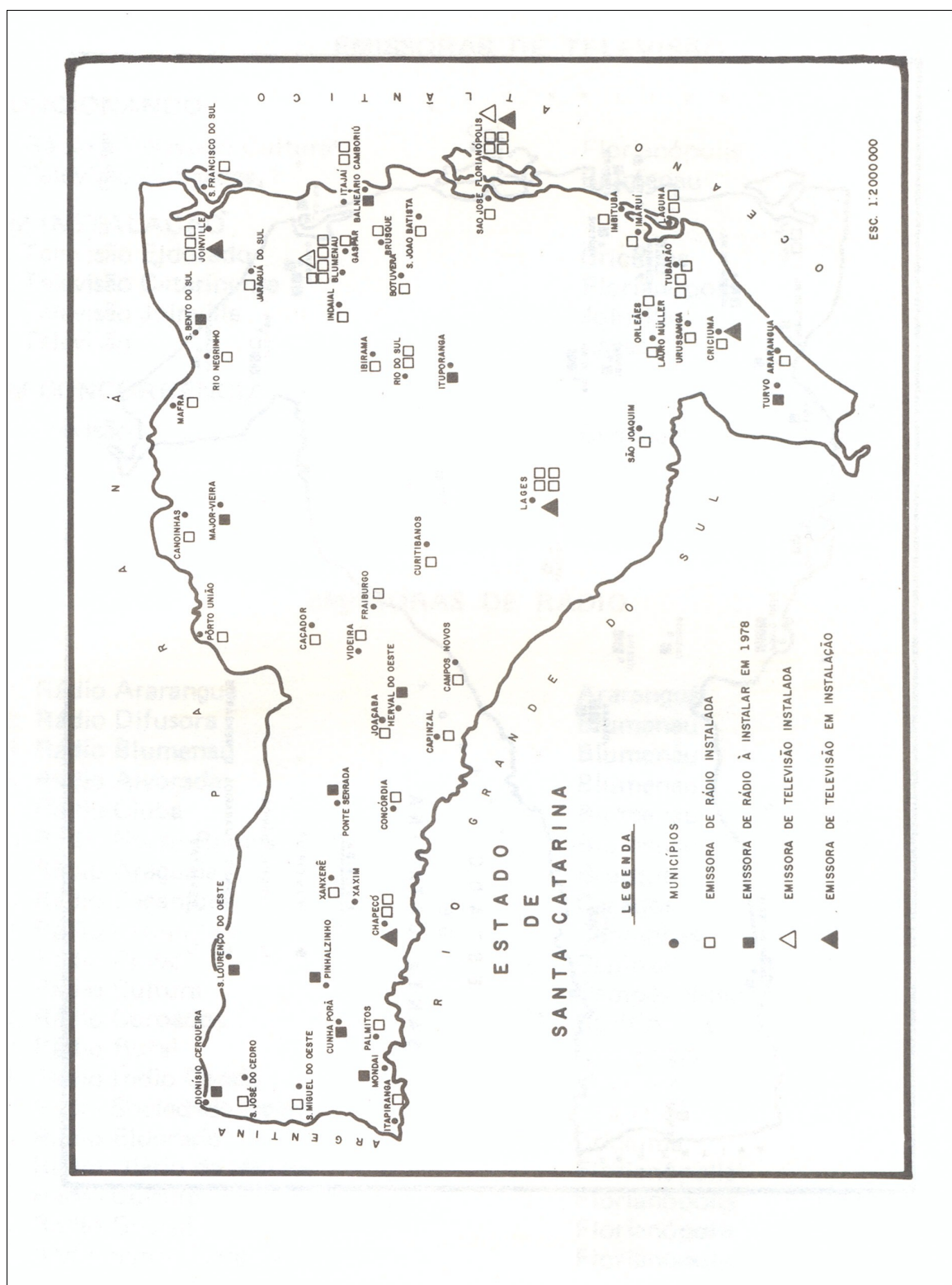


Figura 3: Rádio e Televisão em Santa Catarina – década de 1970

Fonte: PEREIRA, Moacir. **Comunicação e Liberdade**: ensaio sobre a liberdade de imprensa nos regimes políticos. Florianópolis: Lunardelli, [1978?]. p. 35.

Dois novos estudos sobre a televisão catarinense foram apresentados em 1992. O primeiro, mais abrangente, pois trata da imprensa em geral (jornal, rádio e TV), é o livro *Imprensa & Poder: a Comunicação em Santa Catarina*, escrito pelo jornalista e mestre em Ciência Política Moacir Pereira. Nesse trabalho, o autor expõe um histórico dos meios jornal, rádio e televisão no estado, além de contar a trajetória dos principais veículos de comunicação catarinenses. Já o segundo, é a dissertação *TV Barriga Verde de Florianópolis: um estudo de caso no período 1984/87*, defendida pelo professor Sérgio Ferreira de Mattos na USP. O autor dedica um dos capítulos à história da televisão catarinense. Um dos itens da dissertação de Mattos é “O Meio Ambiente Geográfico Histórico da Barriga Verde”, em que escreve, sucintamente, sobre aspectos da colonização e ocupação do território de Santa Catarina, da configuração do relevo e da infra-estrutura do estado.

Na segunda metade da década de 1990, surgiram mais três trabalhos sobre a televisão de Santa Catarina, dos quais, dois com foco na principal emissora do estado. O primeiro foi o livro *Televisão e negócio, a RBS em Santa Catarina*, publicado em 1996, que é resultado da dissertação de mestrado em Sociologia Política de Dulce Márcia Cruz. Já o segundo, é o livro *O fundo do espelho é outro: quem liga a RBS liga a Globo*, publicado em 1999, e fruto da dissertação de mestrado em Comunicação de Carlos Alberto de Souza. Também nesse ano, Mauricio Andrade de Lima apresentou ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSC a dissertação *Proposta de um placar de performance para a indústria de comunicação em Santa Catarina: Televisão*.

Nos anos 2000, três novas dissertações vieram a tratar da televisão catarinense. A primeira, em 2005, é de Eduardo Rivelino da Luz, com o título *Análise dos hábitos de consumo de televisão da região da serra catarinense*, apresentada ao Curso de Mestrado em Administração, da UDESC. Esse trabalho tem como objeto de estudo a extinta Rede TV Sul, de Lages. A segunda, em 2006, é de Estela Doris Kurth, intitulada *A contribuição das afiliadas na formação das redes nacionais de televisão no Brasil: o caso da RBS/Rede Globo em Santa Catarina*, apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da UFSC. A terceira, em 2007, é de Jorge Ivan Hmeljevski, com o título *Modelo de avaliação do desempenho da área de operações comerciais de uma rede de emissoras de televisão [RBS]*, apresentado

ao programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSC. Nota-se que tanto Kurth quanto Hmeljevski apresentam em suas respectivas dissertações o mapa de cobertura da RBS TV.

Como observou-se, na área de Geografia, os meios de comunicação aparecem mais nos atlas, algumas vezes somente sob a forma de menção. Nos últimos anos, estudos procuraram estabelecer relações entre as emissoras e a rede urbana, no caso da Regic 2007, e das emissoras de TV no território, conforme a dissertação de Munhoz (2008). Mesmo na área de Comunicação, não há muitos estudos sobre a televisão catarinense. Dessa forma, os meios de comunicação, de forma exclusiva ou aliados ao setor de telefonia e aos transportes, constituem um campo de estudo para a ciência geográfica, apesar das poucas pesquisas existentes sobre o tema.

2 O MEIO DE COMUNICAÇÃO TELEVISÃO

Neste capítulo, pretende-se expor, de maneira sucinta, a origem da televisão, no contexto do desenvolvimento histórico dos meios de comunicação, o processo básico de transmissão de imagens, e o modelo de concessões das emissoras. Outros pontos aos quais se destina esse capítulo são mostrar a organização de uma rede de TV aberta, apresentar um breve histórico da Rede Record, e procurar conceituar as escalas local, regional, nacional e internacional no setor televisivo.

O ato de comunicar faz parte da vida do ser humano desde os primórdios da humanidade, por exemplo, os gestos, a fala e as pinturas rupestres. “A comunicação confunde-se, assim, com a própria vida. Temos tanta consciência de que comunicamos como de que respiramos ou andamos” (BORDENAVE, 1982, p. 19). Ao longo do tempo, o homem se tornou cada vez mais complexo, deixou de ser nômade e passou a ser sedentário, organizou-se em grupos, modificou o ambiente por ele habitado, criou estruturas e desenvolveu técnicas que o auxiliaram a sobreviver.

As formas de se comunicar também acompanharam o desenvolvimento histórico do homem. “Para que a comunicação humana alcançasse o estágio atual, tanto em volume e formatos, quanto em velocidade, foram necessárias diversas transformações fisiológicas e processos tecnológicos revolucionários” (PERLES, 2007, p. 5). Com o aumento da população e a necessidade de dinamizar a comunicação entre as pessoas surgiram meios que possibilitaram um maior alcance das mensagens, afinal “a comunicação é uma necessidade básica da pessoa humana, do homem social” (BORDENAVE, 1982, p. 19).

Enquanto a linguagem se desenvolvia, os suportes e meios de comunicação também iam se aperfeiçoando. O surgimento do papel, inventado pelos chineses, substituiu as superfícies de pedra, os papiros e os pergaminhos de couro, então utilizados para a escrita. (PERLES, 2007, p. 6).

Desde a invenção da escrita, com as palavras talhadas em rocha e em madeira, passando pela criação da prensa⁷ de tipos móveis por Gutenberg e o

7 Deve-se ressaltar que Gutenberg, entre 1438 e 1440, aperfeiçoou os tipos móveis já utilizados pelos chineses desde aproximadamente quatrocentos anos antes. Porém, os tipos móveis dos chineses inicialmente eram de argila e madeira, enquanto os de Gutenberg eram de metal. O sistema tipográfico gutenberguiano permitiu a produção de livros e o aparecimento dos jornais. O

surgimento dos jornais, pelo rádio e pela televisão, até a internet, o homem desenvolveu os meios de comunicação, com o objetivo de atender às necessidades próprias de cada época. Com esses meios, o homem conseguiu, de certa forma, quebrar as barreiras do tempo e do espaço geográfico⁸.

O desenvolvimento dos meios de comunicação está ligado ao aprimoramento das tecnologias. Com exceção do jornal moderno, o surgimento dos demais meios se insere no contexto das revoluções industriais. O rádio e a televisão surgem durante a 2ª Revolução Industrial, e a internet na 3ª Revolução Industrial ou período técnico-científico-informacional (Santos, 2002).

A tecnologia mecânica de Gutenberg automatizou o sistema de produção de textos e antecipou-se ao que seria a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra em 1750. Assim, não caracteriza exagero afirmar que a tipografia instituiu a tecnologia moderna de comunicação, visto que, antes, o que tínhamos eram tecnologias primitivas (tambor, berrante, fumaça) ou arcaicas (placa de barro, papiro, pergaminho). (PERLES, 2007, p. 8).

Há controvérsias⁹ quanto ao aparecimento do primeiro jornal do mundo. No entanto, conforme Costa (2005), em artigo no site Observatório da Imprensa, a Associação Mundial de Jornais aceitou como verdadeiras as evidências apontadas pelo Museu Gutenberg de que o primeiro jornal a circular foi o *Relationen*, a partir de 1605. De acordo com Costa, o periódico era produzido por Johann Carolus, em Estrasburgo, que no início do século XVII fazia parte do império alemão e atualmente pertence à França.

O primeiro jornal brasileiro, na verdade, impresso em Londres, porque a Coroa Portuguesa proibia a existência de impressoras na colônia, foi o *Correio Braziliense*, lançado em 1º de junho de 1808 por Hipólito José da Costa. Em 10 de

surgimento desse sistema é considerado a origem da comunicação de massa, pois possibilitou a disseminação de ideias e informações a partir de uma única fonte.

8 Conforme Perles (2007), “os signos sonoros e visuais, como o tantã, o berrante, o gongo e os sinais de fumaça, foram os primeiros a serem utilizados pelo homem a fim de vencer a distância” (p. 06). Ainda de acordo com o autor, a utilização desses artefatos caracterizam os primórdios da tecnologia da comunicação. No entanto, segundo Perles, só com a invenção da escrita, por volta do século IV a.C., é que o homem consegue resolver o problema do alcance, já que, assim, as mensagens puderam ser levadas de um lugar para outro.

9 No site da Associação Nacional de Jornais (ANJ), há um material em que aparece “*Acta Diurna*, que surgiu em Roma cerca de 59 A.C., é o mais antigo 'jornal' conhecido. [...] A prensa, inventada por Johann Gutenberg em 1447, inaugurou a era do jornal moderno”.

Fonte: <www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianomundo/historiadojornal.pdf> Acesso: 27 out. 2010.

setembro do mesmo ano foi impresso na Imprensa Régia o primeiro jornal em território brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

A primeira transmissão oficial de rádio no Brasil ocorreu no Rio de Janeiro, então capital federal, em 7 de setembro de 1922, na Exposição do Centenário da Independência. A demonstração da nova tecnologia foi realizada por empresários americanos da *Westinghouse Electric*. Na oportunidade, houve um pronunciamento do Presidente da República, Epitácio Pessoa, e a execução da ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes. Vale ressaltar que, anos antes, em 1893, o padre brasileiro Landell de Moura, realizou uma transmissão sem fio da voz humana, em São Paulo. A primeira emissora de rádio no Brasil foi a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, inaugurada em abril de 1923, e fundada por Edgard Roquette-Pinto e Henrique Morize. Há controvérsias quanto à primeira emissora de rádio do mundo. Em 1900, surgia a primeira estação de transmissão comercial da Alemanha¹⁰.

Conforme Mattos (2002), a BCC (*British Broadcast Corporation*) foi a primeira emissora de TV pública do mundo, ao inaugurar sua estação de transmissão em 1936, na Inglaterra. Ainda de acordo com o autor, o primeiro canal de TV comercial do mundo foi a NBC (*National Broadcasting Company*), dos Estados Unidos, que começou a transmitir regularmente a partir de 1939. Já a primeira emissora de televisão do Brasil foi a TV Tupi, de São Paulo, que estreou em 18 de setembro de 1950.

2.1 ORIGENS, FUNCIONAMENTO E DEFINIÇÕES

As inovações que deram origem à televisão ocorreram entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Deve-se ressaltar que a invenção da televisão é resultado de esforços acumulados de cientistas e inventores de diversos países, como Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e Rússia. Nos primórdios da história da TV no mundo, destacam-se as iniciativas no sentido de desenvolver o processo de transmissão de imagens. A reconstituição dessa história é uma tarefa complexa, visto que iniciativas semelhantes ocorreram ao mesmo tempo em lugares distintos.

10 Fonte: <www.radio.ufpr.br/LINKS/historia.htm> Acesso: 2 nov. 2010.

Dessa forma, ressalta-se, a seguir, alguns dos principais nomes e datas dessa história, relativos às descobertas e inventos que levaram à efetivação desta inovação, que se traduziu em um novo meio de comunicação.

Em 1817, o sueco Jöns Jacob Berzelius descobriu o elemento químico selênio. Em 1873, o engenheiro eletrônico inglês Willoughby Smith comprovou que o selênio possui a propriedade de transformar energia luminosa em energia elétrica, fenômeno conhecido como fotocondutividade. Com essa comprovação, surgia a base do processo de transmissão de imagens por corrente elétrica que, mais tarde, culminaria com a invenção da televisão. No ano de 1884, Heinrich Hertz provou a existência das ondas eletromagnéticas, ou ondas hertzianas, pelas quais são transportados os sinais de TV.

Entre os nomes¹¹ que contribuíram, de alguma forma, para a invenção da TV, estão: os norte-americanos George Carey e Sawyer, o francês Maurice Le Blanc, os alemães Paul Nipkow e K.F. Braun, o russo Vladimir Zworykin, o escocês John Logie Baird, entre outros.

Em 1926, Baird fez a primeira demonstração de transmissão de imagens para a comunidade científica, no *Royal Institution*, em Londres, e depois assinou contrato com a BBC para transmissões experimentais. Dois anos após, Baird testou a transmissão de imagens coloridas. Em 1936, a BBC inaugurou sua estação na Inglaterra e se constituiu na primeira emissora de TV pública do mundo. Também nesse ano, começaram as transmissões de televisão na França (Mattos, 2002). Em 1938, a URSS começou a promover as transmissões de TV. Em 1939, nos Estados Unidos, entraram em funcionamento as redes NBC e CBS. “No período da II Guerra Mundial, 1939 a 1945, as transmissões foram interrompidas na maioria dos países” (MATTOS, 2002, p. 166). A partir de 1944, as televisões francesa e as de Londres e Moscou voltaram a transmitir. Na América Latina, a TV começou em 1950, em Cuba, no México e no Brasil.

11 Em 1880, Sawyer e Maurice Le Blanc idealizaram o “sistema de varredura”, que consiste na transformação de imagens em linhas, as quais são transmitidas uma a uma, em alta velocidade, em uma sucessão de quadros, que são percebidos pelo olho humano como movimento. O homem consegue reter a imagem devido ao fenômeno da persistência visual. De acordo com Mattos (2002), o primeiro sistema de televisão eletromecânica, com o uso do sistema de varredura, foi patenteado, em 1884, por Paul Nipkow, na Alemanha. Em 1897, o alemão K.F. Braun, desenvolveu o “tubo de vidro a vácuo”, que possibilitou o surgimento da televisão eletrônica. Em 1923, o russo Vladimir Zworykin patentou o iconoscópio, que utilizava o tubo de raios catódicos de Braun.

O conceito de televisão é abrangente, compreende o sistema de transmissão de sons e imagens via ondas eletromagnéticas de radiofrequências, o aparelho receptor dessas ondas (também conhecido como televisor) e a empresa que gera a programação, entre outros significados. A palavra “televisão” vem do grego “tele” (distância, longe) e do latim “visio” (visão). O princípio básico da televisão é transmitir imagens e sons a distância¹².

De modo resumido, as imagens e os sons são captados, respectivamente, pelas câmeras de TV e pelos microfones, que os transformam em corrente elétrica, a qual é transportada pelas ondas eletromagnéticas (em diferentes frequências) através da atmosfera, da estação geradora do sinal até os aparelhos receptores (televisores), nos quais as ondas ou sinais são decodificados e voltam a ser imagens e sons. Os diferentes canais de televisão são caracterizados pelas distintas frequências utilizadas na transmissão de sons e imagens. De acordo com a Portaria nº 038, de 23 de janeiro de 1974, do Ministério das Comunicações, canal de televisão é "a faixa de frequência de 6 MHz de largura, destinada a radiodifusão de TV, designado por um número ou pelas frequências limites inferior e superior". Os canais podem ser em VHF (*Very High Frequency* - Frequência Muito Alta), do número 2 ao 13, ou em UHF (*Ultra High Frequency* - Frequência Ultra Alta), do número 14 ao 83.

O espectro eletromagnético é composto por faixas de ondas eletromagnéticas de diferentes frequências e comprimentos de onda, como as ondas de rádio ou radiofrequências, as micro-ondas, a radiação infravermelha, a luz visível, a radiação ultravioleta, os raios X e os raios gama. A faixa do espectro utilizada para a transmissão de rádio (AM e FM) e de televisão é a das ondas de radiofrequências.

¹² Em 1844, o estadunidense Samuel F. B. Morse, inventor do telégrafo, enviou a primeira mensagem telegráfica. O telégrafo foi o primeiro sistema de comunicação de longa distância. No Brasil, vale ressaltar o trabalho desenvolvido pelo Marechal Cândido Rondon na instalação de linhas telegráficas nas regiões Centro-Oeste e Norte.

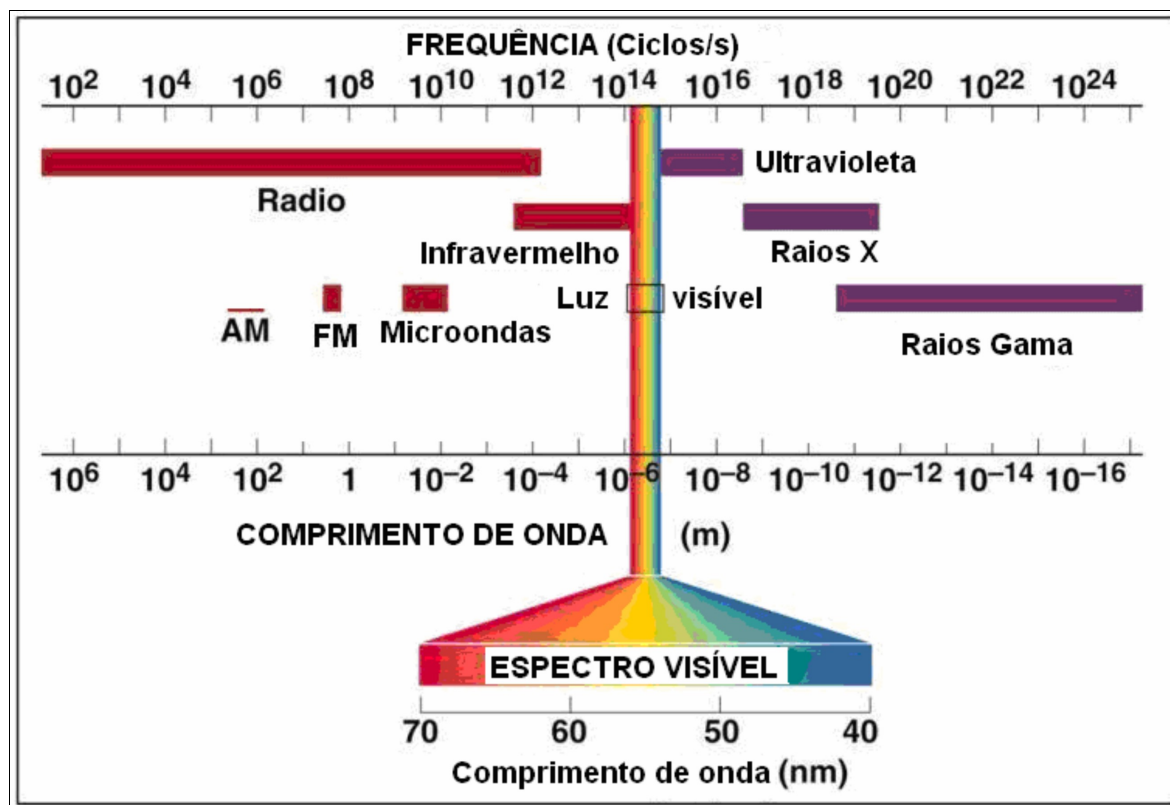


Figura 4: Espectro Eletromagnético

Fonte: <http://crv.educacao.mg.gov.br/>

Do ponto de vista da legislação, o serviço de televisão (radiodifusão de sons e imagens) faz parte dos serviços de telecomunicações. Já do ponto de vista econômico, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística enquadra os serviços de televisão aberta no âmbito dos serviços audiovisuais, os quais, por sua vez, fazem parte dos serviços de informação.

O IBGE, na *Pesquisa Anual de Serviços (PAS) - 2008*, apresenta a estrutura do setor de serviços não financeiros e seus segmentos no Brasil. A *PAS 2008* traz dados de sete grupos de serviços, são eles: Serviços prestados às famílias; Serviços de informação e comunicação; Serviços profissionais, administrativos e complementares; Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio; Atividades imobiliárias; Serviços de manutenção e reparação; e Outras atividades de serviços.

Os Serviços de Informação e Comunicação, na *PAS 2008*, compreendem as Telecomunicações, a Tecnologia da Informação, os Serviços audiovisuais, Edição e

edição integrada à impressão; e Agências de notícias e outros serviços de informação. As atividades de televisão (produção e difusão de programas), inclusive de TV por assinatura, fazem parte dos serviços audiovisuais.

No Suplemento Produtos e Serviços 2006-2007, da Pesquisa Anual de Serviços, do IBGE, os serviços de televisão aberta (produção, programação, veiculação de publicidade e merchandising) são definidos como "serviços relacionados à produção e programação (broadcasting) dos canais de televisão aberta, isto é, aqueles que podem ser vistos por todos que possuam aparelhos de televisão sem o pagamento de qualquer tarifa por essa utilização" (p. 15).

A Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE)¹³, versão 2.0, tem uma seção chamada "Informação e comunicação", a qual abrange a subclasse "Atividades de Televisão Aberta". A CNAE possui uma estrutura hierárquica com cinco níveis, em ordem decrescente, são eles: Seção, Divisão, Grupo, Classe e Subclasse.

CNAE 2.0		
Hierarquia		
Seção	J	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Divisão	60	ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO
Grupo	602	ATIVIDADES DE TELEVISÃO
Classe	6021-7	ATIVIDADES DE TELEVISÃO ABERTA
Subclasse	6021-7/00	ATIVIDADES DE TELEVISÃO ABERTA
Notas Explicativas:		
Esta subclasse compreende: - a operação de estúdios de televisão e a difusão (broadcasting) da programação para o público em geral; a receita das unidades nessa categoria provém da venda de espaço publicitário, venda de programas, doações e subsídios - a produção de programas de televisão ao vivo, inclusive por produtores independentes Esta subclasse compreende também: - as atividades de inclusão de programação da televisão aberta em canais de televisão por assinatura que emitem os programas para o público segundo um calendário predeterminado - as atividades das estações de televisão afiliadas		

13 "A CNAE é o instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país. A CNAE resulta de um trabalho conjunto das três esferas de governo, elaborada sob a coordenação da Secretaria da Receita Federal e orientação técnica do IBGE, com representantes da União, dos Estados e dos Municípios, na Subcomissão Técnica da CNAE, que atua em caráter permanente no âmbito da Comissão Nacional de Classificação - CONCLA".

Fonte: <www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnaefiscal/txtcnae.htm> Acesso: 1º Set. 2010.

Esta subclasse não compreende:

- a produção de programas de televisão realizada fora dos estúdios de televisão (5911-1/99)
- a produção de filmes destinados à difusão pela televisão e internet (5911-1/99)
- a gravação, fora dos estúdios de televisão, de programas de televisão por produtores independentes (5911-1/99)
- as atividades de transmissão por satélite dos sinais dos canais de televisão aberta (6130-2/00)

Quadro 1: Atividades de televisão aberta na CNAE

Fonte: <www.cnae.ibge.gov.br> Acesso em: 1º set. 2010.

2.2 O MODELO DAS CONCESSÕES

As ondas eletromagnéticas de radiofrequências, por meio das quais ocorre a transmissão dos sinais de TV, são um recurso limitado e um bem público. “Por serem limitadas e compartilhadas por todas as nações deste planeta elas [ondas] necessitam de uma administração centralizada e rigorosa” (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES)¹⁴. Em nível internacional, a administração e coordenação das ondas de rádio compete à União Internacional das Telecomunicações (UIT), que existe desde 1865 e que, a partir de 1947, passou a ser uma agência especializada das Nações Unidas. No Brasil, após a Lei nº 9.472/97, a administração e coordenação das radiofrequências cabe à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Uma das funções da Anatel é elaborar, administrar e manter os Planos Básicos de Distribuição de Canais (radiofrequências), que é a relação de canais aprovados pela agência.

No Brasil, a radiodifusão é regulada pelo Estado. Parte-se do princípio de que o espectro das ondas é finito, permitindo a existência de poucos concessionários e, portanto, a necessidade de conceituar as frequências (AM, FM, OC, VHF, UHF) das emissoras de rádio e televisão como bens públicos, o que, por sua vez, justifica plenamente a normalização deste espectro para que ele possa ser explorado por intermédio das condições e padrões estabelecidos pelo Estado. (SIMIS, 2006, p. 1).

Do ponto de vista legal, os serviços de radiodifusão fazem parte dos serviços de telecomunicações. O artigo 32 da Lei nº 4.117 (Código Brasileiro de

¹⁴ Texto *O que é Radiodifusão*. Portal do Ministério das Comunicações. Disponível em: <www.mc.gov.br/images/radiodifusao/o-que-e/o-que-e.pdf> Acesso: 1º nov. 2010.

Telecomunicações - CBT), de 27 de agosto de 1962, expressa que "os serviços de radiodifusão, nos quais se compreendem os de televisão, serão executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão". A mesma Lei, no artigo 33, parágrafo terceiro, estabelece que o prazo de concessão para o serviço de televisão é de 15 anos, que pode ser renovado por período sucessivo e igual, desde que os concessionários cumpram as obrigações legais e contratuais.

Conforme o artigo 223, da Constituição Federal do Brasil vigente, ao Poder Executivo compete "outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal". Vale ressaltar que, com a nova Constituição, de 1988, o ato do presidente que outorga ou renova uma concessão só vale após a aprovação do Congresso Nacional.

O anexo ao Decreto nº 97.057, de 10 de novembro de 1988, no artigo 6º, parágrafo 22º, define concessão como

ato administrativo de natureza contratual pelo qual o Poder Público competente outorga a terceiros a faculdade de explorar, em nome da União por tempo determinado e por conta própria, serviços públicos de telecomunicações, serviços de radiodifusão sonora de caráter nacional ou regional, serviços de radiodifusão de sons e imagens, e serviços especiais de teledifusão por onda radioelétrica. (BRASIL, 1988).

Antes mesmo da aprovação do Código Brasileiro de Telecomunicações, em 1962, dois decretos da época do primeiro governo de Getúlio Vargas já estabeleciam o controle dos serviços de radiodifusão pelo Estado¹⁵. O Decreto nº 20.047/1931 regulou a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional, e o Decreto nº 21.111/1932 aprovou o regulamento para a execução desses serviços. Esses decretos são precursores das leis posteriores relativas às concessões. Jambeiro (2001) citado por Simis (2006) salienta que "o atual modelo brasileiro de concessão nasceu com a revolução de 30".

¹⁵ Ressalta-se que o controle dos serviços de telecomunicações pelo Estado no Brasil é antigo. No período do Império, em 1870, um decreto já estabelecia que as linhas telegráficas deveriam ser de domínio estatal. No artigo *A legislação sobre as concessões na radiodifusão*, Anita Simis apresenta como as concessões foram tratadas pela legislação brasileira, em diversas épocas. Disponível em: <www.alaic.net/ponencias/UNlrev_Simis.pdf> Acesso: 31 out. 2010.

2.3 ORGANIZAÇÃO DE UMA REDE DE TV ABERTA

O alcance das transmissões de TV está ligado à tecnologia empregada. No caso específico do Brasil, a televisão nasce local. A primeira emissora brasileira e da América do Sul foi a TV Tupi, de São Paulo, inaugurada em 18 de setembro de 1950, cujo proprietário era Assis Chateaubriand. No decorrer da década de 1950, mais emissoras foram inauguradas, como a TV Tupi do Rio de Janeiro (1951), a TV Paulista de São Paulo (1952), a TV Record de São Paulo (1953), a TV Rio do Rio de Janeiro (1955) e a TV Itacolomi de Minas Gerais (1955), entre outras. Conforme Mattos (2002), em 1954, “só entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo já existiam 12 mil televisores, num total de 34 mil em todo o país” (p.173).

Nessa época, a televisão era ao vivo, e as transmissões só atingiam as respectivas áreas de cobertura de cada emissora. De acordo com Mattos (2002), a primeira fase da televisão (1950-1964) caracterizou-se “pelo fato de, até 1959, todos os programas veiculados serem produzidos, exclusivamente, nas regiões onde estavam instaladas as emissoras” (p. 88). Nos primeiros anos da TV no Brasil, mesmo que os Diários Associados tivessem muitas emissoras, elas não estavam interligadas. Não havia rede da forma que existe atualmente. “A estratégia de crescimento se fazia através da expansão geográfica, mas sem nenhuma integração, o que determinava o caráter local de sua produção e programação, mesmo após o advento do videoteipe”. (CRUZ, 1996, p. 53).

A tecnologia do videoteipe¹⁶ permitiu a gravação de programas. O videoteipe começou a ser usado no Brasil no início da década de 1960. Dessa forma, um programa gravado em uma praça (área de atuação) poderia ser veiculado dias após em outra cidade¹⁷, no entanto, ainda não havia a possibilidade de um programa ser veiculado simultaneamente para todos os estados. “As várias emissoras de um mesmo grupo só poderiam funcionar como pequenas empresas isoladas em suas

16 Definição de “videoteipe” no Dicionário Michaelis: “*sm (ingl videotape)* 1 Gravação simultânea de som e imagem em fita magnética, a qual permite reproduções futuras de cenas que podem passar como atuais em relação ao momento da transmissão. 2 Esse próprio sistema de transmissão.” Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=videoteipe>> Acesso: 3 nov. 2010.

17 De acordo com Mattos (2002), em 1965, “começa a distribuição, em nível nacional, dos programas gravados em videoteipe e produzidos no Rio e São Paulo” (p.179).

idades, concorrendo a nível local, pela publicidade local”. (Bolaño, 1998, citado por Cruz, 1996, p. 53).

Ao analisar o início da Rede Globo, que surgiu em 1965, a mestre em Geografia Humana Eliane Regina Munhoz retrata esse período em que as emissoras de TV ainda não estavam interligadas.

Neste primeiro momento da emissora a produção da programação é, por circunstância da disponibilidade técnica de recebimento de imagens, local. Como a empresa Rede Globo de Televisão não operava com o sistema de afiliadas, os programas eram vendidos no varejo, avulsos. Eram retransmitidos por emissoras locais em vários pontos do país juntamente com outros programas de outras emissoras do eixo Rio de Janeiro/São Paulo. Não existia nenhum tipo de contrato de exclusividade para a veiculação destes programas pelas emissoras interioranas. (MUNHOZ, 2008, p. 34).

Antes do uso do satélite no Brasil, as transmissões a distância, para além das áreas de cobertura originais de cada geradora, ocorriam por meio do sistema de micro-ondas, as quais constituem um tipo específico de onda eletromagnética. Por terem uma alta frequência e um comprimento de onda menor, comparadas às ondas de FM, as micro-ondas têm um longo alcance. Contudo, o sinal transportado por micro-ondas é direcional, ou seja, segue “em linha reta”, por isso, a antena que emite e a que capta o sinal precisam estar em um mesmo nível. O par formado pela antena transmissora e a receptora é chamado de *link*¹⁸ (enlace). A distância entre uma antena e outra deve ficar no máximo¹⁹ entre 50 e 60 Km. Com várias antenas em sequência, os sinais de televisão podiam ser levados a longas distâncias. Contudo, “se neste caminho aberto para o *link* houvesse um obstáculo geomorfológico, o espaçamento de 60 Km deveria ser reduzido, para não perder o sinal da torre anterior” (MUNHOZ, 2008, p. 35). Inicialmente, as emissoras de TV construíram as suas rotas próprias de micro-ondas. A TV Coligadas, de Blumenau, é um exemplo. Os primeiros sinais televisivos que chegaram a Santa Catarina,

18 “Com a inauguração de Brasília, transmitida para todo o Brasil, o governo começa a investir nas transmissões à distância para atingir um maior número de telespectadores. As imagens chegam a São Paulo, Rio e Belo Horizonte e a TV Tupi foi a primeira emissora a ocupar um link e transmitir em cadeia no Brasil, através de 1.200 km, com 7 torres de transmissão”.
Fonte: <www.microfone.jor.br/historiadaTV.htm> Acesso: 16 nov. 2010.

19 Mesmo que não houvesse obstáculo entre a antena que emite e a que recepta, deve-se considerar a curvatura da Terra, que impediria que o sinal de uma antena chegasse a outra em distâncias maiores que essa, devido à transmissão em linha reta.

oriundos do Paraná ou do Rio do Grande do Sul, vieram por meio do sistema de micro-ondas.

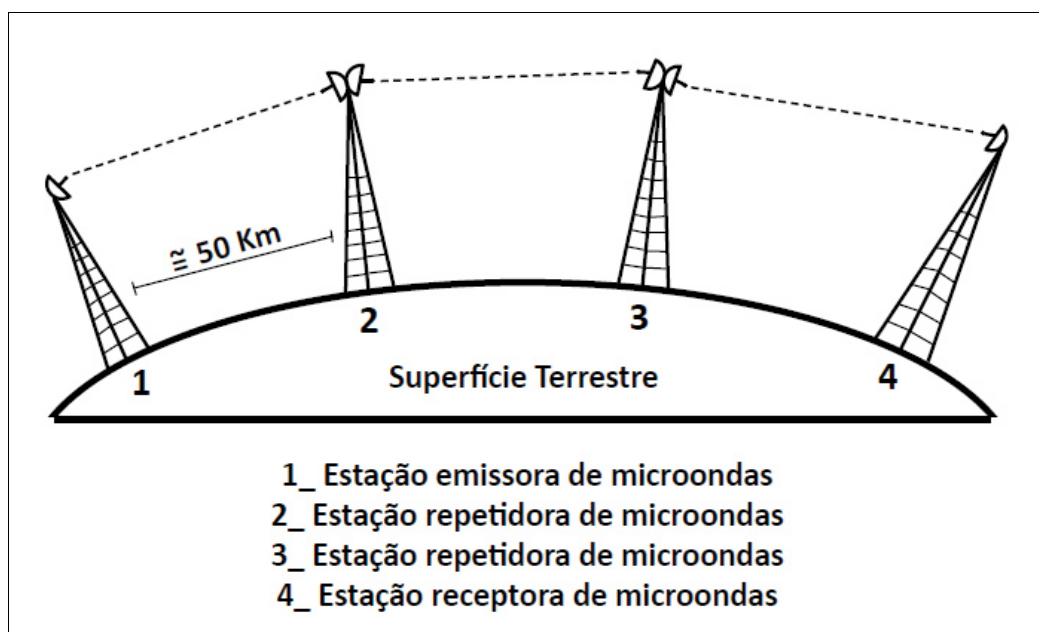


Figura 5: Modelo genérico de transmissão por micro-ondas

Adaptado de: <www.di.ufpb.br/raimundo/Tutoredes/ONDAS.gif> Acesso: 21 nov. 2010.

De acordo com Munhoz (2008), até os dias atuais esta técnica (sistema de micro-ondas) é usada, contudo, não mais para transmissões a longas distâncias, já que os satélites se encarregam desta tarefa com menor custo e melhor desempenho. A transmissão por micro-ondas ainda é utilizada para trajetos menores, por exemplo, para repetir o sinal das geradoras até os municípios compreendidos nas áreas de cobertura delas.

Uma nova realidade começou a existir na televisão brasileira, a partir de 1965, ano em que é criada a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), que possibilitou mais tarde as transmissões via satélite. Em 1968, foi inaugurada a rede nacional de micro-ondas. Em 28 de fevereiro de 1969 foi inaugurada Tanguá, a primeira Estação Terrena de Comunicação via satélite no Brasil, no município de Itaboraí, no Rio de Janeiro. A primeira transmissão via satélite foi realizada pela TV Globo, direto da Itália, com uma benção do papa Paulo VI. “Com isso o país se integrou ao sistema mundial de comunicação por satélite [Intelsat]” (MATTOS, 2002,

p. 184). Em 26 de março de 1969 foi inaugurado o Tronco Sul²⁰, da Embratel, que interligou Curitiba e Porto Alegre por meio de micro-ondas. No mesmo ano, a empresa inaugurou o Tronco Rio de Janeiro-Brasília e parte do Tronco Nordeste²¹. Em 1º de setembro de 1969, entrou no ar o Jornal Nacional²², da TV Globo, que foi o primeiro programa a ser transmitido regularmente em rede nacional. A data também marcou o início efetivo da Rede Globo. Com o uso do satélite, "as tevês puderam transmitir a chegada do homem à lua em 1969 e o Campeonato Mundial de Futebol em 1970." (PEREIRA FILHO, 2002, p. 37). Em 1972, a Embratel terminou a implantação do Sistema Básico de micro-ondas, com interligação de todos os estados e territórios por troncos de micro-ondas.

Para Mattos (2002), de 1964 a 1979, a televisão brasileira foi diretamente influenciada pelo governo militar, que além de promover o desenvolvimento técnico, começou a se preocupar com o conteúdo dos programas. De acordo com o autor,

criando condições operacionais para as telecomunicações brasileiras (facilitando o acesso à rede de microondas, cabo coaxial, satélite, televisão a cor etc.), principalmente para o sistema telefônico, o regime militar contribuiu para o desenvolvimento técnico da televisão, a qual também foi usada para promover as idéias do regime autoritário. (MATTOS, 2002, p. 35).

Do ponto de vista tecnológico, pode-se dizer que quatro momentos marcaram a história da televisão brasileira: em 1950, o início oficial da TV no país; em 1969, o começo das transmissões via satélite; em 1972, a primeira transmissão da TV em cores; e em 2007, o lançamento da TV digital.

O Jornal Nacional foi o primeiro²³ programa a utilizar o sistema de micro-ondas da Embratel. De acordo com Munhoz (2008), a partir de 1969 a Globo começou a receber imagens internacionais via satélite, mas as retransmitia via terrestre através das ondas hertzianas. Ainda conforme a autora, o sistema de afiliadas surgiu com a estadunidense NBC, o qual foi adaptado pela Globo e seguido

20 Os troncos de micro-ondas estavam previstos na Lei nº 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT). O código estabeleceu a criação do Sistema Nacional de Telecomunicações, "integrado por troncos e redes a eles ligados".

21 Fonte: <www.fundacaotelefonica.org.br/museu/Linha-do-tempo.aspx> Acesso: 16 nov. 2010.

22 Em 1º de setembro de 1970, quando o Jornal Nacional completou um ano no ar, a TV Coligadas, de Blumenau, que também fazia aniversário de um ano, passou a retransmitir o JN.

23 Fonte: <www.estadao.com.br/tvdigital/globoembratel.shtml> Acesso: 16 nov. 2010.

pelas demais empresas de televisão do Brasil, como SBT, Bandeirantes, Record, Rede TV, entre outras redes. A partir de 1972, a Globo passou a realizar contratos (afiliação) de exclusividade com as emissoras que retransmitiam os programas da emissora carioca. As transmissões por micro-ondas ou via satélite e a formação contratual da rede permitiu um maior controle das geradoras cabeças de rede (Rio de Janeiro e São Paulo) sobre as afiliadas. Assim, os programas passaram a ser exibidos simultaneamente para toda a rede, já a programação local ficou restrita a horários pré-estabelecidos.

De modo geral, uma rede de televisão nacional, atualmente, é composta por uma emissora principal, chamada de “cabeça de rede”, de onde é produzida e gerada a maior parte da programação, que é retransmitida por outras emissoras, as afiliadas, as quais também possuem uma parcela de programação própria. Em alguns casos, pode haver mais de uma cabeça de rede. “A rede hierarquizada de emissoras de televisão aberta [no Brasil] é comandada por São Paulo e Rio de Janeiro, que geram as programações e anúncios nacionais de uma ou mais redes de televisão” (IBGE, 2008, p.137).

Uma rede de televisão, com o seu sistema de afiliadas, cria uma divisão territorial do trabalho, como aponta Munhoz (2008) em relação à Rede Globo, interpretação que também serve para as demais redes de TV. A divisão territorial do trabalho “transforma as afiliadas em unidades de produção de informações para a sede” (Idem, p. 12). A capilaridade territorial da rede está ligada ao número de afiliadas e a distribuição espacial delas. A rede busca cobrir, do ponto de vista de transmissão²⁴ e de produção jornalística, a maior parte do território, seja nacional ou estadual, conforme o tipo de rede.

No caso das redes estaduais, como a RIC e a RBS, geralmente as cabeças-de-rede estão situadas nas capitais. As emissoras do interior abastecem a cabeça-de-rede com conteúdos que são veiculados durante o telejornal estadual, nos casos em que uma rede cobre todo o estado. Em Santa Catarina, a RIC e a RBS possuem a exclusividade da retransmissão das programações da Record e da Globo, respectivamente. Contudo, em outros estados, pode ocorrer de emissoras de grupos

24 Em alguns casos, uma rede transmite para determinado estado, sem possuir afiliada nele. Assim, só ocorre a retransmissão da programação, sem haver produção de conteúdo, um exemplo, é a Rede Gazeta, com sede em São Paulo, que possui uma retransmissora em Florianópolis (canal 15 UHF), sem ter afiliada em Santa Catarina.

empresarias diferentes serem afiliadas de uma mesma rede nacional, um exemplo é São Paulo, onde a emissora própria da Globo cobre a Grande São Paulo, enquanto o interior fica a cargo de outras emissoras, como a TV Tem, a EPTV, a TV Vanguarda, entre outras. Já no sul do Brasil, a RBS tem a exclusividade da retransmissão da Globo no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina e a Rede Paranaense de Comunicação (RPC) no Paraná.

A questão econômica tem grande contribuição para a existência das redes de televisão aberta. Dulce Márcia Cruz, ao estudar a RBS e a Globo, escreve:

A televisão vista como um negócio, um empreendimento comercial que deve dar lucro e ser administrado em termos profissionais, a racionalização dos processos de produção e a participação ativa no momento político podem ser apontados como os principais pontos em comum que agiram como elementos impulsionadores da expansão dos dois grupos [RBS e Globo]. Além disso, a criação do conceito de rede como uma forma de barateamento da programação, através da centralização da produção, possibilitou a concentração de capital necessário à constante renovação tecnológica e crescente eficácia do produto, representada pelo “padrão global de qualidade” (CRUZ, 1996, p. 15).

Tanto empresários quanto pesquisadores da área de comunicação ressaltam que a afiliação de uma emissora a uma rede é questão de sobrevivência no mercado. A maioria das emissoras locais não consegue manter uma programação própria, com nível competitivo²⁵, na maior parte do dia, devido aos altos custos de produção de programas e de manutenção da própria emissora.

Além das questões tecnológica e comercial, um dispositivo legal contribuiu para a formação das redes de televisão. O artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, estabelece que cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, dentro dos seguintes limites: no caso das emissoras de TV, dez em todo território nacional, das quais no máximo cinco em VHF e duas por Estado. Contudo, para burlar a lei, as entidades registram as emissoras em nome de terceiros. “Basta um grupo de comunicação ter uma família numerosa, e ir registrando uma empresa em nome de cada membro. É o que acontece em empresas familiares como a RBS” (CRUZ, 1996, p. 70). A RIC, pertencente à família Petrelli, também pode ser um exemplo dessa situação.

²⁵ Exclui-se, nesse caso, a reprise de programas, que pode manter a emissora no ar, mas sem novidades para o telespectador, o que gera desinteresse e perda da audiência.

Como uma mesma empresa, por lei, não pode ter emissoras em todos os estados do país, uma alternativa é o sistema de afiliação. Nesse caso, enquanto as cabeças de rede transmitem a maior parte da programação, as afiliadas exibem alguns programas necessários para uma identificação com as suas respectivas comunidades, já que o telespectador quer ser representado na TV.

Para as redes de televisão estaduais, ter várias emissoras locais, de preferência bem distribuídas espacialmente, contribui para um melhor rendimento comercial. Se uma emissora transmite uma mesma programação para todo um estado, ao cobrar por um anúncio, ela faz a cobrança com base no público estadual. Mas, se um comerciante possui uma loja somente numa cidade e tiver que anunciar para todo o estado, o custo do comercial vai sair caro para o empresário. Contudo, se a rede possui várias emissoras, o comerciante pode anunciar somente na emissora que cobre a cidade onde possui a loja. Dessa forma, a rede consegue atender desde o pequeno ao grande empresário. Sobre esse tipo de atuação, Dulce Márcia Cruz (1996), escreve sobre a Rede Brasil Sul:

A televisão regional no estilo da RBS é uma forma hábil de captação de recursos comerciais, muito pouco utilizada pelas afiliadas e pela própria Globo. A lógica é simples: se há geração de programas, pode-se também gerar publicidade local. Dessa forma amplia-se o leque, incluindo os pequenos e médios anunciantes e, ao mesmo tempo, aproximando a emissora do “tom local”, conseguido apenas por esse espaço aberto pela geradora. (CRUZ, 1996, p. 144).

A autora ressalta que a RBS representa uma experiência pioneira no chamado modelo de televisão regional, com uma rede de emissoras no interior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Conforme Lima (1999), o funcionamento desta TV regional pode ser descrito em linhas gerais da seguinte forma: “existe uma 'cabeça de rede' que centraliza a produção que é distribuída para as demais emissoras. Mas cada uma tem espaço para fazer a sua própria programação, que é exibida apenas no seu raio de cobertura”. Em Santa Catarina, RBS e RIC atuam no “estilo” da televisão regional, pois possuem várias geradoras. Já a TV Barriga Verde²⁶ e o SBT, por possuírem, cada qual, uma programação única para todo o

26 Na Grande Florianópolis, o canal original da TV Barriga Verde é o 9 VHF. Contudo, o canal 63 UHF também exibe a programação da afiliada da Band (com imagem pior), mas há diferenças entre os comerciais nos dois canais, embora os programas sejam os mesmos. No canal 63, aparecem anúncios com conteúdos relacionados a Chapecó, Maravilha, Tubarão, São Joaquim e

território catarinense, não podem oferecer muitas opções de anúncios regionais. A TVBV oficialmente possui somente uma geradora em Florianópolis, enquanto o SBT possui uma geradora em Lages e outra na capital. De acordo com a legislação, somente as geradoras podem emitir anúncios, com algumas exceções, descritas na nota de rodapé nº26.

2.4 A REDE RECORD

No dia 22 de novembro de 1950 foi autorizada a concessão para a TV Record de São Paulo, mas foi às 20h do dia 27 de setembro de 1953²⁷ que o canal 7 da capital paulista entrou no ar. A emissora foi fundada pelo empresário Paulo Machado de Carvalho. De acordo com Mattos (2002), a Record “foi a primeira emissora a ser inaugurada em prédio construído especificamente para televisão” (p.173). Em 1954, a Record exibiu o primeiro seriado de aventuras produzido no Brasil, o “Capitão 7”. Dois anos depois, a emissora transmitiu ao vivo o Grande Prêmio de Turfe do Brasil, direto do Jockey Clube do Rio de Janeiro.

Conforme Amorim (1999), a década de 1960 foi a mais promissora e importante da história da TV. “Tudo o que produz é inovador e dá certo”. (Idem, p. 21). Com a introdução do videoteipe no país, a emissora passou a exibir para os paulistas alguns programas da TV Rio. Nessa década, a Record decidiu investir na música popular brasileira. Nesse período, estreou o programa “O Fino da Bossa”, apresentado por Elis Regina e Jair Rodrigues, dedicado exclusivamente à MPB.

Erechim, por exemplo. O artigo 31, do Decreto nº 5.371 (que trata do Serviço de Retransmissão de TV) estabelece “As entidades autorizadas a executar o Serviço de RTV [Retransmissão de TV] deverão veicular somente programação oriunda da geradora cedente dos sinais, sendo vedadas inserções de qualquer tipo de programação ou de publicidade, inclusive as relativas a apoio institucional de qualquer natureza, à exceção das previstas nos arts. 32 e 33 deste Regulamento. (Redação dada pelo Decreto nº 5.413, de 2005)”. Já o artigo 32, expressa “As geradoras de televisão comercial poderão inserir, em seus estúdios, publicidade destinada a uma determinada região servida por uma ou mais estações retransmissoras, desde que não exista estação geradora de televisão ou estação de radiodifusão sonora instalada na localidade a que se destinar a publicidade”. O artigo 33 estabelece que a “A entidade autorizada a executar o Serviço de RTV em Municípios situados em regiões de fronteira de desenvolvimento do País, assim definidas em ato do Ministro de Estado das Comunicações, poderá realizar inserções locais de programação e publicidade...”. Resta saber em qual das três situações se encaixa o canal 63 da TVBV.

27 A Record é a emissora de TV mais antiga em funcionamento no Brasil.

Em 1960, a TV Record sofreu o primeiro e pior incêndio de sua história (Mattos, 2002, p. 175). No dia 29 de julho de 1966, o fogo destruiu os estúdios e a central técnica da unidade do Bairro do Aeroporto. De acordo com Amorim (1999), a Record foi a primeira emissora do país a perder acervos (mais de 300 filmes) e equipamentos em incêndios. Em setembro de 1966, a Record veiculou um dos seus programas de maior sucesso, o 2º Festival da Música Popular Brasileira, no ano seguinte, a terceira edição do festival foi ao ar. No ano de 1969, a Record sofreu com três incêndios consecutivos. O primeiro, em janeiro, ocorreu no edifício Grande Avenida, na Avenida Paulista, onde estava instalada a torre de transmissão da emissora. Como a torre e os transmissores não foram atingidos, a TV voltou ao ar rapidamente. Em março, o fogo destruiu as instalações do Teatro Record Consolação. Já em julho, o novo Teatro Record foi destruído por mais um incêndio.

De acordo com a seção História, do site da Rede Record²⁸, “a primeira transmissão em cores foi realizada oficialmente pela TV Record em 19 de fevereiro de 1972. Com imagens geradas pela TV Difusora de Porto Alegre, a emissora mostrou a Festa da Uva, na Cidade de Caxias do Sul”. Na década de 1970, os proprietários da Record se associaram ao apresentador e empresário Silvio Santos, que adquiriu 50% das ações da emissora. Durante a década de 1980, a Record passou a investir na expansão da emissora, com o objetivo de alcançar a cobertura total do estado de São Paulo.

Em 1988, a terceira geração da família Machado de Carvalho assumiu a direção executiva da empresa. Conforme Amorim (1999), no final da década de 1980, de um lado, a família Machado de Carvalho lutava contra a falta de recursos e procurava manter a audiência, e de outro, o empresário Silvio Santos, que nessa época já possuía a TVS, não tinha interesse em investir na emissora. Em novembro de 1989, o bispo Edir Macedo Bezerra, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, comprou a TV Record por, segundo ele, US\$ 38 milhões (Mattos, 2002, p. 203). Com a nova gestão, a Record se transformou em rede nacional. Em 1992, a emissora sofreu mais um incêndio, que atingiu as instalações do recém-inaugurado Teatro Record. No ano seguinte, a emissora inaugurou o Teatro Paulo Machado de Carvalho.

28 Fonte: Rede Record – História. Disponível em: <http://rederecord.r7.com/historia.html> Acesso: 21 nov. 2010.

Em 1994, a Record fez investimentos em novos transmissores para São Paulo e Rio de Janeiro, para aumentar a cobertura geográfica. Nesse ano, também montou um estúdio jornalístico em Brasília-DF. Em 1995, a Record mudou-se para uma nova sede no bairro Barra Funda, em São Paulo.

O livro *Rede Record: 45 anos de história*, de Antonio C. Bellini Amorim, publicado em 1999, apresenta a situação do mapa de cobertura da emissora no final do século XX.

Em 1987, a Record tinha somente três emissoras próprias no Estado de São Paulo (São Paulo, Franca e São José do Rio Preto). Desde o momento em que houve a interligação ao sistema Embratel, deu-se início a um projeto de expansão da rede, com intenção de atingir todo o País. Já em 1995, a Record possuía mais de 40 emissoras próprias e afiliadas, além das retransmissoras. Atualmente são 67 emissoras próprias e afiliadas cobrindo 85% do território nacional. Até o final de 1998, a Rede Record pretende estar com a emissora em todos os Estados brasileiros. (AMORIM, 1999, p. 110).

A partir de 2004 a Rede Record assumiu uma postura ousada, expressa no slogan da emissora: “A caminho da liderança”. Com grandes investimentos, nas áreas técnica, artística e jornalística, a rede reformulou a programação, contratou profissionais de emissoras concorrentes, e conquistou o segundo lugar de audiência, depois de ultrapassar o SBT. No dia 10 de julho de 2008, uma edição do “Jornal da Record” comemorou o crescimento da audiência da emissora. Durante a reportagem comemorativa, os jornalistas Paulo Henrique Amorim e Fabiana Scaranzi dizem: “aconteceu uma coisa que ninguém poderia imaginar: o brasileiro mudou de canal. E acabou o monopólio daquela que era uma rede que parecia imbatível, e esse é um fato histórico”. Contudo, a Record foi acusada²⁹ de superfaturamento na venda de horários para a Igreja Universal do Reino de Deus, como forma ilegal de financiamento da emissora. Em uma nota de esclarecimento³⁰, a Record reconheceu que a Universal é uma cliente da rede, mas que “o contrato entre as duas partes segue o regime jurídico legal e comercial comum a todos os meios de comunicação”. As acusações só tornaram ainda mais acirrada, a já tensa, relação entre Globo e

29 Emissora de televisão nega superfaturamento. Site do Jornal Nacional. Fonte: <<http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL1273637-10406.00-EMISSORA+DE+ELEVISAO+NEGA+SUPERFATURAMENTO.html>> Acesso: 15 nov. 2010.

30 Disponível em: <www.rederecord.com.br/IMPrensa/noticias.asp?n=11611> Acesso: 15 nov. 2010.

Record. Os palcos da disputa foram os principais telejornais das emissoras. O Jornal Nacional, da Rede Globo, noticiou a aceitação, pela Justiça de São Paulo, da denúncia³¹ do Ministério Público Estadual (MP/SP) contra o bispo Edir Macedo e mais nove pessoas ligadas à Igreja Universal por formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. Já o Jornal da Record exibiu uma reportagem em que criticou o monopólio da informação por parte da Globo. De acordo a matéria do telejornal, “não é novidade que a família Marinho usa a emissora de televisão para seu jogo de interesses. A história denuncia: acordos suspeitos, perseguições, dinheiro ilegal do exterior, apoio à ditadura militar e até tentativas de fraudes em eleições”.

Disputas à parte, a Record também cresceu no sul do país. A rede já possuía 30% de participação na RIC TV, do Grupo Petrelli, no Paraná. Em março de 2007, a Rede Record adquiriu o jornal *Correio do Povo*, as rádios Guaíba AM e FM, e a TV Guaíba, que pertenciam ao grupo Caldas Júnior, do Rio Grande do Sul.

Em Santa Catarina, a Rede Record possui três emissoras próprias, em Florianópolis, Itajaí e Xanxerê, compradas da extinta Rede de Comunicações Eldorado (RCE). Antes de passarem a compor a RIC no estado, a partir de fevereiro de 2008, as emissoras da Record SC viviam um período de investimentos em qualidade de sinal, na estrutura física e na programação, com o objetivo de aumentar a audiência. A partir de 2004, assumiu a direção geral da Record SC o administrador de empresas Anderson Silva. Em entrevista³² ao portal Acontecendo Aqui, em setembro de 2007, Silva falou do momento que motivou a mudança de postura da Record estadual no sentido de expansão da rede.

Foi em 2003. Naquela reunião o então vice-presidente, Dr. Marcos Pereira, que conduzia os trabalhos nos disse o seguinte: “Nós não podemos incorrer em uma anomalia onde a cabeça da rede cresce, se desenvolve e o corpo fica ‘mirrado’”. A Record está crescendo aqui em São Paulo e vocês precisam se desenvolver nas suas respectivas praças.”. Então todos os executivos começaram a empreender um trabalho dentro dessa visão da cabeça de rede. Assumi essa emissora no ano de 2004 implementando

31 Justiça recebe denúncia do MP contra bispo Edir Macedo e mais 9 por formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. Disponível em: www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/noticias/publicacao_noticias/2009/ago09/Justi%C3%A7a%20recebe%20den%C3%Bancia%20do%20MP%20contra%20bispo%20Edir%20Macedo%20e%20m Acesso: 15 nov. 2010.

32 Portal Acontecendo Aqui. Entrevista - Anderson Silva - Diretor Geral da Tv Record em Santa Catarina. Fonte: <www.acontecendoaqui.com.br/index.asp?dep=22&entrevistado=23> Acesso: 15 nov. 2010.

ações com aquela orientação. Quando chegamos aqui encontramos uma “Record do começo”, podemos dizer assim. Era a Record de quando a compramos. Aquela Record ainda sem uma estrutura administrativa, de jornalismo e comercial. (SILVA, 2007).

A partir de 1º de fevereiro de 2008, as três emissoras da Record SC passaram a ser administradas pelo grupo de Mário Petrelli. Sobre a fusão que culminou na criação da RIC Record, o vice-presidente da antiga Rede SC, Marcello Petrelli, também em entrevista ao portal Acontecendo Aqui³³, ressaltou que não houve troca de ações entre as empresas. Petrelli disse ainda que “o negócio surgiu pela nossa experiência de relacionamento com a Record em 12 anos [no Paraná] e pela visão estratégica da Record com SC para poder cobrar dos seus afiliados um melhor serviço e competência para ganhar a nível nacional”.

2.5 O LOCAL, O REGIONAL, O NACIONAL E O INTERNACIONAL

A televisão aberta se organiza em diferentes escalas³⁴, no que se refere à área de cobertura ou alcance das transmissões. As emissoras locais cobrem uma cidade ou um conjunto de cidades próximas. Várias emissoras locais em um estado podem constituir uma rede regional. Várias redes regionais (estaduais) podem formar uma rede nacional. Cabe, a seguir, dar exemplos e fazer considerações sobre essas escalas na organização de uma rede de televisão.

Pode-se observar em algumas redes de TV, como a Globo e a Record, três níveis hierárquicos para as informações e os anúncios, que também servem para caracterizar a abrangência de uma emissora, são eles: o local, o regional e o nacional. Por exemplo, um comercial pode ser veiculado para a área de cobertura da RIC Record Florianópolis (local), para a área coberta por todas as emissoras da RIC Record em Santa Catarina (regional) e para a área de cobertura da Rede Record no Brasil (nacional).

33 Portal Acontecendo Aqui. Entrevista - Marcello Petrelli. Disponível em: www.acontecendoaqui.com.br/index.asp?dep=22&entrevistado=36 Acesso: 08 ago. 2010.

34 Nesse caso, tem-se como base a transmissão de TV aberta convencional (por antenas / micro-ondas), pois, atualmente, a programação de algumas emissoras também é transmitida por satélite para além de sua área de cobertura original, como por exemplo a TV Paraná Educativa, ou ainda, pela internet, como a própria RIC TV.

Em relação às informações, existem assuntos que interessam ao público de uma região (Grande Florianópolis), de um estado (Santa Catarina) e de todo o país (Brasil). As notícias de outros países³⁵ entrariam no nível de interesse nacional. Porém, não há uma conceituação clara desses níveis hierárquicos, os quais também servem para definir o alcance das emissoras.

Em alguns casos, usa-se “local” como sinônimo de “regional”, e “estadual” como sinônimo de “regional”. Com base no exemplo acima, a RIC Record Florianópolis seria uma emissora regional e o conjunto formada pelas emissoras da RIC Record em Santa Catarina constituiria uma rede “estadual”.

O termo “regional” também é utilizado para expressar a atuação de um grupo empresarial em alguns estados de uma das cinco grandes regiões do país, por exemplo, RBS e RIC são, nessa ordem, os dois maiores grupos regionais de comunicação do Sul do Brasil. Em relação a essa última possibilidade de interpretação, o Projeto Donos da Mídia (donosdamidia.com.br) define grupos regionais de mídia como “o conjunto de empresas, fundações ou órgãos públicos que controlam mais de uma entidade de mídia, independentemente de seu suporte, e atuam na periferia do sistema, com presença em até dois estados”. De acordo com o projeto³⁶, há 142 grupos regionais no Brasil, que controlam 688 veículos. São exemplos desses grupos em Santa Catarina: a Rede Brasil Sul (RBS), o Grupo Petrelli de Comunicação (RIC), a Central Barriga Verde de Comunicação (CBV), o Sistema Catarinense de Comunicação (SCC), a Guararema, entre outros.

O Projeto Donos da Mídia também define grupos nacionais de mídia, os quais constituem

o conjunto de empresas, fundações ou órgãos públicos que controlam mais de um veículo, independentemente de seu suporte, em mais de dois estados. Aqui se enquadram os conglomerados que atuam no núcleo do Sistema Central de Mídia do Brasil porque a maioria destes grupos controla cabeças-de-rede de televisão. (DONOS DA MÍDIA, www.donosdamidia.com.br)

35 Contudo, pode ocorrer de uma notícia do exterior interessar apenas a um estado ou a uma cidade.

36 Os dados referentes às quantidades dos grupos regionais e nacionais e dos veículos controlados por ambos foram obtidos no site do Projeto Donos da Mídia, em consulta realizada no dia 31 de outubro de 2010.

Conforme o projeto, existem no Brasil 41 grupos de abrangência nacional que controlam 551 veículos (jornais, rádios, TVs, etc).

O Decreto nº 52.026, de 20 de maio de 1963, que regula o Código Brasileiro de Telecomunicações, traz no artigo 6º, definições de estações de radiodifusão local, regional e nacional, conforme aparece no quadro abaixo.

- 14) Estação radiodifusora - é o conjunto de equipamentos, incluindo as instalações acessórias, necessário a assegurar serviço de radiodifusão.
- 15) Estação radiodifusora local - é aquela que, por suas características técnicas, se destina a servir a uma única localidade (cidade, vila ou povoado).
- 16) Estação radiodifusora nacional - é aquela que, por suas características técnicas, se destina a servir mais de uma região, utilizando canal exclusivo do País.
- 17) Estação radiodifusora regional - é aquela que, por suas características técnicas, se destina a servir a uma determinada região (mais de uma localidade), sem utilizar canal exclusivo do País.

Quadro 2: Definições de estações radiodifusoras

Fonte: <www.planalto.gov.br/Ccivil/decreto/1950-1969/D52026.htm> Acesso: 31 out. 2010.

O Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, que aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, traz algumas definições mais esclarecedoras quanto ao que seja local e regional, conforme quadro abaixo.

- IX - Rede Local de Televisão: é o conjunto formado por uma estação geradora e seu Sistema de Retransmissão de Televisão, restrito à área territorial de um grupo de localidades pertencentes à mesma mesorregião geográfica de uma unidade da Federação, que veiculam a mesma programação básica;
- X - Rede Estadual de Televisão: é o conjunto de estações geradoras e respectivos Sistemas de Retransmissão de Televisão que veiculam a mesma programação básica dentro da área territorial de uma unidade da Federação;
- XI - Rede Regional de Televisão: é o conjunto de estações geradoras e respectivos Sistemas de Retransmissão de Televisão que veiculam a mesma programação básica em mais de uma unidade da Federação, com abrangência em uma mesma macrorregião geográfica;
- XII - Rede Nacional de Televisão: é o conjunto de estações geradoras e respectivos Sistemas de Retransmissão de Televisão com abrangência nacional que veiculam a mesma programação básica;

Quadro 3: Definições de redes de televisão quanto ao alcance

Fonte: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/D5371.htm> Acesso: 15 nov.

2010.

Com base nas definições acima, a RIC Record Florianópolis poderia ser classificada como uma “Rede Local de Televisão”, pois há a geradora na capital e retransmissoras em São José, Palhoça, Biguaçu, entre outros municípios. Já todas as geradoras da RIC em Santa Catarina constituem uma “Rede Estadual de Televisão”. Uma possível “Rede Regional de Televisão” seria a TV Diário, do Ceará, que transmite para a região Nordeste do Brasil. Como exemplos de “Rede Nacional de Televisão”, há a Globo, a Record, o SBT, a Band e a Rede TV.

Em relação ao conteúdo da programação, o artigo 221 da Constituição Federal do Brasil, de 1988, estabelece que:

A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

- I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
- II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
- III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;
- IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

O Projeto de Lei nº 256-E³⁷, de 1991, de autoria da deputada Jandira Feghali (PC do B/RJ), que regulamenta o inciso III do artigo 221 da Constituição Federal, depois de anos de discussão, e com algumas emendas, foi aprovado pela Câmara dos Deputados. No entanto, ainda falta a aprovação do Senado. O projeto de lei estabelece uma quantia mínima de produção regional na televisão brasileira, como aparece no quadro abaixo. O projeto define produção regional como “a produção cultural, artística e jornalística totalmente produzida e emitida nos estados onde estão localizadas as sedes das emissoras de radiodifusão ou televisão e suas afiliadas e realizada por produtor local, seja pessoa física ou jurídica”.

Art. 1º As emissoras de televisão ficam obrigadas a veicular, no horário de cinco às vinte e quatro horas, programas culturais, artísticos e jornalísticos totalmente produzidos e emitidos nos estados onde estão localizadas as sedes das emissoras e/ou suas afiliadas, nas seguintes condições:
I – vinte e duas horas semanais, no caso de emissoras que atendem áreas geográficas com mais de um milhão e quinhentos mil domicílios com televisores;

37 Disponível em: <www.camara.gov.br/sileg/integras/153114.pdf> Acesso: 15 nov. 2010.

II – dezessete horas semanais, no caso de emissoras que atendem áreas geográficas com menos de um milhão e quinhentos mil domicílios com televisores;

III - dez horas semanais, no caso de emissoras que atendem localidades com menos de quinhentos mil domicílios com televisores.

§ 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II deste artigo deverão, no prazo de cinco anos, alcançar respectivamente trinta e duas horas e vinte e duas horas, com o aumento, ao final de cada ano, de duas horas no primeiro caso e de uma hora no segundo.

§ 2º No caso da Amazônia Legal, os valores estabelecidos no *caput* serão atendidos considerando-se programas produzidos e emitidos na região.

Quadro 4: Artigo 1º do Projeto de Lei nº 256-E, de 1991

O “internacional” está presente na televisão sob diversas formas. As redes possuem escritórios e correspondentes em outros países, que abastecem a rede de conteúdos do exterior. Devido às diferenças de idiomas, são poucas as redes internacionais³⁸ de televisão. No entanto, uma emissora pode ter sua própria versão internacional, como a Globo, a Record e a TV Brasil. Geralmente, os sinais dessas versões internacionais de emissoras brasileiras são transmitidos via satélite.

A TV Globo Internacional foi lançada em 1999. O canal está disponível em 115 países³⁹, nos cinco continentes, com um público-alvo de 5,5 milhões de pessoas, entre brasileiros, portugueses e lusófonos. A Record Internacional também está presente nos cinco continentes, em mais de 150 países⁴⁰. Já a TV Brasil Internacional começou a transmitir em 24 de maio de 2010, com cobertura, inicialmente, de 49 países africanos. Conforme notícia⁴¹ do site da emissora,

Os 49 países que serão alcançados pela TV Brasil Internacional têm uma população de 559 milhões de pessoas. Neles, 2,5 milhões são assinantes da operadora Multichoice. Entre eles estão cinco países de Língua Portuguesa: Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe. (TV BRASIL, 2010).

38 Uma iniciativa de rede de televisão internacional é a Tele Sur. A Tele Sur é uma empresa multiestatal criada em 2005 com o apoio de seis países: Argentina, Bolívia, Cuba, Equador, Nicarágua e Venezuela. Conforme consta no site da emissora, "A política editorial tem como 'Sul' contribuir com o processo de integração dos povos latinoamericanos" e "a meta é ajudar a formar cidadãos críticos, informados e participativos dentro da sociedade". O sinal da TV é livre e gratuito. De acordo com a visão da emissora, expressa no site, o 'Sul' é um "conceito geopolítico que promove a luta dos povos pela paz, autodeterminação, respeito pelos Direitos Humanos e pela Justiça Social". Fonte: <www.telesur.tv.net/noticias/canal/index.php> Acesso: 31 out. 2010.

39 Fonte: TV Globo Internacional – Site: <tvglobointernacional.globo.com> Acesso: 31 out. 2010.

40 Fonte: Record Internacional – Site: <recordinternacional.com.br> Acesso: 31 out. 2010.

41 TV Brasil lança na segunda-feira seu canal internacional – Fonte: <www.tvbrasil.org.br/saladeimprensa/noticia_588.asp> Acesso: 31 out. 2010.

Deste capítulo, conclui-se que a origem da televisão no mundo é resultado de iniciativas acumuladas de cientistas e inventores de vários países. O espectro eletromagnético é um bem público, administrado pelo Estado, que concede a algumas empresas o uso das frequências de ondas eletromagnéticas. No caso das emissoras de TV, a concessão é de 15 anos, com possibilidade de renovação por períodos iguais e sucessivos.

O alcance das emissoras de televisão está ligado à tecnologia empregada nas transmissões. A TV nasceu local no Brasil. Nos primeiros anos, a programação era somente ao vivo. A introdução do videoteipe (VT) permitiu a gravação de programas e um maior alcance das produções. Com a instalação das redes de micro-ondas, a cobertura das TVs cresceu. A partir de 1969, com o uso dos satélites, começaram a surgir as primeiras redes nacionais de televisão.

A TV Record é a mais antiga emissora de televisão em funcionamento no Brasil. A emissora, fundada em 1953 pela família Machado de Carvalho, passou para o controle do bispo Edir Macedo, da Igreja Universal, em 1989. A partir de 2004, a rede começou uma campanha rumo à liderança de audiência no Brasil. A Rede Record conquistou o segundo lugar na preferência do telespectador, ao ultrapassar o SBT, mais ainda não passou a Rede Globo, primeira colocada.

As redes de televisão surgem por causa de vários fatores, por exemplo, a melhoria da tecnologia (satélite), que permitiu uma integração das emissoras, o limite do número de emissoras por entidade, estipulado por decreto, que forçou a afiliação, caso uma emissora almejasse um alcance nacional, além da questão comercial, ou seja, a possibilidade de veicular anúncios para todo o país e cobrar um valor maior por eles.

As redes de TV aberta possuem três níveis de interação do ponto de vista das informações e comercial: o local, o regional e o nacional. A cabeça de rede, ao transformar as afiliadas em unidades de produção, cria uma divisão territorial do trabalho. A existência de emissoras locais, regionais e nacionais permite que as redes atendam desde o pequeno ao grande empresário.

3 A TELEVISÃO NO ESPAÇO GEOGRÁFICO CATARINENSE

Neste capítulo, inicialmente, caracteriza-se em linhas gerais o estado catarinense, quanto ao relevo e ao povoamento. Em seguida, apresenta-se um panorama atual dos meios de comunicação no estado, o qual vai possibilitar uma melhor compreensão do histórico da televisão catarinense.

Santa Catarina possui uma área de 95.346,181 Km², que corresponde a cerca de 1,12% da área do território nacional e a aproximadamente 16,54% da área da região Sul. Santa Catarina limita-se ao norte com o Paraná, ao sul com o Rio Grande do Sul, ao leste com o Oceano Atlântico e ao oeste com a Argentina. O estado Barriga Verde tem 293 municípios, que totalizam uma população de 6.249.682 habitantes (Censo Demográfico-IBGE-2010). Em termos populacionais, atualmente, as dez maiores cidades catarinenses são: Joinville, Florianópolis, Blumenau, São José, Criciúma, Chapecó, Itajaí, Lages, Jaraguá do Sul e Palhoça.

Do ponto de vista das condições naturais, especificamente do relevo, Santa Catarina possui duas regiões bem distintas, que, de certo modo, influenciaram o povoamento e a organização espacial do estado.

O território catarinense caracteriza-se por apresentar um altiplano levemente inclinado para oeste e uma área que se desenvolve da borda do planalto até o mar, conhecidos respectivamente, por Região do Planalto e Região do Litoral e Encostas. (PELUSO JR, 1991, p.15)



Figura 6: As duas grandes regiões de Santa Catarina.

Fonte: PELUSO JR, Victor Antônio. **Aspectos Geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC Edições/Editora da UFSC, 1991. p.16

Ainda conforme o autor, essas duas grandes regiões em que se divide o território catarinense são separadas pela Serra do Mar e pela Serra Geral. Na Região do Litoral e Encostas, correm os rios da vertente do Atlântico, e na região do Planalto, os rios da vertente do interior. Por longo período, essa divisão dificultou a integração do território catarinense, inclusive, no que se refere aos meios de comunicação. “A simples leitura do mapa ressalta os fatores geográficos que, ao longo dos anos, desde o início da colonização, impediram o surgimento de uma imprensa forte e estadualizada, ou neutralizaram projetos ambiciosos”. (PEREIRA, 1992c, p.59). Atualmente, das dez maiores cidades de Santa Catarina, oito estão situadas na Região do Litoral e Encostas e somente duas na Região do Planalto.

Não só o relevo do território catarinense é diverso, como também a população do estado, a qual é composta por povos com diferentes origens étnicas, que contribuíram, entre outros fatores, para a formação de “ilhas culturais” ou “zonas autônomas” (SILVA, 1978).

A ocupação do solo, em Santa Catarina, que marca o início da sociedade catarinense, principiou no século XVII, com a instalação, em São Francisco, Desterro e Laguna, de povoadores vicentistas. No século XVIII, a eles se juntaram açorianos e madeirenses no litoral, e paulistas no planalto. No século XIX, foram os imigrantes europeus, entre os quais predominaram

alemães e italianos, que aqui chegaram, criando os núcleos coloniais que se encontram entre o litoral e o planalto. No século atual [XX], presenciamos a expansão das antigas colônias de imigrantes europeus e a chegada de elementos de origem semelhante, vindos das comunidades alemães e italianas estabelecidas, no século anterior, no Estado do Rio Grande do Sul. (PELUSO JR, 1992, p. 254).

As condições naturais, como o relevo, a hidrografia, o clima e a vegetação, mais os diferentes povos que vieram a colonizar o território catarinense, entre outros fatores, como a economia e a cultura, levaram a constituição de formações sócio-espaciais distintas no estado. “As formações sócio-espaciais catarinenses, quanto a sua gênese, podem ser distinguidas basicamente no que se refere a organização da produção: latifúndio e pequena produção mercantil”. (VIEIRA; PEREIRA, 1997, p.459).

Em relação aos meios de comunicação, o primeiro jornal impresso em Santa Catarina foi publicado em Desterro, atual Florianópolis, em 28 de julho de 1831. Chamava-se *O Catharinense*, cujo proprietário era Jerônimo Coelho, o fundador da imprensa no estado. A primeira emissora de rádio surgiu em Blumenau, na década de 1930, com o radioamador João Medeiros Júnior, era a PRC-4, Rádio Clube de Blumenau. A primeira emissora de televisão de Santa Catarina também surgiu em Blumenau, a TV Coligadas, canal 3, inaugurada em 1969.

Na atualidade, além da RIC Record, existem mais três emissoras em Santa Catarina, com alcance estadual⁴², são elas: RBS TV, TV Barriga Verde e SBT-SC, as quais estão vinculadas a grupos de comunicação.

A RBS TV faz parte do Grupo Rede Brasil Sul (RBS), fundado por Maurício Sirotsky Sobrinho, em 1957, no Rio Grande do Sul. O grupo ingressou no mercado catarinense em 1979, a partir da inauguração da TV Catarinense (agora RBS TV Florianópolis). Atualmente, a RBS, afiliada da Rede Globo, possui seis geradoras de televisão em Santa Catarina, nas seguintes cidades: Florianópolis, Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma e Joaçaba. Na maior parte dos horários, a RBS TV é líder de audiência.

O grupo RBS atua com uma plataforma multimídia tanto no estado Gaúcho quanto no Barriga Verde. Em Santa Catarina possui quatro jornais (*Diário*

⁴² A Record News SC, emissora do Grupo RIC, com geração de programação a partir de Florianópolis, não chega a cobrir todo o estado, mas cobre a maior parte das cidades do litoral, além dos municípios de Lages, Chapecó e Xanxerê.

Catarinense, *Jornal de Santa Catarina*, *A Notícia e Hora de Santa Catarina*), um canal de TV por assinatura (TV COM), as emissoras de rádio Atlântida FM (Florianópolis, Joinville, Blumenau, Criciúma e Chapecó), Itapema FM (Florianópolis e Joinville) e CBN-Diário AM (Florianópolis), e dois portais na internet (ClicRBS e Hagah).

A TV Barriga Verde, afiliada da Rede Bandeirantes, atualmente faz parte da Central Barriga Verde de Comunicação (CBV), que tem como presidente Saul Brandalise Júnior. De acordo com o site do projeto Donos da Mídia (donosdamidia.com.br), a CBV possui uma emissora de televisão, seis emissoras de rádio FM e sete AM em Santa Catarina. Também compõem a CBV a produtora de vídeo BV Produções (BVP) e a CBV Multieventos.

A TV Barriga Verde surgiu em 1982. A concessão original do canal da emissora em Florianópolis pertenceu a Mário Petrelli. Na época, o canal 9 da capital foi outorgado à “TV Barriga Verde Ltda”. Em 1994, com a renovação da concessão, já sob o comando do atual grupo, houve a mudança da razão social da emissora para “Firenze Comunicação e Produção Ltda”. A TV Barriga Verde transmitiu o SBT até 1985 e, depois, a Rede Manchete até 1993. Em seguida, passou a exibir a programação da Rede Bandeirantes, a qual transmite até hoje. Segundo o site da TVBV, a emissora é a afiliada modelo da Band nacional. Diferente das concorrentes, que possuem programações locais (de cada geradora), a Barriga Verde tem uma programação única, gerada a partir de Florianópolis para todo o estado. No entanto, possui sucursais⁴³ em oito cidades catarinenses, são elas: Criciúma, Tubarão, Itajaí, Blumenau, Joinville, Chapecó, Joaçaba e Lages. Embora não existam geradoras nesses municípios, há produção de conteúdo jornalístico, o que garante representatividade para eles e suas respectivas regiões na programação da TV.

O SBT Santa Catarina faz parte do Grupo Sistema Catarinense de Comunicações (SCC), cujo presidente é Roberto Amaral. O grupo compreende televisão aberta e por assinatura, emissoras de rádio, comunicação empresarial (*trunking*, teleconferência), provedor de internet banda larga, além da Fundação Carlos Joffre. A origem do grupo remete à chegada a Lages, em 1939, do técnico em manutenção de rádios Carlos Joffre do Amaral, vindo de São Paulo. O grupo possui

⁴³ Sucursais são espécies de filiais das geradoras, em alguns casos possuem estúdio, em outros somente equipe (s) de telejornalismo, além de departamento comercial.

a concessão da “Televisão Lages Ltda”, que teve inicialmente o nome fantasia de TV Planalto. A emissora entrou no ar em 10 de julho de 1980. No começo, transmitia alguns programas locais e outros da TV Guaíba de Porto Alegre, além do Programa Silvio Santos. Depois, tornou-se a primeira afiliada do SBT. Posteriormente, houve uma parceria entre a TV Planalto, de Amaral, e as TVs O Estado, de Petrelli, as quais constituíram o SCC. Em 1998, a parceria acabou. A TV Planalto se tornou afiliada da Rede TV, em 2000, e mudou de nome para Rede TV Sul. Em 2008, com a fusão entre Rede SC, antiga afiliada do SBT, e a Record SC, afiliada da Record, a TV Planalto voltou a transmitir a programação da emissora de Silvio Santos, desta vez, para todo o território catarinense.

A RIC Record começou a existir em Santa Catarina em 1º fevereiro de 2008, após a fusão entre a Rede SC e a Record SC. O Grupo RIC possui no estado oito geradoras de TV, sete da RIC Record (Florianópolis, Joinville, Blumenau, Criciúma, Chapecó, Itajaí e Xanxerê) e uma da Record News (Florianópolis), além de quatro jornais diários, o *Notícias do Dia* da capital, o da Grande Florianópolis, o do Vale do Rio Tijucas e Costa Esmeralda, e o de Joinville. O grupo RIC ainda possui no estado a Revista *Its* e o *Jornal da Lagoa* (quinzenal de bairro).

3.1 DOS PRIMÓRDIOS À ATUALIDADE

A televisão começou oficialmente no Brasil em 18 de setembro de 1950, com a inauguração da TV Tupi, de São Paulo. Em Santa Catarina, os primeiros sinais de televisão chegaram somente na década de 1960, ainda assim, vindos do Rio Grande do Sul e do Paraná. Em 1966, no artigo *Vida regional em Santa Catarina*, o geógrafo Armen Mamigonian escreveu:

Santa Catarina se diferencia do Rio Grande do Sul e do Paraná pela ausência de metrópole própria. Ora, Porto Alegre e Curitiba, as duas metrópoles do Brasil meridional, unificam a vida do Rio Grande do Sul e do Paraná, integrando as diferentes áreas que compõem tais Estados. Já Santa Catarina não existe como unidade espacial: são oito regiões urbanas pequenas, independentes umas das outras, ligadas em primeira instância às metrópoles referidas quanto ao consumo de bens e serviços e às metrópoles maiores (São Paulo principalmente) quanto ao escoamento da produção. (Mamigonian, 1966, p. 35).

Conforme dados dos Censos Demográficos do IBGE⁴⁴, o estado de Santa Catarina possuía 102 municípios em 1960, número que aumentou para 197 em 1970. No censo de 1960, a população rural do estado correspondia a 67,6% da população total e a urbana 32,4%, já no censo de 1970, os valores são, respectivamente, 56,8% e 43,2%. A população total catarinense era de 2.146.909 pessoas em 1960, e aumentou para 2.930.411 em 1970.

Como apontou Silva (1978), Santa Catarina possui diversas cidades médias, sem ter um centro de integração estadual e nem mesmo uma grande cidade. No censo de 1960, havia no estado apenas uma cidade com mais de 100.000 habitantes (Florianópolis). Já em 1970, esse número subiu para quatro cidades (Florianópolis, Lages, Joinville e Blumenau). Em 1970, a capital ainda era a maior cidade do estado, com 138.337 habitantes.

No artigo de 1966, Mamigonian identifica em Santa Catarina oito regiões urbanas pequenas, com suas respectivas capitais, são elas: a região de Joinville, do Vale do Itajaí (Blumenau), de Florianópolis, do Sul (Tubarão e Criciúma), de Lages, do Planalto norte-catarinense (Porto-união da Vitória, Canoinhas, Mafra-Rio Negro), do Vale do Peixe (Joaçaba-Herval d'Oeste) e do Oeste catarinense (Chapecó). Além dessas áreas regionais, o autor identificou também áreas sub-regionais. Por exemplo, na região Sul, havia as áreas sub-regionais de Laguna e de Araranguá.

O mapa apresentado por Mamigonian na década de 1960 mostra um estado com várias cidades-polo, mas sem integração entre elas. Nesse período, a capital catarinense não exercia grande influência sobre as demais cidades do interior, e estava ela própria na área de influência de Curitiba. Atualmente, essa situação mudou um pouco.

Florianópolis assume o controle de quase todo o Estado de Santa Catarina (excetuando-se a rede de Joinville, no norte, que continua diretamente ligada a Curitiba) e passa a ter dupla vinculação, participando da região de influência de Curitiba e da de Porto Alegre. (IBGE, 2008, p. 18).

44 Fonte: Banco de Dados Sidra – IBGE <www.sidra.ibge.gov.br> Acesso: 31 out. 2010.

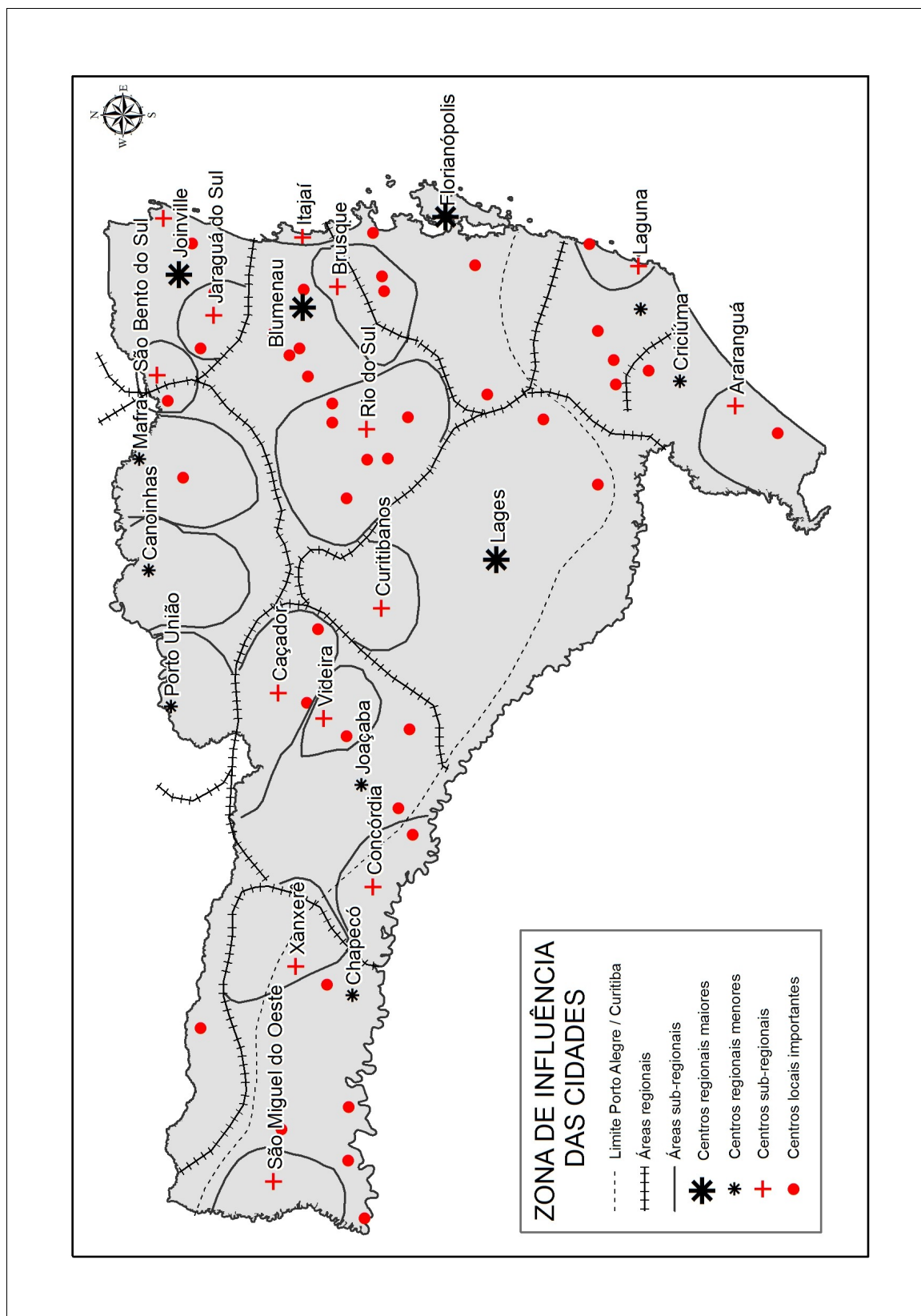


Figura 7: Zona de Influência das Cidades – Santa Catarina – 1966

Fonte: Reprodução em meio digital do mapa contido em MAMIGONIAN, Armen. Vida Regional em Santa Catarina. In: **Revista Orientação**. São Paulo: IG-USP, nº 2, 1966, p. 37.

Assim, o começo da televisão em Santa Catarina ocorre com base na organização sócio-espacial vigente à época, a qual vai contribuir, posteriormente, para a definição da localização das cidades-sede das geradoras de TV. Por ser uma atividade recente, em relação à agropecuária e à indústria, o setor de televisão se distribui sobre o território a partir de uma organização sócio-espacial já pré-estabelecida, logo, as cidades-sede de geradoras tendem a ser os principais centros urbanos do estado. Para Roberto Lobato Corrêa, no livro *O Espaço Urbano*, a organização espacial é

igual a arranjo espacial, configuração espacial, estrutura territorial e espaço socialmente produzido. É o conjunto de objetos ou formas espaciais criados pelo homem ao longo da História dispostos sobre a superfície da terra. É a natureza transformada pelo trabalho social, de acordo com as possibilidades concretas que cada sociedade tem de transformá-la e que derivam do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Cada sociedade organiza o seu espaço segundo uma lógica que lhe é inerente. (CORRÊA, 1989, p.83).

A chegada dos primeiros sinais televisivos a Santa Catarina reflete a influência dos estados vizinhos da região Sul. De acordo com Pereira (1992c), há uma polêmica se o primeiro sinal veio para o sul ou para o norte catarinense. Conforme o autor, a “versão corrente” credita o pioneirismo à região sul de Santa Catarina, onde chegaram as imagens da TV Piratini, de Porto Alegre. Em 1963, “duas cidades [...], Araranguá e Tubarão, já assistiam naquele período às transmissões regulares de televisão” (MATTOS, 1992, p. 11). Contudo, outra versão indica que os primeiros sinais de televisão vieram para o norte do estado, com as transmissões da TV Paraná, canal 6 de Curitiba. A iniciativa de trazer as imagens da emissora paranaense para Santa Catarina foi de Flávio de Almeida Coelho. Inicialmente foi instalada uma repetidora da TV Paraná em Joinville e, depois, em 1965, em Pomerode, a qual viabilizou as transmissões para o Vale do Itajaí. A antena em Pomerode foi inaugurada solenemente pelo então governador Ivo Silveira.

De acordo com Mattos (1992), até 1963 somente quatro capitais de estado ainda não possuíam emissora de televisão, eram elas: Florianópolis, Natal, João Pessoa e Teresina. Na capital catarinense, havia alguns televisores, mas era rara a recepção de imagens, que chegava a ocorrer com baixa qualidade (“chuviscos e

fantasmas”) quando as condições climáticas eram favoráveis. Conforme escreve Maristela Amorim (1984), em Florianópolis, por volta de 1960 começaram a surgir os primeiros aparelhos de televisão, entretanto, não havia estação geradora no estado nessa época.

As imagens que aqui chegavam vinham⁴⁵ de Curitiba ou, dependendo das condições climáticas, de estações instaladas em outros estados litorâneos, com a TV Jornal do Comércio, de Pernambuco. Contudo, essas imagens, além de esporádicas, eram muito ruins; raramente a cidade captava um bom sinal. (AMORIM, 1984).

A recepção regular dos sinais televisivos na capital de Santa Catarina começou a partir de 1964, por iniciativa da Sociedade Pró-Desenvolvimento da Televisão, formada por moradores da cidade, e cujo presidente era Darci Lopes, um comerciante do ramo automobilístico. A sociedade tinha o objetivo de “criar condições para Florianópolis ter sua própria estação de televisão” (Idem). Darci Lopes fez um acordo com os Diários e Emissoras Associados para trazer para a capital catarinense o sinal da TV Piratini. No Rio Grande do Sul, as transmissões partiam de Porto Alegre, passavam pelas repetidoras de Osório e Torres, e chegavam a Araranguá e Tubarão, já em solo catarinense. Coube à Sociedade Pró-Desenvolvimento da Televisão instalar um prolongamento da rota do sinal até Florianópolis, por meio de uma retransmissora em Imbituba e de uma na capital, no Morro do Antão (Maciço do Morro da Cruz). Ainda assim, havia instabilidades no sinal, já que ocorriam com frequência quedas de energia em Imbituba ou problemas técnicos em outras cidades da rota, tanto em Santa Catarina quanto no Rio Grande do Sul.

A primeira tentativa de criar uma emissora (com geração de programação) no estado, ocorreu em Florianópolis, em 1964, liderada pelo comerciante Hilário Silvestre⁴⁶, de Tubarão. A TV Florianópolis, canal 11, começou a transmitir, mas sem autorização do governo. “Funcionando em caráter precário _ não chegava a ser

45 Sérgio Mattos (1992) escreve que raramente também chegavam imagens da TV Piratini de Porto Alegre (p.11).

46 Maristela Amorim (1984), caracteriza Hilário Silvestre como “exportador de produtos primários em Tubarão”. Pereira (1992c), escreve que “Hilário Silvestre, industrial de Tubarão, dono de respeitável patrimônio adquirido pela exportação de produtos primários...” (p.52). Já conforme Sérgio Mattos (1992), Silvestre era “um comerciante de Tubarão que exportava grãos e farinha de mandioca do Sul catarinense para mercados do Centro e Nordeste do País” (p.12).

experimental porque não havia licença _ a emissora viu nascer o ano de 1965” (PEREIRA, 1992c, p.53). Alguns meses depois, o Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel) ordenou a interrupção das transmissões. Mas, antes que a ordem fosse cumprida, um temporal derrubou a antena da TV, fixada no telhado do Hotel Lux. A TV Florianópolis foi lacrada em 9 de março de 1965. Hilário Silvestre tentou por várias vezes legalizar a situação da emissora, mas não obteve êxito. “Todas as portas se fecharam às suas investidas. [...] Soube mais tarde que o processo do Canal 11 havia desaparecido misteriosamente nos escaninhos da burocracia federal” (PEREIRA, 1992c, p. 53).

Pereira (1992c) ressalta que a iniciativa de Hilário Silvestre de instalar uma televisão em Florianópolis tinha “total desvinculação com as forças políticas que comandavam há vários anos os destinos do Estado” (p. 52). Ainda segundo o autor, o esquema de poder, numa posição “legalista”, pediu às autoridades federais que a TV Florianópolis fosse lacrada.

Dessa forma, só havia em Santa Catarina repetidoras de emissoras do Rio Grande do Sul e do Paraná. Conforme escreve Moacir Pereira:

Durante vários anos Florianópolis viveu e conviveu com as imagens da TV Piratini. Estudantes, crianças e adultos, sabiam de cor o nome das principais autoridades do Rio Grande do Sul, do prefeito de Porto Alegre ao governador gaúcho, embora ignorassem quais seus líderes políticos em Santa Catarina, tal a influência da comunicação eletrônica. (PEREIRA, 1992c, p. 150).

Mesmo sem ter uma geradora de televisão própria, Santa Catarina chegou a ser representada na programação das emissoras dos estados vizinhos. “A [agência] Propague era a única a fazer publicidade em televisão pela TV Piratini, de Porto Alegre, que tinha programas especiais para Santa Catarina, chegando por repetidoras até o sul do Estado e Florianópolis” (CRUZ, 1996, p. 53). Com a inauguração de uma sucursal da TV Paraná em Blumenau, Santa Catarina também passou a ser notícia na televisão paranaense.

Assistia-se aqui os atos dos governadores Paulo Pimentel e Perachi Barcellos... e o Ivo Silveira nada... Aí nós criamos na TV Paraná um programa chamado Resenha Catarinense que ia ao ar aos domingos das doze às 12h45. Era um resumo da semana. Aí nós montamos aqui em Blumenau uma equipe com cinegrafista, iluminador... A gente tinha dois

veículos aqui. Tínhamos uma Rural Willis na sucursal que servia exclusivamente para fazer a cobertura dos atos políticos, mas também muita sociedade, eventos...”, lembra Flávio Coelho em depoimento ao autor. (CAROS OUVINTES, 2009)⁴⁷.

A primeira emissora de televisão oficialmente instalada em Santa Catarina surgiu no interior, foi a TV Coligadas, de Blumenau, inaugurada em 1969. “A TV Coligadas iniciava suas transmissões regulares para Santa Catarina, já com o slogan que marcou sua existência: 'a emissora da integração catarinense' ” (PEREIRA, 1992c, p. 144-145). Após um ano da estreia, a Coligadas tinha 42 repetidoras e cobria praticamente dois terços do território do estado.

A capital catarinense foi ter sua primeira emissora de televisão devidamente autorizada, em 1970, com a inauguração da TV Cultura, canal 6, do grupo liderado pelo empresário Darci Lopes. A Coligadas era afiliada da Rede Globo e a Cultura da Rede Tupi. Até o início de 1979 só existiam essas duas emissoras no estado. No decorrer desse ano, estrearam a TV Eldorado, de Criciúma, a TV Catarinense (RBS), de Florianópolis, e a TV Santa Catarina (RBS), de Joinville.

Durante a década de 1980, o território catarinense passa a ser efetivamente integrado pela televisão, principalmente após a chegada da Rede Brasil Sul (RBS) ao estado.

Apesar de já estar viabilizada, na década de 70, a cobertura por microondas ligando São Paulo/Rio ao sul do país, essa rede não era suficiente para cobrir todo o território de Santa Catarina. O Tronco Sul passava por Florianópolis, mas não atingia a maior parte do Estado. Tanto que a TV Coligadas e a TV Cultura, não conseguiam ser emissoras “estaduais”. Por causa da constituição geográfica de Santa Catarina, de relevo acidentado, as ondas de frequência modulada de televisão, que andam em linha reta, não conseguem transpor os acidentes naturais como a Serra do Mar e Geral, por exemplo, que isolam o planalto do litoral. A alternativa para as emissoras era receber a programação via Embratel e redistribuí-las, via uma rota própria de microondas. No entanto, isso só vai ser possível, a partir da segunda metade da década de 80 para a maioria das emissoras catarinenses. A única que desde o início colocou como prioridade técnica a cobertura própria foi a RBS. (CRUZ, 1996, p. 139-140).

A instalação da Rede Brasil Sul em Santa Catarina é um capítulo⁴⁸ à parte na

47 TV Catarina apresenta: Flávio de Almeida Coelho-2. Texto de Antunes Severo, no site do Instituto Caros Ouvintes. Fonte: <www.carosouvintes.org.br/blog/?p=2238> Acesso: 15 ago. 2010.

48 No livro *Televisão e negócio: a RBS em Santa Catarina* (1996), publicado pela Editora da UFSC, a autora Dulce Márcia Cruz analisa a instalação da rede no estado.

história da televisão catarinense. A RBS, fundada pelo jornalista e empresário Maurício Sirotsky Sobrinho, é originária do Rio Grande do Sul. A expansão para o estado vizinho foi precedida de uma detalhada pesquisa de *marketing*, realizada em 1978, que revelou aspectos geográficos, demográficos, políticos e econômico-sociais catarinenses. “A pesquisa revelou um Estado rico, com potencial de consumo superior à sua área e à sua população, dono de um parque industrial diversificado e grande produtor de alimentos” (Idem, p. 61). O estudo também apontou alguns problemas, como a falta de integração do mercado catarinense.

O território catarinense é marcadamente acidentado. Dessa circunstância decorrem variadas dificuldades de integração física entre a região litorânea (1/3 do território estadual), o planalto e o oeste. Os grandes degraus das Serras do Mar e Geral literalmente cortam o estado. Isso condicionou todo o processo de integração estadual, gerando, no cenário de 1978, a existência de várias ilhas políticas, econômicas e sociais. [RBS, s.d., citado por CRUZ (1996), p. 62].

As condições naturais (relevo, clima, hidrografia, etc) e o processo de colonização do estado, com diferentes etnias, possibilitaram o desenvolvimento de pequenas e médias cidades, sem aglomerados urbanos de grande porte. Em relação à economia, o estudo evidenciou que “a produção catarinense, induzida por capital nitidamente local, distribui-se pelas seis maiores cidades-pólo e suas respectivas regiões” (Idem, p. 63). A pesquisa encomendada pela RBS também mostrou que os veículos (jornais, rádios e televisões) existentes em Santa Catarina atingiam mercados restritos, sem integração efetiva das ilhas políticas, econômicas e sociais. Dessa forma, a proposta de construção de uma rede de comunicação social era viável, mas era preciso escolher o veículo mais adequado para começar o processo. A opção foi pela televisão, pois era “o veículo de maior penetração capaz de assegurar os primeiros movimentos de integração com grande chance de êxito” (Ibidem, p. 64).

Dulce Márcia Cruz escreve que

nesse estudo, a RBS avaliou a atuação das duas emissoras em funcionamento e concluiu que a de Blumenau cobria apenas o Vale do Itajaí, chegando com sinal deficiente na capital. E o inverso ocorria com a TV Cultura de Florianópolis. Dessa forma, as duas emissoras não alcançavam o Planalto, nem o Oeste, nem o Norte do Estado. Assim, a proposta da empresa para Santa Catarina passou a ser resumida na palavra

“integração” através da televisão. Para a RBS, esse conceito significava conseguir o maior número de emissoras-geradoras, estender uma rede de repetidoras que se expandisse por todo território catarinense, transmitindo a programação da Rede Globo. Em suma, o mesmo que fazia no Rio Grande do Sul. (CRUZ, 1996, p. 64).

Inicialmente, a RBS conseguiu a concessão do canal 12 de Florianópolis. Logo conquistada a primeira geradora na capital, a empresa rapidamente buscou permissão do Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel) para instalar repetidoras nas principais cidades catarinenses: Criciúma, Blumenau, Lages, Joinville, Itajaí, Chapecó, São Miguel do Oeste, entre outras. Assim, conforme afirmou Nelson Sirotsky, na época superintendente da RBS TV de Santa Catarina, a Cruz (1996): “no primeiro dia nós cobrimos 75% e uns meses depois nós passamos a cobrir todo o estado” (p.65).

Desde a inauguração, o sinal da TV Catarinense, canal 12, de Florianópolis, estava praticamente estadualizado. Ressalta-se que a RBS montou uma rede própria de micro-ondas no estado, portanto, sem dependência da Telesc. Cruz (1996) evidencia os altos custos para implantar a rede de transmissão, que, segundo a autora, a RBS podia pagar, diferente das concorrentes.

A chegada da RBS a Santa Catarina marca uma nova fase da comunicação catarinense. A rede introduziu um padrão de qualidade, além de utilizar estratégias políticas, econômicas e culturais para consolidar a presença no estado. A RBS, ao chegar, “determinou uma nova dinâmica competitiva ao mercado televisivo catarinense” (Idem, p. 178).

O grupo de Maurício Sirotsky rapidamente se expandiu pelo estado,

entre 1978 e 1982 a Rede Brasil Sul formou uma rede com quatro emissoras de televisão em Santa Catarina, em Florianópolis, Joinville, Blumenau e Chapecó. A única concedida diretamente pelo governo federal à própria RBS foi a TV Catarinense, canal 12, de Florianópolis. Os outros três canais foram transferidos à RBS por dois grupos de concessionários. (Ibidem, p. 67).

O conhecimento profissional do negócio da radiodifusão, a superioridade tecnológica e a postura pública (aparência) de imparcialidade político-partidária são algumas explicações apontadas por Cruz (1996) para o êxito da entrada da RBS em Santa Catarina.

A RBS TV integrou o estado por meio da televisão. “Em Santa Catarina, até o final da década de 70, a indústria cultural ainda estava em gestação. Não havia integração do mercado e os poucos veículos (jornal, rádio ou televisão) eram locais, pouco expressivos e bastante amadores”. (CRUZ, 1996, p. 51).

Durante a década de 1970, houve muitos pedidos ao governo para a instalação de emissoras de TV no estado. Com exceção da TV Eldorado, de Criciúma, da TV Catarinense (RBS), de Florianópolis, e da TV Santa Catarina, de Joinville, que estrearam em 1979, as demais emissoras começaram a funcionar na década de 1980.

Em relação à emissora de Joinville, cabe destacar um ponto que ressalta a influência do Paraná sobre a região norte de Santa Catarina. Em 1974, a Companhia Catarinense de Rádio e Televisão, sociedade de cotas com 160 participantes, entre os quais empresários, lideranças parlamentares e dirigentes de instituições joinvilenses, requereu ao Ministério das Comunicações um canal de televisão para Joinville. Na época, chegava à cidade o sinal da TV Paraná, de Curitiba. Conforme escreve Moacir Pereira:

o domínio do Paraná sobre Joinville e os municípios da região Norte, sobretudo, pelos meios de comunicação, foi um dos argumentos empregados pelos empresários para fundamentar no Ministério das Comunicações a nova concessão: “Nada obstante a importância socioeconômica da região, o Norte catarinense não dispõe de sua estação de televisão, sendo a sua população alcançada por estações de características psicossociais diferentes das nossas”, sublinha o “memorial justificativo”. (PEREIRA, 1992c, p. 141).

Um outro exemplo da influência do Paraná sobre o norte catarinense é narrado por Victor Peluso Júnior, no artigo *A Identidade Catarinense*. Nesse texto, publicado originalmente em 1984, o autor transcreveu um discurso do Deputado Estadual catarinense Salomão Ribas Júnior, de 1983, em que o parlamentar descreve a realidade de Porto União, cidade que está na divisa entre Santa Catarina e Paraná. Conforme o deputado,

No campo da comunicação social, outro fator de maior importância e significado para a integração política e social de Santa Catarina, a realidade de Porto União nos mostra que os grandes jornais diários do Estado chegam com considerável atraso. No campo da comunicação eletrônica, os sinais das emissoras de TV catarinense não chegam a Porto União cuja

população se limita a acompanhar a programação das emissoras paranaense. (RIBAS JR, 1983, citado por PELUSO JR, 1991, p. 283).

Atualmente, os sinais das emissoras catarinenses já chegam a Porto União. O município é coberto pela RBS TV Joinville, pela RIC Record Joinville e pelo SBT-SC. Ainda assim, conforme mapa de cobertura da Band em Santa Catarina, Porto União também recebe os sinais da TV Tarobá, canal 6, de Cascavel-PR.

A primeira emissora da região serrana, a TV Planalto, de Lages, foi inaugurada em 1981. A iniciativa foi do empresário Carlos Joffre do Amaral, que chegou à região em 1939, vindo de São Paulo, na época como técnico em manutenção de rádios. No entanto, o idealizador faleceu em 1976, sem ver a emissora entrar no ar. A concessão foi outorgada em 1977. Quem deu continuidade ao projeto foi o filho de Carlos Joffre, o engenheiro e administrador de empresas Roberto Rogério do Amaral, que também assumiu a presidência da Rádio Clube, de Lages, também pertencente à família Amaral.

A TV Planalto foi a primeira afiliada da TV Studios (TVS), o embrião do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), de Silvio Santos. No início, a emissora da serra catarinense também transmitiu alguns programas da TV Guaíba, de Porto Alegre.

No ano de 1982 duas novas emissoras entraram no ar, a TV Barriga Verde, de Florianópolis, e a TV Cultura, de Chapecó. As concessões⁴⁹ dos dois canais pertenciam a Mario Petrelli, mas depois o empresário as repassou, a da capital para os donos da Perdigão e a do oeste para a RBS. “A partir de 27 de agosto de 1984 o comando da TV Barriga Verde foi transferido integralmente para as famílias Bonato-Brandalise” (PEREIRA, 1992c, p. 155). “Um ano depois de iniciar as operações, a TV Cultura de Chapecó foi transferida por Mário Petrelli à Rede Brasil Sul, que completou, em termos de cobertura televisiva, o território catarinense”. (Idem, p. 146).

Conforme Moacir Pereira (1992c), a inauguração da emissora chapecoense

49 A concessão da TV Barriga Verde, de Florianópolis, foi outorgada originalmente a Mario Petrelli, em 1979. Conforme Pereira (1992c, p. 154), a compra pelos Bonato/Brandalise ocorreu em 29 de outubro de 1980. A partir dessa data, o contrato social da empresa sofreu algumas alterações nos anos seguintes, até que o controle da empresa passou integralmente ao grupo comprador, em 1984. Já a concessão da TV Cultura, de Chapecó, foi outorgada originalmente a Darci Lopes, que a repassou para Mário Petrelli, o qual depois vendeu a emissora para a RBS.

concretizava “um sonho regional de integração”, iniciado na década de 1960 pelo governador Celso Ramos, que criou a Secretaria dos Negócios do Oeste, com o objetivo de unir o litoral com o “abandonado e isolado Oeste”. Assim como em Joinville, a criação da emissora de Chapecó esteve ligada à influência⁵⁰ exercida pelos estados vizinhos.

Mário Petrelli, à época, também diretor-presidente do “Jornal de Santa Catarina”, de Blumenau, mencionava orgulhoso a circunstância de a nova emissora cobrir 66 municípios da região, abrangendo uma população de um milhão de pessoas, a maioria sofrendo influência direta do Rio Grande do Sul e do Paraná, seja pela força do processo de colonização promovido pelos gaúchos, seja pela fortíssima presença da mídia impressa e eletrônica do Rio Grande do Sul em todo o Oeste. (PEREIRA, 1992c, p.145).

Também em 1982, a TV Cultura, de Florianópolis, foi adquirida pelo grupo de Manoel Dilor de Freitas. Com a compra, estava formada a Rede de Comunicações Eldorado (RCE), composta pela emissora da capital, pela TV Eldorado, de Criciúma, e por um sistema de rádios. Em setembro de 1986, foi inaugurada por Freitas a TV Vale do Itajaí, de Itajaí, a primeira geradora na cidade, que passou a integrar a RCE.

Em 1988, a TV Joaçaba Ltda. (TV Barriga Verde), a primeira geradora do meio oeste, começou a transmitir. Em 1989, a capital ganhou um quarto canal, a TV O Estado. No mesmo ano, a TV O Estado de Chapecó também iniciava as transmissões. Em 1991, estreou a TV Xanxerê, de Xanxerê, que fazia parte da Rede de Comunicações Eldorado. Com o fim da RCE, em 1995, a RBS adquiriu a TV Eldorado, que passou a se chamar RBS TV Criciúma. As outras emissoras da antiga rede (TV Cultura, de Florianópolis, TV Vale do Itajaí, de Itajaí, e TV Xanxerê) foram compradas pela Rede Record.

Nos anos 2000, duas novas emissoras pertencentes à família Petrelli começaram a transmitir, o SBT Joinville, em 2000, e o SBT Blumenau, em 2004. Em 2005, a RBS adquiriu a TV Joaçaba Ltda., que passou a se chamar RBS TV Centro-Oeste. Em 2008, o mercado televisivo catarinense teve uma grande mudança, com

⁵⁰ Um fato ocorrido na década de 2000 pode exemplificar a influência ainda exercida pelo Rio Grande do Sul sobre Chapecó e região. Durante três anos (2007, 2008 e 2009) a RBS TV, afiliada da Rede Globo, perdeu os direitos de transmissão do Campeonato Catarinense de Futebol para a RIC, afiliada da Record. Restou à RBS exibir outros campeonatos que a Globo possuía os direitos de exibição. Em 2007, por exemplo, o campeonato paulista foi transmitido para as regiões de Florianópolis e Joinville, o carioca para a região de Blumenau, e o gaúcho para as regiões de Chapecó, Joaçaba e Criciúma.

a fusão da Rede SC, ex-afiliada do SBT, com a Record SC, afiliada da Record, que possibilitou a criação do segundo maior grupo de comunicação do sul do país, o grupo RIC.

Conforme consulta no Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD)⁵¹, da Anatel, atualmente existem 27 entidades com outorga para o serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) em Santa Catarina. As geradoras de TV se distribuem pelas cidades catarinenses da seguinte forma: Florianópolis possui seis, Joinville três, Blumenau três, Itajaí três, Criciúma duas, Chapecó duas, Lages duas, e Araranguá, Balneário Camboriú, Joaçaba, Rio do Sul, Tubarão e Xanxerê possuem uma cada.

Entidade	Município	Nome fantasia	Afiliada	Data Outorga	Validade
Firenze Comunicação e Produção Ltda	Florianópolis	TV Barriga Verde	Bandeirantes	06/06/1994	06/06/2009
Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural Jerônimo Coelho	Florianópolis	TV Cultura SC**	TV Cultura SP e TV Brasil	*	*
Fundação Educar-Sul Brasil	Florianópolis	TV Canção Nova	TV Canção Nova	09/02/2005	09/02/2020
RBS Participações S.A.	Florianópolis	RBS TV Florianópolis	Rede Globo	04/07/1992	04/07/2007
Televisão Cultura Sociedade Anônima	Florianópolis	Record News SC	Record News	26/10/1998	26/10/2013
TV O Estado Florianópolis Ltda	Florianópolis	RIC Record Florianópolis	Rede Record	27/07/2002	27/07/2017
Cia Catarinense de Rádio e Televisão	Joinville	RBS TV Joinville	Rede Globo	11/08/1991	11/08/2006
Fundação Cultural e Educacional de Itajaí	Joinville	TV Brasil Esperança - Joinville	Sem afiliação	23/07/2002	23/07/2017
TV Cidade dos Príncipes S/C Ltda	Joinville	RIC Record Joinville	Rede Record	11/02/2000	11/02/2015
Fundação Universidade Regional de Blumenau	Blumenau	FURB TV	TV Brasil e Canal Futura	09/07/2001	09/07/2016
TV Coligadas de Santa Catarina S A	Blumenau	RBS TV Blumenau	Rede Globo	24/05/1997	24/05/2012
TV Top Ltda	Blumenau	RIC Record Blumenau	Rede Record	05/11/2004	05/11/2019

51 O endereço do SRD é: <http://sistemas.anatel.gov.br/SRD/>

Fundação Cultural e Educacional de Itajaí	Itajaí	TV Brasil Esperança - Itajaí	Sem afiliação	14/07/2000	14/07/2015
Fundação Universidade do Vale do Itajaí	Itajaí	TV Univali ***	Canal Futura	*	*
TV Vale do Itajaí Ltda	Itajaí	RIC Record Itajaí	Rede Record	03/05/1998	03/05/2013
RBS TV Criciúma Ltda	Criciúma	RBS TV Criciúma	Rede Globo	09/04/1991	09/04/06
TV Primavera de Criciúma Ltda	Criciúma	RIC Record Criciúma	Rede Record	04/07/2005	04/07/2020
Televisão Chapecó S/A	Chapecó	RBS TV Chapecó	Rede Globo	17/08/1993	17/08/2008
TV O Estado Ltda	Chapecó	RIC Record Chapecó	Rede Record	16/05/2001	16/05/2016
Mello & Bruno Comércio e Comunicação Ltda	Lages	TV Araucária	Sem afiliação	19/01/2006	19/01/2021
Televisão Lages Ltda	Lages	SBT SC	SBT	09/12/1992	09/12/2007
Fundação Ângelo Redivo	Araranguá	ARTV	TV Cultura SP	22/09/2005	22/09/2020
Fundação de Radiodifusão Rodesindo Pavan	Balneário Camboriú	TV Litoral Panorama	TV Cultura SP	04/02/2002	04/02/2017
Televisão Joaçaba Ltda	Joaçaba	RBS TV Centro-Oeste	Rede Globo	25/06/1987	25/06/2002
Fundação Osny José Gonçalves	Rio do Sul	Rede Bela Aliança (RBA)	SESC TV	08/11/2001	08/11/2016
Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul	Tubarão	Unisul TV	TV Cultura SP	03/10/2003	03/10/2018
Televisão Xanxerê Ltda	Xanxerê	RIC Record Xanxerê	Rede Record	23/12/1991	23/12/2006

* A tabela do SDR não apresenta as datas referentes às concessões dessas emissoras.

** A TV Cultura SC está fora do ar desde janeiro de 2009⁵².

*** A TV Univali está em implantação.

Quadro 5: Relação de entidades com outorga para serviço de televisão aberta em SC

Fonte: Adaptado de “Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) – TV”, do Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD) – Anatel. <http://sistemas.anatel.gov.br/SRD/> Acesso em: 29 set. 2010.

Cabem algumas considerações sobre a tabela acima. O Sistema de Controle de Radiodifusão (SDR), da Anatel, possibilita vários tipos de consulta sobre os

⁵² Fonte: <www.comunica-sc.org.br> Acesso: 20 nov. 2010.

serviços de radiodifusão de sons e de sons e imagens, por exemplo, os planos básicos de TV, de retransmissão de TV, e de rádios AM e FM, entre outros. No caso do plano básico de TV, em Florianópolis, o sistema apresenta os canais 18, 28 e 45, ocupados respectivamente pela Rede TV, pela Rede Boas Novas (RBN) e pelo SBT Santa Catarina, como geradoras. Contudo, as entidades que receberam as concessões desses canais não aparecem na “Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) – TV” e nem na tabela do Plano Básico de TV. O canal 23 UHF, de Florianópolis, outorgado à Fundação Educar-Sul Brasil, é uma geradora da TV Canção Nova (emissora católica), mas não há programação local e sim retransmissão da rede. Porém, em época de horário político, o canal 23 exibe a mesma propaganda eleitoral apresentada pelas demais emissoras de Florianópolis.

Dos quatro maiores grupos de comunicação de Santa Catarina (RBS, RIC, CBV, SCC), a RBS TV tem geradoras em Florianópolis, Joinville, Blumenau, Criciúma, Chapecó e Joaçaba; a RIC Record possui geradoras na capital, em Joinville, em Blumenau, em Criciúma, em Chapecó, em Itajaí e em Xanxerê, e a Record News, em Florianópolis; a TV Barriga Verde tem geradora em Florianópolis; e o SBT Santa Catarina na capital e em Lages. Além das geradoras, as emissoras possuem sucursais (uma espécie de filial), com escritórios e com ou sem estúdios, que são representantes das empresas em cidades-pólo da região de cobertura da geradora, o que garante uma representatividade dessas cidades na programação. A RBS TV de Blumenau, por exemplo, tem uma sucursal em Itajaí, que permite uma melhor cobertura (conteúdo e anúncios) da cidade portuária no noticiário da emissora. Essa sucursal também é estratégica para a RBS, já que a RIC Record tem geradora em Blumenau e em Itajaí.

Em Santa Catarina, diferente de outros estados, como Minas Gerais, que possui a Rede Minas, não possui uma rede de TV educativa estadual. As iniciativas⁵³ nesse segmento ocorrem isoladamente, afiliadas às redes nacionais, como a TV

⁵³ A dissertação *TVs Educativas catarinenses: relações entre política, mercado e sociedade civil*, de Ivonete da Silva Lopes, defendida na Universidade Federal Fluminense-UFF, em 2010, apresenta um perfil dessas emissoras em Santa Catarina. A autora classifica as TVs educativas no estado da seguinte forma: TVs educativas religiosas: TVs Brasil Esperança (Itajaí e Joinville); TVs educativas educacionais: TV Cultura SC (Florianópolis), Furb TV (Blumenau) e Unisul TV (Tubarão); TVs educativas empresariais: Rede Bela Aliança - RBA (Rio do Sul) e Ângelo Redivo TV - ARTV (Araranguá); e TVs educativas políticas: TV Criciúma e TV Panorama (Balneário Camboriú).

Brasil e a TV Cultura. Conforme Lopes (2010), há uma concentração das emissoras educativas na faixa litorânea do estado ou muito próximo dela. A autora ressalta que, regionalmente, não existem televisões educativas nas regiões serrana e oeste.

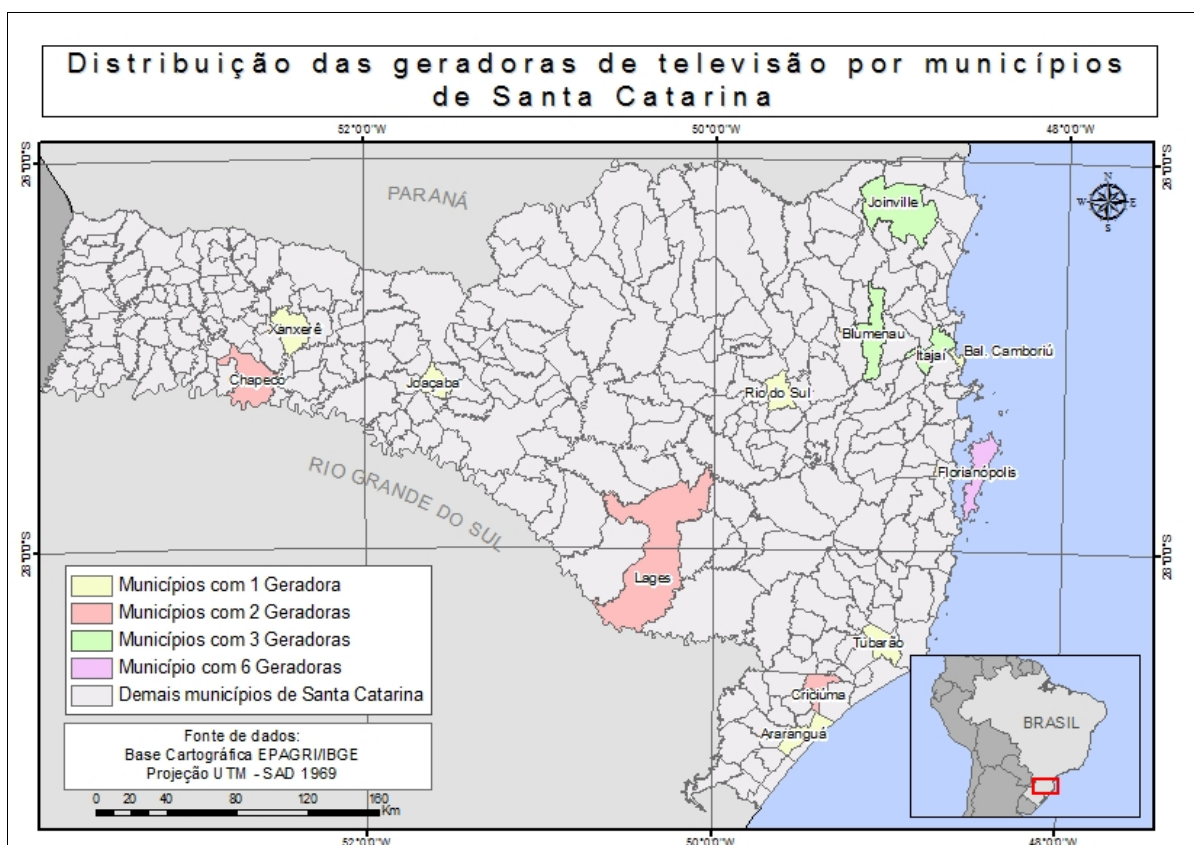


Figura 8: Distribuição das geradoras de TV por municípios em SC

Elaboração do mapa: geógrafa Julia Cucco.

3.2 A TV DIGITAL EM SANTA CATARINA

A televisão no Brasil e em Santa Catarina vive uma transição⁵⁴, da fase analógica para a digital. A TV digital começou no Brasil em 2 de dezembro de 2007, inicialmente na Grande São Paulo. Em Santa Catarina, a estreia da nova tecnologia

⁵⁴ O Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dispõe sobre a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T). O período de transição da TV analógica para a digital é de dez anos, contados a partir da publicação desse decreto, ou seja, vai até 2016, quando os canais analógicos vão ser devolvidos para a União. A TV Digital vai possibilitar imagens e sons com melhores qualidades, transmissão em alta definição (HD) e interatividade.

deveria ter ocorrido em 25 de novembro de 2008, mas, por causa das fortes chuvas que atingiram parte do território catarinense, houve um adiamento. Assim, a TV digital começou oficialmente em 5 de fevereiro de 2009, primeiro na Grande Florianópolis. A RBS TV da capital foi a primeira emissora a transmitir em sinal digital e em alta definição (*High Definition* – HD). No dia 8 de outubro de 2009 foi a vez da RBS TV Joinville começar a transmitir com a nova tecnologia.

Em Santa Catarina, conforme consulta ao Sistema de Informação dos Serviços de Comunicação de Massa (Siscom⁵⁵), da Anatel, estão previstos canais digitais para as cidades de Balneário Camboriú, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Porto União, Praia Grande, Rio do Sul, São Carlos, São José, Tubarão e Xanxerê.

As próximas emissoras a transmitirem o sinal digital em Santa Catarina devem ser a RBS TV Joaçaba e o SBT⁵⁶, em Florianópolis e em Lages, visto que já receberam do Ministério das Comunicações um canal consignado para operar com a nova tecnologia. Na capital, a RIC, a Record News e a TVBV também já possuem canais consignados⁵⁷.

Como se observou nesse breve histórico da televisão em Santa Catarina, a TV começou no estado de forma tardia, em relação ao começo no Brasil. As primeiras iniciativas foram no sentido de trazer para Santa Catarina imagens das televisões dos estados vizinhos. As primeiras emissoras catarinenses são resultado da iniciativa de empresários locais. A vinda da RBS, do Rio Grande do Sul, para o estado marca a primeira iniciativa de grupos de fora no setor televisivo. Rapidamente a RBS construiu uma rede de TV em Santa Catarina, o que, de certa forma, possibilitou a integração estadual, quanto aos meios de comunicação. Atualmente, apenas 13 dos 293 municípios catarinenses possuem pelo menos uma geradora de TV. Nota-se uma concentração das emissoras, tanto educativas quanto comerciais, na região litorânea.

55 Fonte: <<http://sistemas.anatel.gov.br/siscom/consplanobasico/default.asp>> Acesso: 13 nov. 2010.

56 Novas emissoras vão transmitir o sinal de TV Digital - Portal das Comunicações - MC.

Fonte: <www.mc.gov.br/noticias-do-site/22890-novas-emissoras-vao-transmitir-o-sinal-de-tv-digital> Acesso: 13 nov. 2010.

57 Durante o período de transição da TV analógica para a digital, as emissoras que já operam com o sistema analógico vão receber um canal adicional, digital, e poderão utilizar os dois simultaneamente até o término da transição, em 2016.

4 HISTÓRICO DA REDE INDEPENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

Depois de um histórico geral da TV em Santa Catarina, no capítulo anterior, neste, apresenta-se um histórico específico da RIC. Além dos primórdios da rede em Santa Catarina, expõe-se, de forma sucinta, a atuação do grupo no Paraná. Nesta parte do TCC, trata-se também da política de regionalização adotada pela empresa, além da discussão sobre o monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação catarinenses.

O Grupo Rede Independência de Comunicação (RIC) foi fundado na década de 1980 pela família Petrelli. O grupo, presidido pelo Mário José Gonzaga Petrelli⁵⁸, atua no Paraná e em Santa Catarina com uma plataforma multimídia, que compreende emissoras de televisão e de rádio, jornais impressos, revista e portais na internet.

De acordo com Antunes Severo, no site⁵⁹ do Instituto Caros Ouvintes,

Mário Petrelli é um empresário da área de seguros com atuação nacional e amplo relacionamento com lideranças econômicas, políticas e militares que a partir de 1970 ingressa no ramo da comunicação. Seu início foi no estado do Paraná fazendo parte da aquisição de duas emissoras de rádio e depois mais uma em Joinville, em Santa Catarina. (SEVERO, 2009).

Cabe voltar um pouco no tempo para buscar as origens do Grupo RIC. Paulo Konder Bornhausen, Mário Petrelli e Jorge Konder Bornhausen compraram a TV Coligadas de Blumenau (afiliada da Rede Globo), que na década de 1970 cobria grande parte do território catarinense (PEREIRA, 1992c). De acordo com Valente (2005), a TV Coligadas "fora vendida em 1975 para o grupo paranaense de Mário Petrelli".

A TV Coligadas (canal 3) é oficialmente a primeira emissora de televisão instalada em Santa Catarina. A inauguração da TV ocorreu em 1º de setembro de 1969. A estreia ressaltou o pioneirismo de Blumenau na área das comunicações, já

58 Mário José Gonzaga Petrelli, nascido em 1935, em Florianópolis, é filho único de Alice Guilhon Gonzaga Petrelli, funcionária pública, e de Leonardo Petrelli, engenheiro italiano. Mário Petrelli é advogado, formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), e empresário de diversas áreas, como seguros e comunicações. Em Santa Catarina, recebeu vários títulos de cidadão honorário, como os de cidadão chapecoense, lagunense e joinvilense. Sobre a origem de Mário Petrelli, mais detalhes em: <www.casamilitar.sc.gov.br/historicoAGGP.htm>.

59 Antunes Severo. *TV Catarina apresenta: Mário José Gonzaga Petrelli* – 1. Disponível em: <www.carosouvintes.org.br/blog/?p=2426> Acesso: 27 ago. 2010.

que na cidade surgiu a primeira rádio catarinense, a PRC-4 Rádio Clube de Blumenau, na década de 1930, e o primeiro jornal do estado impresso em *off-set*, o *Jornal de Santa Catarina*, que começou a circular em 1971.

Em relação à venda da TV Coligadas para o grupo de Petrelli, Antunes Severo, no site do Instituto Caros Ouvintes, escreve que houve um desentendimento entre os sócios pioneiros da emissora de Blumenau. “O desentendimento começou entre o líder do negócio, o advogado Wilson Melro e os outros dois sócios majoritários, Flávio Rosa e Caetano Deeke de Figueiredo” (SEVERO, 2009)⁶⁰.

Nessas circunstâncias, o grupo de Mário Petrelli adquiriu a Coligadas. Com a compra, o empresário vislumbrou a criação de uma rede de televisão estadual, pois disputava outros dois canais no estado. “Comprando a Coligadas, o seu poder de persuasão ficaria fortalecido para convencer o governo militar a conceder-lhe os canais 12 de Florianópolis e 5 de Joinville”. (Idem).

A segunda emissora de televisão instalada em Santa Catarina foi a TV Cultura (canal 6), de Florianópolis, inaugurada em 31 de maio de 1970. Na época, a TV Cultura retransmitia a TV Tupi, do Grupo dos Diários e Emissoras Associados, de Assis Chateaubriand. Durante quase toda a década de 1970, coexistiram em Santa Catarina a TV Coligadas e a TV Cultura. Em 8 de janeiro de 1979 entrou no ar a TV Eldorado (canal 9), de Criciúma, cujo proprietário era Manoel Dilor de Freitas, e em 1º de maio do mesmo ano a TV Catarinense (canal 12), de Florianópolis, de propriedade do Grupo Rede Brasil Sul (RBS).

Em Porto Alegre, a TV Gaúcha, também do Grupo RBS, cujo fundador é Maurício Sirotsky Sobrinho, já transmitia a programação da Rede Globo desde 1967. Com a chegada da RBS a Santa Catarina, o recém inaugurado canal 12 de Florianópolis também passou a exibir a emissora de Roberto Marinho. Nessa época, os diretores da TV Coligadas, de Blumenau, sabiam que iriam perder a programação da rede carioca assim que a TV Catarinense entrasse no ar, pois era objetivo da Globo instalar na capital a “cabeça de rede”⁶¹ em Santa Catarina, já que “Florianópolis era a única capital de Estado onde a programação da Rede Globo não liderava por problemas de instabilidade do sinal” (PEREIRA, 1992c, p.140). Sobre

60 SEVERO, Antunes. *TV Catarina apresenta: Mário José Gonzaga Petrelli -2*. Disponível em: <www.carosouvintes.org.br/blog/?p=2523> Acesso em: 27 ago. 2010.

61 A “cabeça de rede” é a geradora principal de uma rede de televisão.

essa questão, Dulce Márcia Cruz, no livro *Televisão e negócio, a RBS em Santa Catarina*, escreve:

Antunes Severo explica que, por ficar em Blumenau, o sinal da Coligadas chegava muito ruim a Florianópolis e assim, o hábito de ver televisão se fez através da TV Cultura [afiliada da Tupi]. Mas a explicação para o fato passa por uma outra questão menos técnica. Segundo Severo, além da rivalidade comum entre as cidades do interior, em Santa Catarina todas elas juntas têm uma briga contra a capital. É por essa razão que a Coligadas só teria colocado o sinal para Florianópolis porque a Globo obrigou, e mesmo assim, conta Severo, “era uma repetidora que você não assistia do outro lado da ponte. Um negócio extremamente precário”. (CRUZ, 1996, p. 57-58).

A autora acrescenta que a falta da liderança da Globo em Florianópolis foi um forte argumento para a RBS conquistar a exclusividade da programação da rede carioca em Santa Catarina. Deve-se ressaltar, também, o relacionamento prévio no Rio Grande do Sul que o grupo de Maurício Sirotsky mantinha com o grupo de Roberto Marinho. “Ao ganhar a concessão, a RBS havia conseguido que a Globo não renovasse o contrato de afiliada com a Coligadas”. (Idem, p. 87).

Com esse contexto, a partir de 1º de maio de 1979 a TV Coligadas perdeu a programação da Rede Globo, no mesmo dia em que a TV Catarinense, da RBS, foi inaugurada. Nessa época, Mário Petrelli, com Flávio de Almeida Coelho e outros empresários, detinha parte das ações da emissora de Blumenau (PEREIRA, 1992c). Conforme Nelson Sirotsky, citado por Cruz (1996), Mário Petrelli usou de duas táticas para contra-atacar a RBS. Primeiro, ele deixou de transmitir as novelas da Globo que estrearam e, segundo, avisou a emissora carioca que iria deixar de exibí-la antes do final do contrato, o qual vigoraria até julho de 1979. Dessa forma, obrigou a rede dos Sirotsky a inaugurar o canal 12 de Florianópolis três meses antes do planejado.

Disputaram o segundo canal de Florianópolis a RBS, a TV Jurerê, a TV Sol e Mar, e a TV Itaguaçu (grupo de Darci Lopes). Ao longo do processo de concessão, a TV Jurerê, de Aderbal Ramos da Silva e José Matusalém Comelli (jornal *O Estado*), e a TV Sol e Mar, de Mário Petrelli, se transformaram na TV Nova Jurerê. Segundo Cruz (1996), no processo, Petrelli representava os interesses da família Bornhausen. A união entre os dois grupos catarinenses, Ramos e Bornhausen, ocorreu para poderem competir com a RBS.

De acordo com a estratégia montada, Petrelli comprou, junto com um grupo de amigos da Cia. de Seguros Atlântica Boa Vista, o Jornal de Santa Catarina e a TV Coligadas, ambos do mesmo grupo, em Blumenau. O grupo também adquiriu 40% do capital da Companhia Catarinense de Televisão, que competia pelo canal de Joinville. O objetivo final era conseguir o canal 12 de Florianópolis e construir uma rede de emissoras que retransmitisse a Globo em Santa Catarina. Nos planos, existia ainda a abertura de um edital para Chapecó e a participação da TV Lages, de Roberto Amaral, na rede. (CRUZ, 1996, p. 78).

Na época, Comelli era o mais cotado para receber a concessão do canal da capital. Mas, para surpresa⁶² dos envolvidos, o canal 12 foi concedido à RBS, de Maurício Sirotsky, do Rio Grande do Sul. “Maurício sabia que quem ganhasse a concessão de Florianópolis teria a programação da rede Globo [em Santa Catarina]”. (SEVERO, 2009)⁶³.

Em 1980, Petrelli comprou a TV Cultura, de Florianópolis, que transmitia a Rede Tupi, de Assis Chateaubriand, com o intuito de formar a Rede Catarinense de Televisão. O objetivo do empresário era que a TV Coligadas, com a perda da Globo, transmitisse a programação da Tupi, a qual já era exibida pela Cultura em Florianópolis. Contudo, devido à decadência, após a morte de Chateaubriand, a rede de TV dos Diários e Emissoras Associados foi extinta em 1980. Como ficou sem uma programação nacional, Mário Petrelli vendeu a TV Coligadas para a RBS em 1981.

Marcello Petrelli, atual vice-presidente da RIC, em entrevista⁶⁴ ao portal Acontecendo Aqui, em novembro de 2007, sobre a história da empresa disse:

como a Tupi havia falido, ficamos dois anos sustentando uma programação sem rede. Mas isso acabou não sendo viável, pois na época havia muita precariedade no setor, não havia videocassete, não tinha satélite, nada... Eles importavam os filmes e tinham que traduzir por conta própria. E com aquele formato vimos que o negócio não iria se sustentar. (PETRELLI, 2007).

A Rede Catarinense de Televisão, composta pela Coligadas e pela Cultura, não deu certo. Para Vandelli, citada por Cruz (1996),

62 Mais detalhes sobre a concessão do canal 12 de Florianópolis em: PEREIRA, 1992c, pp. 136-141, e em CRUZ, 1996, pp. 73-81.

63 SEVERO, Antunes. *TV Catarina apresenta: Mário José Gonzaga Petrelli -2*. Disponível em: <www.carosouvintes.org.br/blog/?p=2523> Acesso em: 27 ago. 2010.

64 Entrevista com Marcello Petrelli. Portal Acontecendo Aqui. Disponível em: <<http://www.acontecendoaqui.com.br/index.asp?dep=22&entrevistado=36>> Acesso: 8 ago. 2010.

a idéia de fazer um *link* entre Florianópolis e Blumenau, onde estava a matriz, também foi infeliz. Como pioneira, a Coligadas exigia a cabeça da rede. Mas... a própria Cultura não quis se submeter à direção da Coligadas. Criou-se uma guerra interna, a tal ponto que uma emissora boicotava o trabalho da outra. Só então perceberam que o tiro saía pela culatra e desmancharam o acerto. (VANDELLI, citada por CRUZ, 1996, p. 130).

A concessão do canal de Joinville saiu para a Companhia Catarinense de Rádio e Televisão (CCRTV), composta por empresários e políticos da cidade, em 1976. Mário Petrelli chegou a disputar esse canal, por meio da TV Imigrante (nome fantasia), mas não o conseguiu. Em entrevista a Dulce Márcia Cruz (1996), Petrelli afirmou que participou de uma reunião na Associação Comercial de Joinville, onde assinou um documento em que desistia da concessão à TV Imigrante. Em troca, o grupo do qual participava se comprometia a investir 40% do capital da CCRTV, já que os demais empresários da cidade não teriam o suficiente para o empreendimento. No entanto, a autora, em pesquisa realizada nos arquivos do Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel), não encontrou referência a essa sociedade entre a CCRTV e a TV Imigrante. “O que mostra que, se houve, a transação não chegou a ser oficializada”. (CRUZ, 1996, p. 82). Posteriormente, o canal de Joinville, chamado de TV Santa Catarina, foi adquirido pela RBS.

Restava a Petrelli a TV Cultura, de Chapecó, que ele havia comprado do grupo da TV Cultura de Florianópolis. Porém, a emissora do oeste catarinense ainda estava em fase de implantação. Como a TV Coligadas, sem rede, passou a dar prejuízo, Petrelli a vendeu para a RBS, em março de 1980. Com o dinheiro do negócio ele instalou a emissora de Chapecó.

Nelson Sirotsky, do grupo RBS, em entrevista a Dulce Márcia Cruz (1996), aponta que, além do motivo econômico, a venda da TV Coligadas também teve um motivo político. Segundo Sirotsky, Jorge Bornhausen, governador de Santa Catarina na época, “tinha algum tipo de ligação com o Jornal de Santa Catarina, e com a TV Coligadas via Petrelli”. Para Nelson, o governador quis sair da área de comunicação por haver uma incompatibilidade entre o cargo político exercido e uma ligação formal com grupos de comunicação.

Em 23 de abril de 1982 era inaugurada a TV Cultura (canal 12) de Chapecó, que passou a transmitir a programação do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). De

acordo com Moacir Pereira, no livro *Imprensa & Poder: a Comunicação em Santa Catarina*

Os planos de Petrelli eram de longos horizontes. Já detentor da TV Cultura, de Florianópolis, da Rádio Diário da Manhã, da Rádio Cultura, ambas da Capital, mais a agregação ao sistema de Rádios Índio Condá, de Chapecó, Tropical e Blumenau, AM e FM, de Blumenau, anunciava a disposição de montar um conglomerado alternativo estadual de comunicação para competir com a RBS. (PEREIRA, 1992c, p. 145).

Acrescenta-se a esse conglomerado o *Jornal de Santa Catarina*, de Blumenau. Ainda assim, Petrelli não conseguiu concorrer efetivamente com a RBS. Pereira (1992c) salienta que “um ano depois de iniciar operações, a TV Cultura de Chapecó foi transferida por Mário Petrelli à Rede Brasil Sul, que completou, em termo de cobertura televisa, o território catarinense” (p. 146).

Nessa época, por volta de 1982, o empresário resolveu se desfazer não só da TV Cultura chapecoense como também de outros veículos que possuía. Para Nelson Sirotsky, citado por Cruz (1996), Petrelli “por alguma razão, viu que o negócio dele não era televisão, e resolveu sair do negócio” (p. 92). Para autora (Idem), “ao ser vendida, o destino da Coligadas determinou também o da TV Cultura de Chapecó” (p. 90).

A aparente desistência de Mário Petrelli da área das comunicações, ao que parece, deve-se à questão econômica. Com a venda da TV Coligadas, de Blumenau, para a RBS, a TV Cultura, de Florianópolis, passou a exibir, de julho de 1980 a abril de 1982, “uma programação local de baixo custo que incluía programas religiosos, esportivos e velhos filmes. Além disso, transmitia parte da programação de Silvio Santos (a TVS Studios)” (CRUZ, p. 90). Ainda assim, a audiência da emissora caiu, enquanto a principal concorrente, a RBS TV, liderava ao retransmitir a programação da Globo. Sobre a “desistência” do setor de televisão, o próprio Petrelli, em entrevista a Cruz (1996, p. 92), disse: “com a produção muito cara, não tendo boa programação, não tendo apelo publicitário, só tendo prejuízo, tem um tempo para parar”. A entrevistadora conclui “amargurado, ele resolveu sair de tudo” (CRUZ, p. 92).

A TV Cultura, de Florianópolis, depois foi vendida para a Rede de Comunicações Eldorado (RCE), na mesma oportunidade em que a TV Cultura, de

Chapecó, foi adquirida pela RBS. Conforme Cruz (1996, p. 93), “os Sirotsky procuraram o Dilor de Freitas, que era dono da TV Eldorado de Criciúma e propuseram uma negociação conjunta: Freitas comprava a Cultura de Florianópolis e a RBS comprava a de Chapecó”. Os dois grupos de comunicação ganharam com as negociações. Com as mudanças no setor de televisão, a TV Cultura da capital, integrada à RCE, passou a retransmitir a programação da Rede Bandeirantes, enquanto a Cultura de Chapecó, a da Globo. Além da emissora de TV, a RBS ainda comprou a parte de Mário Petrelli no *Jornal de Santa Catarina*, de Blumenau, e a Rádio Diário da Manhã (atual CBN Diário), de Florianópolis.

Até “parar”, Mário Petrelli já havia conquistado um conglomerado midiático, composto por emissoras de TV, rádios e jornal. A presença do empresário era assídua na busca por concessões de canais de televisão.

Em Santa Catarina, Petrelli disputou e levou as concessões da TV O Estado (Chapecó), TV O Estado (Florianópolis) e TV B.V. (Florianópolis), que vendeu para a Rede Barriga Verde. Disputou e não conseguiu as concessões da TV Catarinense (Florianópolis), TV Vale do Itajaí (Itajaí), TV Xanxerê (Xanxerê). Comprou e vendeu duas emissoras para a RBS (Coligadas e Cultura de Chapecó), e uma para a RCE (Cultura de Florianópolis). (CRUZ, 1996, p. 92).

A concessão do canal 9 de Florianópolis foi outorgado originalmente à “TV Barriga Verde Ltda”, de Mário Petrelli, pelo Decreto nº 83.310, do presidente João Figueiredo, publicado no Diário Oficial da união de 4 de abril de 1979. De acordo com Pereira (1992c), a compra da TV Barriga Verde pelos Bonato/Brandalise data de 29 de outubro de 1980. Ainda conforme o autor, “o conglomerado da Barriga Verde não tem vínculos econômicos ou jurídicos com o grupo Perdigão. Os donos da Perdigão é que possuem o controle do complexo de comunicação” (Idem, p.155).

Apesar de vender as emissoras que possuía e, aparentemente, desistir do negócio da televisão, na verdade, Mário Petrelli continuou no setor. Anos depois, em 1986, ele conquistou a concessão do canal 10, de Chapecó, que passou a se chamar TV O Estado Chapecó. Em relação aos ganhadores da concessão, Moacir Pereira escreveu:

seus diretores: Oriovisto Guimarães e José Matusalém Comelli. Tratava-se na realidade, de mais um canal com o dedo do empresário Mário Petrelli,

através do amigo paranaense Oriovisto Guimarães, detentor de 40% do capital da nova empresa. Ambos mantêm sociedade em emissoras de rádio e televisão nas cidades de Maringá, Curitiba e Cornélio Procopio. Com a inauguração da TV O Estado passou a integrar o grupo, também, o empresário Plínio de Nes Filho, do grupo Chapecó. (PEREIRA, 1992c, p. 158).

Em 1987, Mário Petrelli conseguiu a concessão do canal 4, de Florianópolis e, dois anos depois, a TV O Estado, da capital, afiliada do SBT, entrou no ar. Na década de 1980, uma sociedade entre Petrelli e Roberto Amaral, proprietário de uma emissora de TV na região serrana, deu origem ao Sistema Catarinense de Comunicações (SCC), que era formado pelas TVs O Estado, de Florianópolis e Chapecó, e pela TV Planalto, de Lages. Com o fim da sociedade, em 1998, as emissoras de Petrelli ganharam a exclusividade da retransmissão do SBT em Santa Catarina, enquanto a de Roberto Amaral, em 2000, passou a ser afiliada da Rede TV, além de ser representante dessa rede em todo o Sul do Brasil⁶⁵. Durante a década de 2000, o grupo Petrelli conseguiu as concessões de canais em Joinville e em Blumenau que, com as emissoras da capital e de Chapecó, formaram a Rede Santa Catarina. As televisões O Estado, de propriedade do Grupo Petrelli, depois passaram a se chamar “SBT (nome da cidade) – 100% Regional” e, posteriormente, formaram a Rede SC, a qual, com a fusão com a Record SC, a partir de 1º de fevereiro de 2008, virou a RIC Record.



⁶⁵ Inicialmente, Roberto Amaral seria o representante da Rede TV no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. Porém, antes mesmo da emissora catarinense, que iria gerar a programação, entrar no ar, a Rede TV perdeu o canal de Porto Alegre. Restava, então, os canais barriga verde e o paranaense. Ainda assim, o canal do Paraná demorou um ano para começar a transmitir. Roberto Amaral, em entrevista ao portal Acontecendo Aqui, conta que teve muita dificuldade para ingressar no mercado do Paraná. Segundo o empresário “lá, diferente de Santa Catarina, a rejeição com os de fora é muito grande. Eles não aceitam a entrada de outros que não sejam paranaenses. Eu tive problemas do tipo: Deputados, de maneira ostensiva, dizendo: ‘o que os catarina querem aqui?’. E nós, na realidade, ficamos recebendo eles aqui, tanto os do Rio Grande do Sul quanto os do Paraná. Hoje a Record aqui de Santa Catarina está vinculada ao Paraná. Se fosse o contrário, com certeza os Petrelli iriam ter um problema muito sério”. Fonte: <www.acontecendoaqui.com.br/index.asp?dep=22&entrevistado=43> Acesso: 7 nov. 2010.

Figura 9: Evolução da Marca – Rede SC / RIC

O surgimento da Rede Independência de Comunicação no estado acarretou várias mudanças na televisão catarinense. Com a adesão da Rede SC à Rede Record, o SBT iria ficar sem sinal em Santa Catarina⁶⁶. Para resolver o impasse, o SBT assinou contrato com a TV Lages (antiga TV Planalto), do Grupo Santa Catarina Comunicação (SCC), de propriedade da família Amaral, que também em 1º de fevereiro de 2008 passou a transmitir a programação da emissora de Silvio Santos. A TV Lages, que possuía o nome de Rede TV Sul, deixou de exibir assim a programação da Rede TV, de São Paulo.

As emissoras da antiga Record SC tiveram origem na também extinta Rede de Comunicações Eldorado (RCE). A RCE existiu de 1982 a 1995. A rede possuía quatro emissoras: a TV Cultura, de Florianópolis, a TV Eldorado, de Criciúma, a TV Vale do Itajaí, de Itajaí, e a TV Xanxerê, de Xanxerê. Após o fim da RCE, a TV Cultura deu origem à TV Record Florianópolis, a TV Eldorado à RBS TV Criciúma, a TV Vale do Itajaí à TV Record Itajaí, e a TV Xanxerê à TV Record Oeste Catarinense. Posteriormente, em 2008, com a extinção da Record SC, as emissoras que tinham esse nome passaram a compor a RIC Record.

A Rede Independência de Comunicação (RIC) começou a operar em Santa Catarina em 1º de fevereiro de 2008. A rede surgiu da fusão entre a Record Santa Catarina (Record SC) e a Rede Santa Catarina (Rede SC). Até então, a Record SC, ligada ao grupo da Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd), era afiliada da Rede Record, e a Rede SC, de propriedade da família Petrelli, era afiliada do SBT.

Com a fusão, a RIC passou a ser o segundo maior grupo de comunicação regional do sul do Brasil, atrás apenas da principal concorrente: a Rede Brasil Sul. Enquanto a RIC atua no Paraná e em Santa Catarina, a RBS está presente no estado Barriga Verde e no Rio Grande do Sul⁶⁷.

A mudança no mercado televisivo catarinense pode ser entendida no contexto da disputa entre Record e SBT em nível nacional. A Record, com o slogan “A caminho da liderança” e com grandes investimentos nas áreas técnica, artística e

⁶⁶ Em 2007, a TV A Crítica, de Manaus-AM, também deixou o SBT para se afiliar à Rede Record.

⁶⁷ Foram considerados os estados onde os grupos atuam na área de radiodifusão. Contudo, deve-se ressaltar que ambas as redes possuem escritórios comerciais e negócios em outros estados, além do Distrito Federal.

jornalística, ultrapassou o SBT e conquistou o segundo lugar em audiência, posto até então ocupado pela emissora de Silvio Santos. A audiência nacional⁶⁸ da emissora teve sucessivos acréscimos, de 2004, quando possuía 3,3 pontos, até 2008, quando alcançou 7,3. De acordo com o vice-presidente da RIC, em Santa Catarina, Marcello Petrelli, a opção pela Record ocorreu porque

atualmente há uma competição muito acirrada pela audiência no meio TV e a expectativa é de ser ainda maior daqui por diante. A Record vem passando o SBT em alguns mercados e para nós estava muito claro que o modelo de comunicação implantado pelo SBT há 2 anos vinha se desenvolvendo sem nenhuma perspectiva de mudança no sentido de planejamento estratégico. [...] A nossa mudança para a Record é uma mudança clara, colocada pela Família Petrelli como gestores da Rede SC, futura RIC, procuramos um parceiro estratégico mais sólido, mais organizado e em franco desenvolvimento para nos dar sustentabilidade e nos ajudar a crescer. E a Record já deu demonstração que quer ajudar seus afiliados a crescerem. Ela trabalha de uma forma mais expressiva, presente, integrada a seus afiliados e nós temos essa experiência no Paraná. (PETRELLI, 2007).

A RIC começou com seis geradoras de televisão em Santa Catarina, nas seguintes cidades: Florianópolis, Joinville, Blumenau, Chapecó, Itajaí e Xanxerê. Enquanto no Paraná as emissoras de televisão do grupo são conhecidas como “RIC TV”, no estado catarinense a marca escolhida foi “RIC Record”. Além das TVs, o grupo possui emissoras de rádio no Paraná e os jornais *Notícias do Dia*, da capital, da Grande Florianópolis, do Vale do Rio Tijucas e Costa Esmeralda, e de Joinville.

Mário José Gonzaga Petrelli, advogado, nascido em 1935, em Florianópolis, é o fundador e presidente do Grupo Rede Independência de Comunicação. O grupo tem os vices-presidentes executivos, Leonardo Petrelli Neto, no Paraná, e Marcello Petrelli, em Santa Catarina, ambos filhos do fundador. O grupo RIC, mesmo sem surgir com esse nome, existe desde 1987 no Paraná e desde 1989 em Santa Catarina.

4.1 A RIC NO PARANÁ

68 Dados consolidados do Painel Nacional de Televisão (PNT), do Ibope, média das 7h às 0h. Fonte: <<http://noticias.uol.com.br/ooops/ultimas-noticias/2010/05/06/ibope-da-record-encalha-a-caminho-da-lideranca.jhtm>> Acesso: 8 nov. 2010.

A Rede Independência de Comunicação, com esse nome, surgiu no Paraná. Em 2007, o grupo RIC completou 20 anos⁶⁹ no estado paranaense. Atualmente, a RIC TV, como é conhecida no Paraná, é afiliada da Rede Record e possui quatro geradoras, nas seguintes cidades: Curitiba, Cornélio Procópio, Maringá e Toledo, as quais são chamadas, respectivamente: RIC TV Curitiba, RIC TV Londrina, RIC TV Maringá e RIC TV Oeste.

No início do grupo, na década de 1980, as emissoras de TV formavam o Sistema Sul de Comunicação (SSC), que era afiliado da Rede Manchete. Conforme Lins et. al., a parceria com a Manchete terminou em 1994. Originalmente, os nomes das emissoras de Cornélio Procópio e de Maringá eram “TV Vanguarda”, enquanto a emissora de Curitiba se chamava “TV Independência”.

Entidade	Município	Nome fantasia	Afiliada	Data Outorga	Validade
TV Independência S/A	Curitiba	RIC TV Curitiba	Rede Record	27/02/2000	27/02/2015
TV Independência Norte do Paraná Ltda.	Maringá	RIC TV Maringá	Rede Record	23/10/2002	23/10/2017
TV Independência Norte do Paraná Ltda.	Cornélio Procópio	RIC TV Londrina	Rede Record	11/05/1992	11/05/2007
TV Independência Oeste do Paraná Ltda.	Toledo	RIC TV Oeste	Rede Record	21/12/1990	21/12/2005

Quadro 6: Relação das emissoras da RIC TV no Paraná

Fonte: Adaptado de “Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) – TV”, do Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD) – Anatel. <http://sistemas.anatel.gov.br/SRD/> Acesso em: 2 nov. 2010.

As emissoras de Cornélio Procópio e de Toledo provavelmente recebem outros nomes porque as cidades onde estão situadas as geradoras não são as maiores de suas respectivas áreas de cobertura. Conforme dados do Censo Demográfico 2010, do IBGE, enquanto Cornélio Procópio tem 46.925 habitantes, Londrina possui 506.645, e enquanto a população de Toledo é de 119.353 pessoas, a de Cascavel (oeste paranaense) é de 286.172. A situação dessas duas emissoras é semelhante à da RIC Record Xanxerê em Santa Catarina. Embora a emissora catarinense possua o nome do município onde está localizada a geradora, a cidade-sede não é a maior da área de cobertura, já que Caçador tem maior população.

69 Fonte: <www.clickmarket.com.br/portal/?cat=2&pchave=147&contchave=147&atual=4&min=3> Acesso: 2 nov. 2010.

Conforme vídeo institucional, a RIC TV, com as quatro geradoras e 44 retransmissoras, cobre 92% da população paranaense. Além das emissoras de TV, o Grupo RIC possui no Paraná três emissoras de rádio, as Rádio Jovem Pan Curitiba, Ponta Grossa e Cascavel.

De acordo com matéria do jornal *Meio e Mensagem*, disponível⁷⁰ no banco de dados "TV Pesquisa", da PUC Rio:

A Rede Record tem uma participação de 30% na RIC-TV. Controlada pelo Grupo Petrelli, a RIC foi criada em 1987 como uma afiliada da Rede Manchete. A parceria acabou em 1995, quando o grupo decidiu associar-se, nos anos 90, à emissora controlada pelo bispo Edir Macedo. (MEIO E MENSAGEM, 2007).

Na edição nº 28, de 20 de agosto de 1997, o site Observatório da Imprensa reproduziu, com autorização do *Correio Braziliense*, uma série de reportagens⁷¹ publicadas no jornal de Brasília. Com o título *Dossiê das concessões de TV*, as reportagens são resultado de um "amplo levantamento, feito a partir da listagem, fornecida pelo Ministério das Comunicações, das 1.848 repetidoras de TV distribuídas desde 1995", além de outras fontes. Entre os objetivos da série, estava descobrir quem controlava as emissoras e retransmissoras de TV. Como resultado da pesquisa, "aparecem 268 RTVs [repetidoras de TV] entregues a empresas ou entidades controladas por políticos [...]. São 19 deputados federais e 11 estaduais, seis senadores, dois governadores, sete prefeitos, três ex-governadores, oito ex-deputados federais, oito ex-prefeitos e 23 outros políticos sem mandato". No último grupo, a reportagem cita o presidente do Grupo RIC.

Mário Petreli (PFL-PR) - Muito ligado ao ex-presidente nacional do PFL, Jorge Bornhausen, é sócio majoritário da Rádio e Televisão Vanguarda Ltda., da Rádio TV Independência Sudoeste Ltda. e da TV Independência S/A, que retransmitem no Paraná o sinal da Rede Record. As três empresas receberam no total 26 repetidoras, cuja instalação foi autorizada por portarias assinadas e publicadas entre 15.05.96 e 21.03.97. Próspero empresário, Petreli que tem 70% do capital do Sistema Independente de Comunicação (1). (CORREIO BRAZILIENSE, citado por OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 1997)

70 Fonte: <www.tv-pesquisa.com.puc-rio.br/mostraregistro.asp?CodRegistro=133081> Acesso: 7 nov. 2010.

71 Dossiê das concessões de TV – Observatório da Imprensa. Fonte: <www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/mat2008d.htm> Acesso: 7 nov. 2010.



Figura 10: Cobertura geográfica da RIC TV no Paraná

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Cobertura_ricpr.jpg> Acesso: 2 nov. 2010.

4.2 IDENTIDADE REGIONAL

Os veículos de comunicação, via de regra, querem passar a imagem de que são porta-vozes das pessoas, logo, representantes dos interesses da sociedade. Contudo, essa representação não é resultado de uma opção⁷² por parte dos indivíduos, como ocorre nas eleições, em que os eleitores escolhem os representantes políticos. No caso das emissoras de rádio e de televisão, os veículos ou as empresas são escolhidos pelo governo, por meio das concessões. Para conseguir legitimar a condição de porta-voz da sociedade perante ela própria, as empresas de comunicação buscam criar uma identificação entre o público e o veículo.

⁷² As pessoas não escolhem as empresas que vão receber as concessões, porém, podem escolher quais canais vão assistir.

Em relação ao ingresso da Rede Brasil Sul no mercado catarinense, Cruz (1996) escreve: “no seu início em Santa Catarina, o que a RBS precisava era ganhar a confiança do anunciante local, da elite política e econômica e, é claro, do público” (p.97). Para a autora, a rede empreendeu algumas estratégias políticas, econômicas e culturais para atingir tais requisitos. Quanto à aproximação com o público, desde o começo em Santa Catarina, a RBS assumiu bandeiras institucionais⁷³ sobre questões que afetam o cotidiano das pessoas, mais recentemente, são exemplos as campanhas: *O amor é a melhor herança - Cuide das crianças*, *Educar é tudo*, *Violência do Trânsito - Isso Tem que Ter Fim* e *Crack, Nem Pensar*.

De certa forma, a RIC utilizou estratégias parecidas com as usadas pela RBS. A Rede Independência de Comunicação criou algumas campanhas, como a Campanha do Agasalho⁷⁴, Casa Segura, Maratona do Brinquedo, e apoiou⁷⁵ muitas campanhas de terceiros, entre elas: *Transformando angústia em Esperança*, do Centro de Valorização da Vida (CVV), de Blumenau; e o pedágio para arrecadação de recursos para a Rede Feminina de Combate ao Câncer, de São Francisco do Sul.

Assim como a RBS possui a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, a RIC agora tem no Paraná e em Santa Catarina o Instituto RIC de Atitude Social⁷⁶, que é uma associação sem fins lucrativos, com sede em Florianópolis. O instituto tem a missão de “colaborar para a conscientização da sociedade, promovendo e apoiando projetos de comunicação sobre temas relacionados à saúde, a educação e ao meio ambiente”.

A RIC Record busca uma identificação regional em cada praça que atua. Todas as emissoras da rede possuem a edição local do Jornal do Meio Dia, telejornal que em novembro de 2010 recebeu o prêmio⁷⁷ Top de Marketing 2010 da

73 Algumas campanhas foram realizados em Santa Catarina e também no Rio Grande do Sul. Conforme o Portal Social, na seção Bandeiras da RBS, "Uma empresa convencida de sua responsabilidade social não se restringe apenas a cumprir rigorosamente as leis trabalhistas. Ela avança na direção de constituir-se e transformar-se num ator social. [...] É por isso que todos os anos a empresa elege um tema e o transforma na sua bandeira institucional". Fonte: <www.clickrbs.com.br/especial/br/portal-social/conteudo.0.3532.Bandeiras-do-Grupo-RBS.html> Acesso: 30 out. 2010.

74 A Campanha do Agasalho já existia na época da Rede SC.

75 No portal Ric.com.br, na seção Notícias Institucionais, aparecem várias matérias de eventos ou campanhas apoiados pela rede.

76 Fonte: <www.clickric.com.br/ric.com/noticias.asp?id_cat=5&id=1968&estado=pr> Acesso: 15 nov. 2010.

77 Fonte: <www.clickric.com.br/ric.com/noticias.asp?id_cat=10&id=4002&estado=sc> Acesso: 15 nov.

Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing de Santa Catarina (ADVB/SC). De acordo com a RIC⁷⁸, o Jornal do Meio Dia é um

programa de notícias, que dá ênfase ao conteúdo regional, é baseado em quatro principais temas: comunidade, esporte, polícia e cidade. Privilegiando a identidade com o telespectador, a apresentação é feita por âncoras regionais nas seis praças catarinenses. O Jornal do Meio Dia vai ao ar de segunda-feira a sábado e tem cerca de 1 hora de duração. (RIC, 2010).

O presidente do Grupo RIC, Mário Petrelli, ressaltou, em entrevista⁷⁹ ao telejornal SC no Ar, do dia 17 de novembro de 2009, que a rede cumpre o artigo 221 da Constituição Federal, o qual defende a programação regional. Conforme Petrelli,

Sem dúvida alguma, nós cumprimos o artigo 221 da Constituição Federal que determina a programação regional, divulgação do lazer, da cultura e do turismo. E isto tem sido um motivo do nosso sucesso. Seremos uma televisão muito mais voltada às comunidades aonde nós estamos instalados, muito mais voltados àquilo que o governador acabou de explicar aqui, aos municípios, muito mais voltados a tudo aquilo que diz interesse ao cidadão. Ele quer conhecer primeiro aquilo que se passa na sua vila, depois no seu município, no seu estado, para depois conhecer o restante. (PETRELLI, 2009).

Na seção⁸⁰ “Programação Regional RIC”, no portal Ric.com.br, a rede destaca que “o Grupo RIC valoriza a cultura local e o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades paranaense e catarinense e, por meio de uma comunicação diferenciada, traz informação, entretenimento e serviços à população”. Conforme o portal, a RICTV é a maior produtora de conteúdo inédito no estado do Paraná, com mais de 250 horas de programação regional. A rede possui seis centros de produção de programas, nas seguintes cidades: Curitiba, Cascavel, Cornélio Procopio, Londrina, Maringá e Toledo. Já em Santa Catarina, a RIC produz 300 horas de programação regional, com uma equipe de 400 profissionais. A RIC também possui um núcleo jornalístico em Brasília, que cobre os assuntos de interesse dos dois estados do sul onde está presente.

2010.

78 Idem.

79 Vídeo: Mário Petrelli fez palestra em Itajaí.

Fonte: <www.clickric.com.br/ric.com/videos_busca_player.asp?chave=Petrelli&estado=sc&id=4479&estado_sel=sc> Acesso: 15 nov. 2010.

80 Disponível em: <www.clickric.com.br/ric.com/ric_reg.asp> Acesso: 15 nov. 2010.

4.3 MONOPÓLIO OU OLIGOPÓLIO?

O monopólio é uma forma de organização em que uma única empresa domina a oferta de determinado produto ou serviço. O monopólio absoluto é mais difícil de ocorrer, o que há com mais frequência é o oligopólio, quando poucas empresas controlam a maior parcela do mercado de determinado ramo.

Já há algum tempo certos setores da sociedade civil e entidades de classe, como o Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina (SJSC), criticam a RBS por ela ter o monopólio dos meios de comunicação no estado. Desde que ingressou no mercado catarinense, o grupo oriundo do Rio Grande do Sul buscou comprar veículos. Ressalta-se que a política de expansão já era uma característica da rede no estado vizinho. No ramo da televisão, a RBS recebeu originalmente apenas a concessão da emissora de Florianópolis, as outras cinco emissoras foram adquiridas de outros proprietários posteriormente. Além de TVs, a RBS comprou rádios e jornais. No caso da imprensa escrita, a rede adquiriu o *Jornal de Santa Catarina*, de Blumenau, em 1992, e o jornal *A Notícia*⁸¹, de Joinville, em 2006. Esses dois jornais eram concorrentes do *Diário Catarinense*, primeiro e principal periódico da RBS no estado, além de circularem em praticamente todo o território de Santa Catarina. Depois da compra pela rede da família Sirotsky, o *Santa* e o *AN*, como também são conhecidos, ficaram quase que restritos às regiões de Blumenau e Joinville, respectivamente. Em 2007, pela primeira vez a RBS chegou ao Paraná, com o lançamento⁸² do portal de serviços Hagah, um guia cultural e de lazer ou uma espécie de “lista telefônica” na internet, que também possui as versões catarinense e gaúcha.

81 No artigo *RBS expande seus domínios*, de 28 de agosto de 2007, publicado no site Observatório da Imprensa, o autor Jacques Mick relata como ocorreu a aquisição do jornal *A Notícia* pela RBS. Segundo Mick, o valor que a RBS ofereceu pelo periódico joinvilense chegou próximo aos R\$ 50 milhões. Fonte: <www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=448IPB002> Acesso: 30 out. 2010.

82 RBS lança hagah em Curitiba - "Primeiro veículo da RBS no Paraná, o hagah chega à capital e região metropolitana através de uma grande operação que envolveu investimentos em uma sede específica e a contratação de uma equipe de quase 50 profissionais que vão atuar nas áreas de conteúdo e comercial". Fonte: <www.clickmarket.com.br/portal/index.php?cat=2&id=8529> Acesso: 30 out. 2010.

Quando começou a existir em Santa Catarina, a partir de 2008, a Rede Independência de Comunicação engrossou o coro de críticas contra a principal concorrente. Na edição do jornal *Notícias do Dia*, do Grupo RIC, de 29 de abril de 2008, que marcou uma nova fase do diário, o editorial de capa, com o título *Nosso Compromisso*, criticou indiretamente a RBS. Segue, abaixo, um trecho do texto:

Santa Catarina comporta um jornal diferente, voltado para os legítimos interesses do cidadão que aqui vive. Um veículo capaz de ser um contraponto à opinião dirigida e única de um grupo de comunicação que visa o monopólio. A unanimidade não é favorável aos interesses regionais do nosso Estado. O *Notícias do Dia* quer ser uma nova alternativa e fator de equilíbrio entre a mídia impressa e a sociedade catarinense. [...] Nosso Estado não pode ter uma única opinião, um único pensamento, um só sotaque. (NOTÍCIAS DO DIA, 2008, p. 1).

Na televisão, a RIC Record também realizou uma campanha contra o monopólio. Antes da apresentação dos programas locais, a rede exibia uma vinheta em que citava o parágrafo 5º do artigo 220 da Constituição Federal, que expressa "os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio". A rede também criou, em maio de 2009, a campanha "Independência na Comunicação". De acordo com notícia⁸³ publicada no site Click RIC, o objetivo da campanha era "romper o conservadorismo e mostrar ao público catarinense que ele tem liberdade e poder de escolha".

Passados apenas alguns dias do lançamento da campanha, a própria RIC foi criticada por constituir o oligopólio da comunicação no estado catarinense. Em artigo com o título *Oligopólio e o abuso econômico em Santa Catarina*⁸⁴, publicado no site Observatório da Imprensa, Júlio César Fantin escreveu:

Nos 30 anos de RBS em Santa Catarina e 20 anos do grupo RIC no Paraná, retornam as discussões sobre o oligopólio e o monopólio da comunicação no Sul do Brasil. A RBS, da família Sirotsky, é colocada no banco dos réus por possuir 18 emissoras de TV, oito jornais, 26 emissoras de rádio e dois portais de internet, entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Já a RIC, da família Petrelli, que diz lutar pelo oligopólio e o monopólio da informação, na minha singela opinião teria que estar no mesmo banco de réus. Entre Paraná e Santa Catarina, são 11 emissoras de TV, duas emissoras de rádio, dois jornais impressos e cinco portais de internet. (FANTIN, 2009).

83 Grupo RIC lança "Independência na Comunicação" - Fonte:

<www.clickric.com.br/ric.com/noticias.asp?id_cat=10&id=2079&estado=sc> Acesso: 30 out. 2010.

84 Artigo *Oligopólio e o abuso econômico em Santa Catarina* - Fonte:

<www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=538IPB005> Acesso: 31 Outubro 2010.

Com a inclusão da geradora da RIC Record Criciúma, somadas às outras seis geradoras da RIC Record e uma da Record News, o Grupo RIC possui oito geradoras de TV em Santa Catarina, enquanto a RBS tem seis. Ainda assim, o presidente da RIC, Mário Petrelli, em notícia⁸⁵ no portal Click RIC, enfatiza que a rede cumpre o artigo 220 da Constituição Federal.

O monopólio da opinião é o mais grave de todos. Com o crescimento da Record e com a participação do Paraná e de Santa Catarina, somos a antítese do monopólio. Quanto mais a Record cresce, melhor para o Brasil, para os governos, para a sociedade, para o anunciante, para as agências, para o Brasil. E estamos fazendo isso muito bem com a Record. (PETRELLI, 2010).

O artigo *Oligopólio no sistema de radiodifusão de Santa Catarina*, de Christofolletti e Cozer (2009), evidencia o controle das emissoras de rádio e TV catarinenses por apenas quatro famílias: Sirotsky (RBS), Petrelli (RIC), Amaral (SCC) e Brandalise (CBV). “Sirotsky, Brandalise, Petrelli e Amaral, todos estes clãs registram seus veículos em nome dos diferentes familiares nos quadros societário e diretivo das emissoras” (CHRISTOFOLETTI; COZER, 2009, p. 8).

O tema do monopólio também está presente no embate entre a Globo e a Record, às quais são afiliadas, respectivamente, RBS e RIC. Um dos vários momentos de tensão entre as duas maiores redes de TV do Brasil ocorreu em 2007, quando houve a inauguração da Record News, primeiro canal de jornalismo 24 horas em TV aberta no Brasil. Dias após a estreia, a Rede Record exibiu um editorial em que acusou a Rede Globo de impedir⁸⁶ o lançamento da Record News. Segundo a rede do bispo Edir Macedo, a Globo tomou tal ação por ter medo de que a Globo News, canal de notícias da Globo em TV por assinatura, perdesse anunciantes para a Record News, além da “certeza de que o monopólio da informação está chegando

85 Presidente da Rede Record no Paraná - Fonte: <www.clickric.com.br/ric.com/noticias.asp?id_cat=10&id=3122&estado=sc> Acesso: 31 Outubro 2010.

86 Conforme o editorial, a Globo questionou a legalidade da Record News e acusou a Record de operar dois canais de TV aberta na cidade de São Paulo. Contudo, segundo a Record, a programação da Record News substituiu a da Rede Mulher, que tem sede em Araraquara-SP. A tal operação da Globo contra a Record, segundo o editorial, foi revelada pelo jornalista Josias de Souza, da *Folha de São Paulo*. No blog de Josias de Souza, há uma *post* com o título *Globo ameaça questionar legalidade da Record News*, que está disponível no endereço: <http://josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br/arch2007-09-01_2007-09-30.html#2007_09-29_19_12_46-10045644-0> Acesso: 31 out. 2010.

ao fim". O editorial, narrado pelo jornalista Celso Freitas, é concluído da seguinte forma: "A Record acredita na democratização da notícia. E reafirma: O monopólio da informação é um câncer para o Brasil".

A questão do monopólio da informação foi discutida em Santa Catarina na 1ª Conferência Estadual da Comunicação – Conecom/SC⁸⁷. A plenária da conferência aprovou uma moção de repúdio ao governo do estado e à maior parte da Assembleia Legislativa por não convocarem a 1ª Conecom/SC, já que a portaria da nº667/2009, do Ministério das Comunicações, orientava que as conferências estaduais fossem convocadas pelo Poder Executivo, pelo Poder Legislativo ou por intermédio da Comissão Organizadora, nessa ordem, com prazos determinados para cada um dos três. A não convocação da conferência pelo governador catarinense, nem pela Assembleia Legislativa, foi abordada em uma reportagem da revista *Carta Capital*, que tratou dos entraves à realização da 1ª Conferência Nacional da Comunicação.

Caso emblemático desse jogo de pressões é o de Santa Catarina, onde o monopólio da RBS, da família Sirotsky, foi determinante para intimidar o poder público local. Lá, nem o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) nem a Assembleia Legislativa tiveram coragem de convocar a conferência estadual, como determina a portaria do Ministério das Comunicações. No estado, a RBS controla a afiliada da Rede Globo e as demais retransmissoras do interior, além de ser dona de quase todos os jornais locais. (CARTA CAPITAL, 2009).

Apesar da não-convocação pelos poderes Executivo e Legislativo estaduais, a 1ª Conferência Estadual de Comunicação de Santa Catarina – Conecom/SC ocorreu nos dias 14 e 15 de novembro de 2009. De acordo com o site do encontro, (www.comunica-sc.org.br), no texto com título *A Conferência em Santa Catarina*,

o setor de comunicação passou por transformações profundas nos últimos anos, principalmente tecnológicas. No entanto o desrespeito às leis, a monopolização dos meios e o empobrecimento dos conteúdos é histórico e flagrante. Estas são mais algumas razões que evidenciam a necessidade de novos marcos regulatórios e filosóficos para a comunicação no Brasil, que privilegiem a informação como um direito humano fundamental à construção

87 Informações sobre a 1ª Conecom/SC estão disponíveis no site: www.comunica-sc.org.br A conferência estadual precedeu a 1ª Conferência Nacional da Comunicação (Confecom), que ocorreu de 14 a 17 de dezembro de 2009, em Brasília-DF. O tema da 1ª Confecom, convocada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi "Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital".

da cidadania. (CONECOM/SC, 2009).

Pelo que foi exposto neste capítulo, apreende-se que apesar de Mário Petrelli procurar, já há muitos anos, criar um “conglomerado alternativo estadual de comunicação para competir com a RBS”, como apontou Moacir Pereira (1992c), somente com a criação da RIC no estado, este objetivo tornou-se realmente viável. A afiliação da RIC à Rede Record pode ser uma possível via para a efetivação do objetivo de Petrelli nos anos 2000.

Nota-se que as emissoras de TV buscam criar laços de identidade com o público telespectador. Para tanto, criam iniciativas, como campanhas, para conquistar a preferência das pessoas.

Em Santa Catarina, quatro famílias⁸⁸ controlam o setor de televisão. A RIC, apesar de ter uma postura contra o monopólio, possui vários veículos de comunicação, o que, de certa forma, a aproxima da RBS nessa questão.

⁸⁸ O controle dos meios de comunicação por poucas famílias (e por políticos) também ocorre em outros estados brasileiros. Em Alagoas, por exemplo, a Organização Arnon de Mello, fundada pelo pai do ex-presidente Fernando Collor de Melo, é proprietária da TV Gazeta de Alagoas (afiliada da Globo), das rádios Gazeta AM e FM, de Maceió, e do jornal *Gazeta de Alagoas*, entre outros veículos. Já no Maranhão, a família Sarney possui o Sistema Mirante de Comunicação, composto pela TV Mirante (afiliada da Globo), rádios Mirante AM e FM, pelo Jornal *O Estado do Maranhão*, entre outras empresas.

5 COBERTURA GEOGRÁFICA DA RIC RECORD EM SANTA CATARINA

Neste capítulo, expõem-se as áreas de cobertura das emissoras de TV da RIC Record no estado, por meio de tabela, mapas e texto. Além disso, aborda-se a influência do relevo sobre os sinais de TV, e apresenta-se um breve histórico de cada emissora da RIC, com destaque para as datas das outorgas das concessões e os inícios das transmissões. No final do capítulo, são abordados os fatores que influenciam na localização das geradoras de televisão.

A cobertura geográfica de uma televisão compreende os municípios que recebem, de alguma forma, o sinal (com a programação) da emissora. “A definição e o estabelecimento das áreas de cobertura geográfica das emissoras, por sua vez, são feitos pela geradora do sinal, podendo abranger um ou mais municípios” (IBGE, 2008, p. 137). Algumas emissoras ou redes possuem os seus respectivos “Atlas de Cobertura”, com acesso livre na internet, como a Globo⁸⁹, a Band, a Rede TV e a RBS, ou com acesso restrito, como a Record, a RIC e a TV Gazeta de São Paulo. Nos sites das emissoras, via de regra, a cobertura está presente na seção “Comercial”.

Os Atlas de Cobertura das TVs, geralmente, trazem as seguintes informações por município: população, número de domicílios com TV e Índice de Potencial de Consumo (IPC), em porcentagem, em relação ao país e, em alguns casos, em relação ao estado. Os atlas também mostram os municípios cobertos por cada geradora.

Emissoras de Televisão	6
Domicílios com TV	1.941.307
Municípios (cobertura)	293
População	6.177.539
Telespectadores Potenciais	6.061.303

Tabela 1: Cobertura da RBS TV em Santa Catarina

Fonte: Tabela de Preços - Grupo RBS - Outubro 2010. Pág. 7.

Disponível em: <www.gruporbs.com.br/download/tabelas/tabela_tv.pdf> Acesso: 2 nov. 2010.

⁸⁹ Conforme dados da Central Globo de Marketing, a Rede Globo possui 122 exibidoras no Brasil.
Fonte: <<http://comercial.redeglobo.com.br/atlas2004/index.php>> Acesso: 2 nov. 2010.

Municípios	25
Habitantes	992.289
Domicílios com TV	316.195
Telespectadores Potenciais	982.920
Índice de Potencial de Consumo (IPC%) - Brasil	0,715%
Índice de Potencial de Consumo (IPC%) - total SC	19,67%

Tabela 2: Cobertura da RBS TV Florianópolis

Fonte: Tabela de Preços - Grupo RBS - Outubro 2010. Pág. 7.

Disponível em: <www.gruporbs.com.br/download/tabelas/tabela_tv.pdf> Acesso: 2 nov. 2010.

Uma geradora emite um sinal, que é captado em uma determinada área, a qual pode variar de tamanho conforme a potência do transmissor e o relevo da região. Geralmente, as antenas de transmissão dos sinais de TV estão instaladas em lugares altos⁹⁰, pois as ondas precisam se propagar sem barreiras ou impedimentos. Para que o sinal chegue com boa qualidade a alguns locais, são instaladas retransmissoras, que aumentam o alcance do sinal e, conseqüentemente, a área de cobertura. Para a instalação de uma geradora, há a necessidade de uma concessão, aprovada pelo presidente da República e pelo Congresso Nacional, já para a instalação de uma retransmissora é preciso somente de uma permissão do Ministério das Comunicações.

90 Em Florianópolis, no Morro da Cruz; em Joinville, no Morro do Boa Vista; em Blumenau, no Morro do Cachorro; em Itajaí, no Morro da Cruz; em Criciúma, no Morro Cechinel ou Morro da TV.



Figura 11: Sede da RIC Record em Florianópolis

Antenas de emissoras de TV e sede da RIC Record Florianópolis (ao centro), no Morro da Cruz.

Foto: Francisco Dantas.

Como a transmissão dos sinais de televisão ocorre por meio das ondas eletromagnéticas pelo ar, alguns obstáculos, como um relevo acidentado, podem dificultar a recepção do sinal pelos telespectadores. Um exemplo é o de Florianópolis, onde as antenas das emissoras de TV estão no Morro da Cruz, no centro da cidade. Porém, esses sinais não chegam a Canasvieiras, no norte da Ilha de Santa Catarina. Nesse caso, a RBS, por exemplo, instalou uma retransmissora para que o sinal chegasse com melhor qualidade ao bairro. Na área coberta pela geradora da RIC Record Florianópolis, há retransmissoras nos municípios de São José, Governador Celso Ramos, Santo Amaro da Imperatriz, Bom Retiro, Urupema, entre outros.

Deve-se ressaltar que, mesmo com o auxílio das retransmissoras, o sinal de TV pode não chegar às áreas totais dos municípios que aparecem nos atlas de cobertura das emissoras como cobertos pelo sinal. Algumas localidades do interior de São Pedro de Alcântara⁹¹, na Grande Florianópolis, por exemplo, devido ao relevo

⁹¹ No mapa da cobertura da Band em Santa Catarina, há alguns “vazios”, que correspondem aos municípios que não são cobertos pelo sinal da rede, entre os quais está São Pedro de Alcântara.

acidentado, não recebem os sinais gerados pelas emissoras da capital.

Seguem, abaixo, os mapas com as coberturas geográfica da RIC Record e da RBS TV em Santa Catarina, a primeira com sete geradoras e a segunda com seis. A RIC Record possui geradoras em Florianópolis, Joinville, Blumenau, Criciúma, Chapecó, Itajaí e Xanxerê. De acordo com um vídeo institucional da RIC, a rede possui 100 retransmissoras no estado, e cobre 90% da população catarinense. Já a RBS TV possui geradoras na capital, em Joinville, em Blumenau, em Criciúma, em Chapecó e em Joaçaba⁹².

Emissora	Municípios	População	Domicílios	IPC
RIC Record Florianópolis	19	916.785	291.093	0,68257
RIC Record Itajaí	21	632.205	196.849	0,41883
RIC Record Xanxerê	50	571.553	172.090	0,29325
RIC Record Joinville	27	1.181.866	351.512	0,68889
RIC Record Blumenau	44	954.829	292.199	0,58692
RIC Record Chapecó	54	655.675	199.963	0,32915
RIC Record Criciúma	50	1.126.851	345.557	0,60707
RIC Record em SC (total)	265	6.039.764	1.849.263	3,60668

Tabela 3: Cobertura da RIC Record em Santa Catarina

Fonte: Adaptado de Mapa Cobertura - RIC Record SC (fornecido pela empresa).

O mapa está disponível em: <www.band.com.br/comercial/atlas.asp> Acesso em: 2 nov. 2010.

92 Embora a concessão seja de Joaçaba, a sede da RBS TV Centro Oeste fica em Lages. Conforme o jornalista Júlio Fantin, “em pouco tempo, a RBS transferiu as suas operações para Lages, deixando a população de Joaçaba e região, ainda mais isolada do mundo”.

Fonte: <<http://juliofantin.blogspot.com/2009/06/1-de-junho-de-2005-o-dia-em-que-parte.html>> Acesso: 15 nov. 2010.

Durante as comemorações dos 40 anos do Jornal Nacional, o telejornal homenageou as afiliadas da Rede Globo. A jornalista Fátima Bernardes abre uma das reportagens da seguinte maneira: “Lages, região serrana de Santa Catarina, sede da TV Centro Oeste, afiliada da Rede Globo...”. A RBS TV Centro Oeste entrou no ar em 1º de junho de 2005. Antes, a concessão pertencia ao grupo que possuía a TV Catarinense (afiliada da Band), de Joaçaba, o qual vendeu a emissora para a Rede Brasil Sul.

Dados : IPC Target 2009. Última atualização: 19 de outubro de 2010.

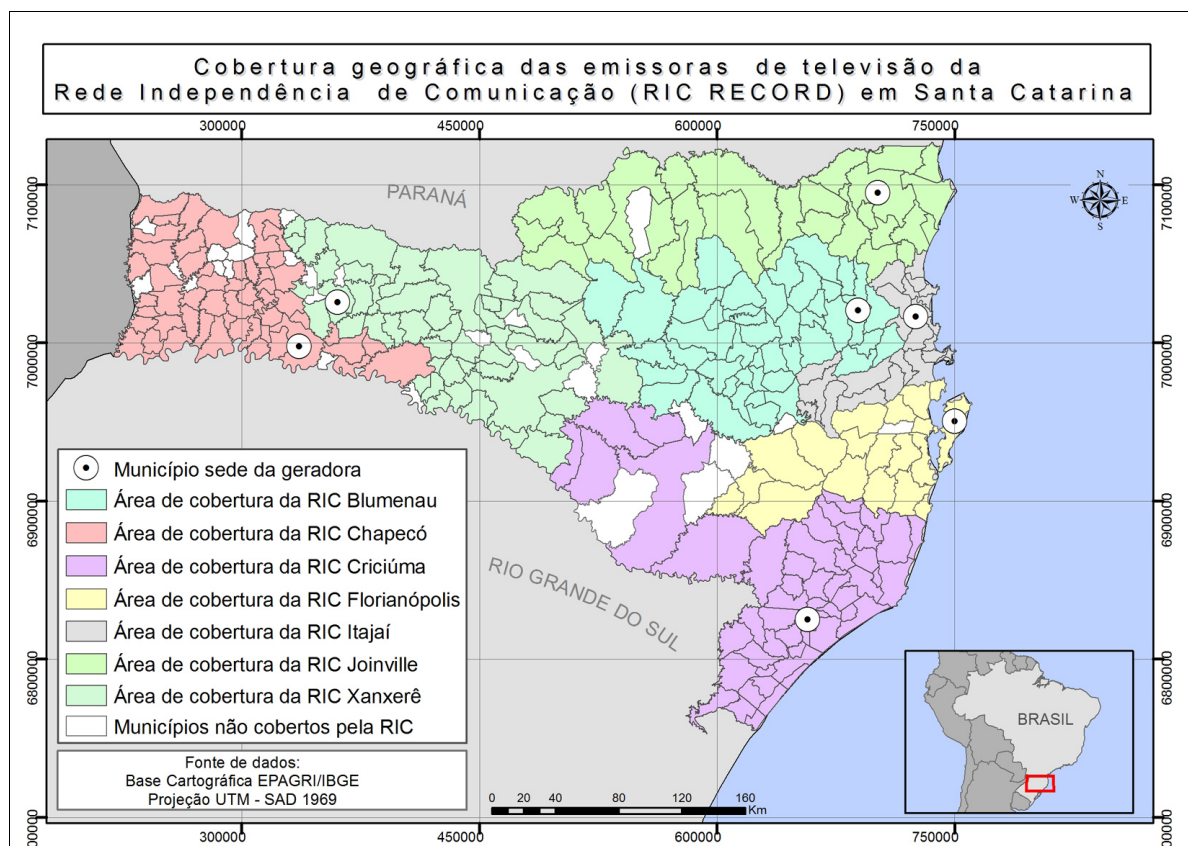


Figura 12: Mapa de Cobertura da RIC Record em Santa Catarina

Elaboração do mapa: Geógrafa Julia Cucco.

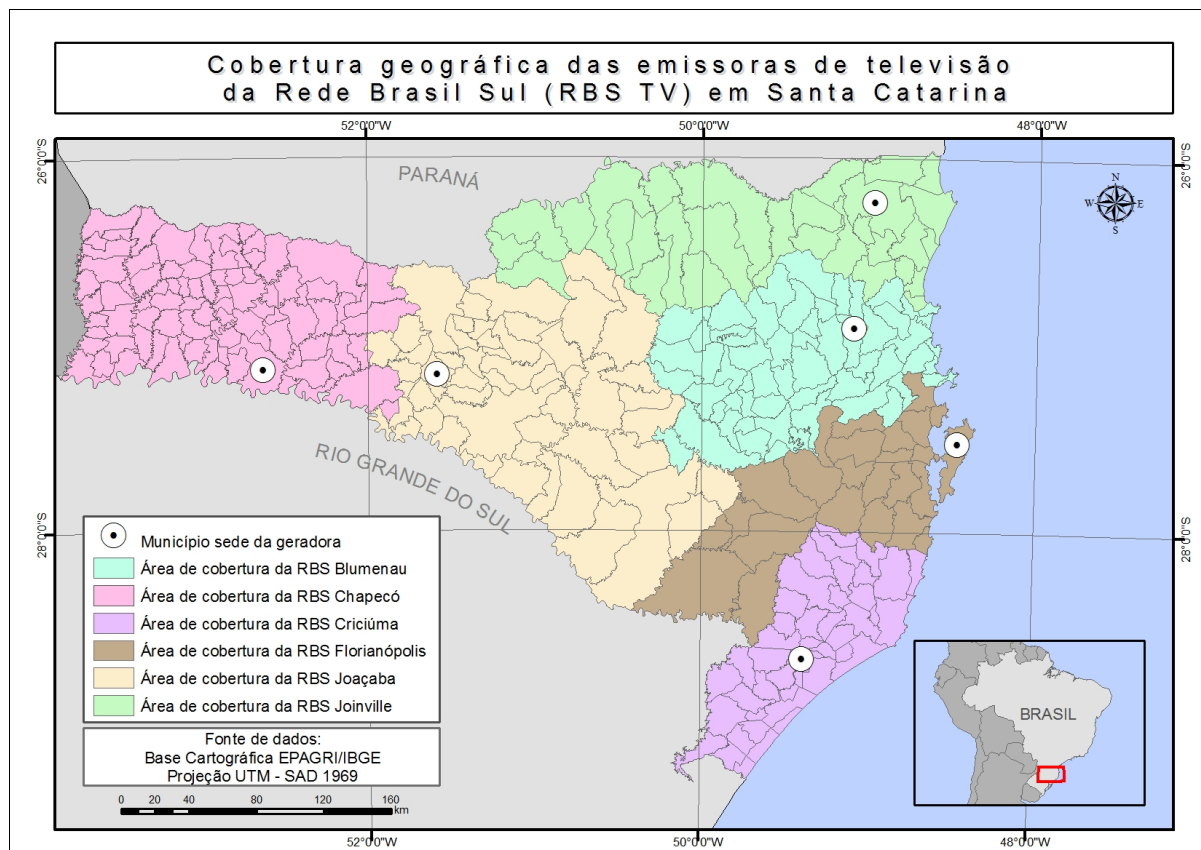


Figura 13: Mapa de Cobertura da RBS TV em Santa Catarina

Elaboração do mapa: Geógrafa Julia Cucco.

Pela observação dos mapas das áreas de cobertura da RIC e da RBS, percebe-se que tanto uma quanto outra não possuem geradoras na porção central do estado. Somente o SBT-SC tem uma geradora em Lages. Por ser resultado de uma fusão, a RIC tem algumas geradoras próximas entre si, como é o caso da de Chapecó com a de Xanxerê, e a de Blumenau com a de Itajaí.

O setor de televisão aberta tem uma peculiaridade em relação a outros setores econômicos, que é a necessidade de concessão para poder operar uma geradora. Assim, as emissoras não podem ser instaladas em quaisquer cidades⁹³, por exemplo, as que reúnem as melhores condições de investimento para o

⁹³ No início da TV em Santa Catarina, de certa forma, era possível escolher em quais cidades instalar as emissoras, pois as faixas do espectro eletromagnético destinadas às transmissões de TV ainda não estavam ocupadas, assim, os interessados em conseguir a concessão de um canal submetiam um pedido ao órgão competente pela radiodifusão, um exemplo é o do Grupo da TV Coligadas, de Blumenau, que requereu ao Dentel exame de possibilidade de execução de serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade. Com o passar dos anos e com o uso quase que completo das faixas do espectro nas grandes cidades, não há mais canais disponíveis, principalmente os em VHF (2 ao 13).

empresariado, como em outros ramos, mas, antes, é preciso ter uma concessão do governo federal para o funcionamento. Ainda assim, como as demais empresas, as emissoras de TV também buscam boas localizações, nesse caso, não só para instalar os estúdios como também a antena transmissora. No contexto da “guerra dos lugares”, as cidades e localidades respondem às necessidades das empresas de diversas formas.

Os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral). (SANTOS, 2002, pp. 247-248).

Em relação à localização das sedes das geradoras de televisão, a publicação *Regiões de Influência das Cidades 2007*, do IBGE, expõe:

o município onde se localiza a sede da geradora e de cada uma de suas filiadas figura, via de regra, entre aqueles com maior centralidade em sua área, devido à necessidade de haver facilidades tecnológicas locais, tais como a cobertura por linhas de transmissão que permitam a retransmissão do sinal, a presença de equipes técnicas especializadas em suporte e manutenção, vinculadas às emissoras, além do potencial econômico e social, este último vinculado, sobretudo, à publicidade e ao mercado regionais. (IBGE, 2008, p. 137).

No atual sistema analógico de transmissão, pelo ar, através das ondas eletromagnéticas, há um limite do número de canais de TV, para que não haja interferência entre os próprios canais existentes, nem com outras formas de comunicação que utilizam tais ondas. Para regular a utilização dos canais, o governo, por meio do Ministério das Comunicações, da Anatel, ou de outro órgão competente, conforme a época, estabeleceu o Plano Básico de Distribuição de Canais com as faixas do espectro eletromagnético disponíveis e aprovadas para a radiodifusão de sons e imagens (televisão). Nas grandes cidades, como as capitais, é comum que os canais, principalmente os VHF, que vão do 2 ao 13, já estejam ocupados.

Quando escreve sobre as redes, no livro *A Natureza do Espaço*, Milton Santos aborda, mesmo sem especificar um setor, essa situação peculiar da televisão, ou seja, a necessidade de concessão.

A produção da fluidez é um empreendimento conjunto do poder público e do setor privado. Cabe ao Estado, diretamente ou por concessões, e aos organismos supranacionais prover o território dos macrossistemas técnicos sem os quais as demais técnicas não se efetivam. Já as empresas, isoladamente ou associadas, estabelecem redes privadas, cuja geografia e funcionalização correspondem ao seu próprio interesse mercantil. É por onde circulam _ não raro de forma exclusiva _ as informações, os dados especializados e as ordens que estruturam a produção. Quando se fala em fluidez, deve-se, pois, levar em conta essa natureza mista (e ambígua) das redes e do que eles veiculam. (SANTOS, 2002, p. 276).

Vale fazer algumas considerações sobre esse trecho do livro de Santos. No caso da televisão, conforme a publicação *Regiões de Influência das Cidades 2007*, do IBGE, os fixos são as estruturas necessárias ao funcionamento da emissora, e os fluxos a programação e a propaganda veiculadas para a área de cobertura. No começo da televisão no Brasil e em Santa Catarina, pode-se afirmar que realmente o coube ao Estado oferecer os “macrossistemas técnicos” que viabilizaram as transmissões, ou seja, a implantação de uma rede de micro-ondas (Embratel e Telesc) e, posteriormente, o uso dos satélites. No entanto, algumas empresas criaram as suas próprias redes técnicas, como foi o caso da RBS em Santa Catarina, que implantou a sua própria rede de micro-ondas. Atualmente, algumas redes de TV possuem os seus próprios satélites. Já as redes privadas, as quais Santos menciona, devem ser pertencentes aos setores em que não há necessidade de concessão do estado para as empresas funcionarem, como por exemplo, as agências bancárias.

De modo geral, as sedes das emissoras de televisão estão situadas nos principais centros urbanos do estado, os quais possuem grande população, logo, maior mercado consumidor, e uma economia dinâmica. As emissoras precisam de anunciantes e telespectadores (consumidores) para poderem garantir o lucro. Também precisam de notícias e de outros conteúdos para a programação, que, nos centros urbanos, são mais possíveis, visto que neles há mais relações sociais, econômicas e culturais.

Desde o seu início, a televisão brasileira teve uma característica: todas as 286 geradoras (emissoras que podem exibir programação própria) e 8.484 retransmissoras em funcionamento até julho de 2000 – de acordo com dados da Abert – estão sediadas em áreas urbanas. Suas programações são dirigidas às populações urbanas, são orientadas para o lucro (com

exceção das estações estatais), seu controle acionário está concentrado nas mãos de uns poucos grupos familiares e funcionam sob o controle da legislação existente para o setor. Além disso, a televisão brasileira é fortemente dependente das verbas publicitárias, alocadas principalmente pelas agências de publicidade. (MATTOS, 2002, p. 50).

Mais uma diferença do setor de televisão aberta em relação a outros tipos de serviços é que, no caso das TVs, as pessoas não precisam se deslocar para receber a programação, pelo contrário, é a programação que chega às residências dos telespectadores. Já no caso dos hospitais e universidades, por exemplo, na maioria das vezes o indivíduo precisa se deslocar para conseguir esses serviços.

5.1 ÁREA DE COBERTURA E HISTÓRICO DA RIC RECORD FLORIANÓPOLIS

A RIC Record Florianópolis é a cabeça de rede da RIC Record em Santa Catarina. A geradora, canal 4 VHF, situada na capital catarinense, cobre 19 municípios, são eles: Florianópolis, Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Bom Retiro, Garopaba, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Rio Rufino, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José, Urubici e Urupema.

A RIC Record Florianópolis abrange uma área de aproximadamente 8.000 Km², o que corresponde a cerca de 8,39% da área do território catarinense, e uma população de 916.785 pessoas⁹⁴. A população da capital do estado, onde está situada a sede da geradora, corresponde a 44,71% da população total dos municípios da área de cobertura. As cinco maiores cidades cobertas pela RIC Record Florianópolis são: a capital, São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz. O único município pertencente ao contorno da área de cobertura da emissora, mas que não é coberto, é São Pedro de Alcântara, que tem uma população de 4.702 habitantes (Censo 2010).

94 Os dados populacionais neste capítulo são os utilizados pela RIC no seu Mapa de Cobertura.

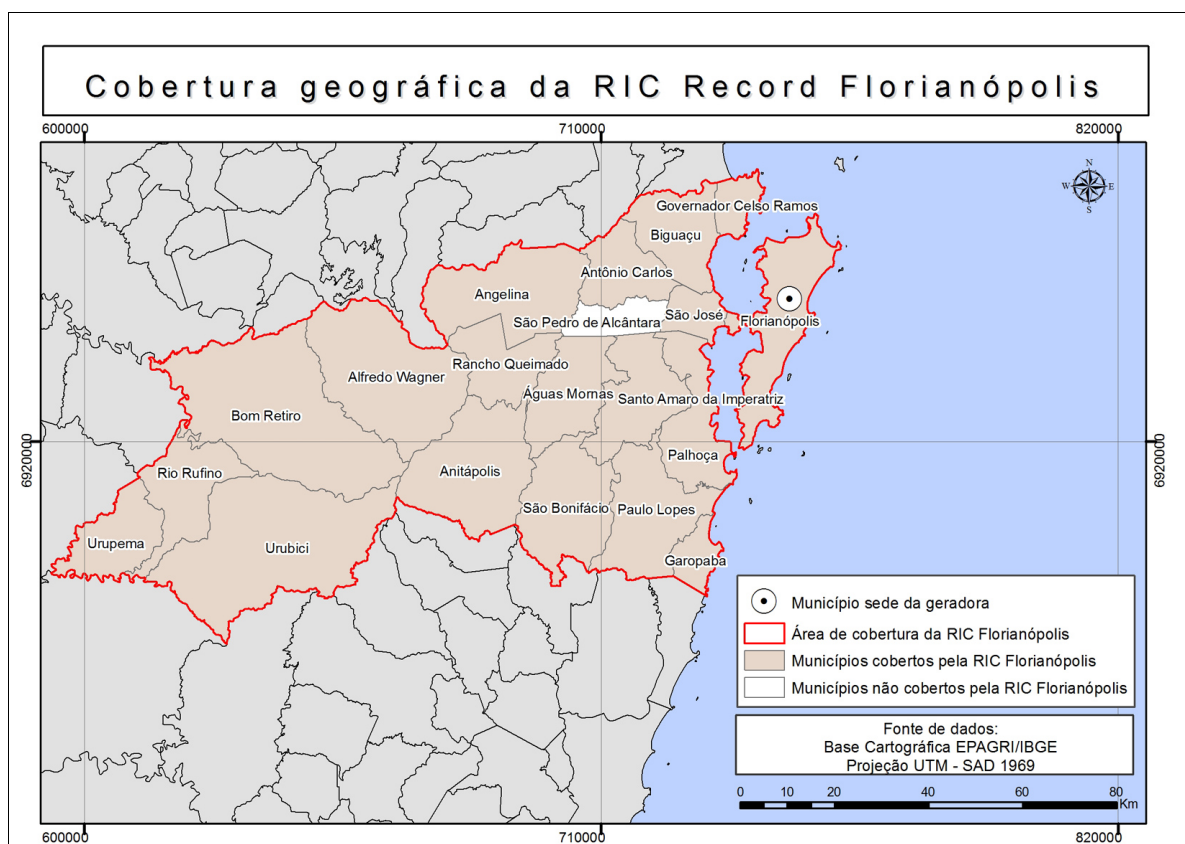


Figura 14: Mapa de Cobertura da RIC Record Florianópolis

Elaboração do mapa: Geógrafa Julia Cucco.

O Edital nº 212/86 abriu concorrência para o quarto canal de televisão da capital catarinense. Concorreram a TV O Estado Florianópolis Ltda., que saiu vencedora, e o Sistema Catarinense de Comunicações (SCC), cujo presidente era o engenheiro Roberto Amaral. A TV O Estado tinha Mário Petrelli e José Matusalém Comelli como superintendentes e Leonardo Petrelli Neto como diretor. Por meio do Decreto nº 94.409, de 9 de junho de 1987, assinado pelo presidente José Sarney, foi outorgada concessão à TV O Estado – Florianópolis Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens pelo período de 15 anos. Em 1989, a TV O Estado começou a operar no canal 4 VHF⁹⁵, e passou a transmitir a programação do SBT. Na época a emissora fazia parte do Sistema Catarinense de Comunicações (SCC). No ano de 1998, deixou esse sistema e passou a se chamar SBT Florianópolis

⁹⁵ Em Florianópolis, inicialmente o canal 4 era uma retransmissora da TV Eldorado, de Criciúma (PEREIRA, 1992c, p. 147). Depois, passou a retransmitir o sinal da TV Planalto, de Lages. (Idem,

100% Regional e, posteriormente, Rede SC. Em 2002, ocorreu a renovação⁹⁶ da concessão da emissora. Em 2008, com a fusão da Rede SC com a Record SC, o canal 4 começou a transmitir a programação da Record e passou a se chamar “RIC Record Florianópolis”.

A RIC Record Florianópolis, além de exibir a programação da Rede Record, transmite uma programação própria específica para a sua área de cobertura. Um dos programas locais de maior audiência é o Jornal do Meio-Dia, apresentado por Hélio Costa, que chegou a vencer várias vezes na audiência⁹⁷ o Jornal do Almoço, da RBS TV.

A política de regionalização de programas da RIC antecede ao surgimento da própria rede em Santa Catarina, pois já existia desde a época do SBT 100% Regional, que se transformou em Rede SC, a qual deu origem à RIC no estado, após a fusão com a Record SC. A política consiste na produção de programas regionais gerados pelas emissoras da rede para as suas respectivas áreas de cobertura ou praças, como são conhecidas essas áreas comercialmente. Como as emissoras mostram assuntos locais, o telespectador se sente representado na programação, o que contribui para o aumento da audiência. Nilson Lage, no livro *Ideologia e Técnica da Notícia*, ao escrever sobre os critérios na seleção das informações, citou a proximidade como um deles. “O raciocínio corrente é de que o homem se interessa principalmente pelo que lhe está próximo” (LAGE, 2001, p. 94).

A própria RBS passou a rever a produção de seus telejornais após a RIC ganhar da afiliada da Globo nos horários de exibição dos mesmos. O Jornal do Almoço, por exemplo, que possuía alguns blocos produzidos em Florianópolis e

p. 158). A partir de 1989, começou a exibir a programação da TV O Estado.

96 O Decreto Legislativo nº 713, de 2005, no artigo 1º apresenta “Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de dezembro de 2002, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 27 de julho de 2002, a concessão da TV O Estado - Florianópolis Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina”.

97 No dia 27 de setembro de 2010, uma segunda-feira, o Jornal do Meio-Dia, da RIC Record, apresentado das 11h40 às 12h55, obteve na Grande Florianópolis uma média de 15,5 pontos de audiência (I.A.) e 41,1% de participação (*share*), contra 14,9 e 39,5% da principal concorrente [leia-se, RBS TV], conforme medição do Ibope TCWeb - Grande Florianópolis. Fonte: <www.clickric.com.br/ric.com/noticias.asp?id_cat=5&id=3837&estado=sc> Acesso em: 8 outubro 2010.

O Índice de Audiência (I.A.) refere-se à porcentagem do número total de televisores pesquisados (universo da pesquisa), já o *share* corresponde à porcentagem de televisores ligados no momento da medição.

gerados para todo o estado e alguns blocos locais, de cada praça, passou a ter por um período experimental (Eleições 2010) todos os blocos gerados pelas emissoras locais da RBS para as suas respectivas áreas de cobertura. Passado o tempo eleitoral, as emissoras de Joinville e de Blumenau continuam a produzir todos os blocos do telejornal, enquanto as demais emissoras do interior voltaram a retransmitir alguns blocos gerados pela emissora da capital, que é a cabeça de rede.

5.2 ÁREA DE COBERTURA E HISTÓRICO DA RIC RECORD JOINVILLE

A RIC Record Joinville cobre 27 municípios, são eles: Joinville, Araquari, Balneário Barro do Sul, Calmon, Campo Alegre, Canoinhas, Corupá, Garuva, Guaramirim, Irineópolis, Itaiópolis, Itapoá, Jaraguá do Sul, Mafra, Major Vieira, Massaranduba, Matos Costa, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São João do Itaperiú, Schroeder, Timbó Grande e Três Barras.

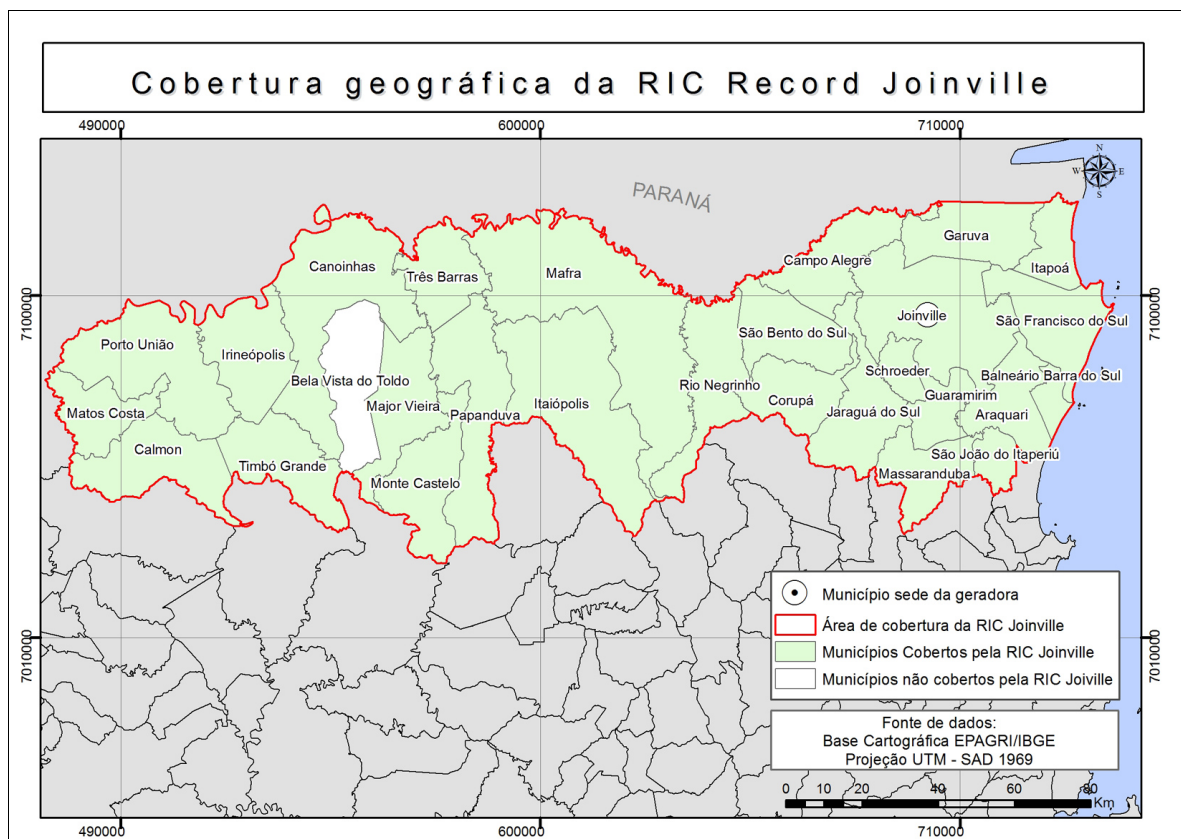


Figura 15: Mapa de Cobertura da RIC Record Joinville

Elaboração do mapa: Geógrafa Julia Cucco.

A RIC Record Joinville abrange uma área de aproximadamente 15.867 Km², o que corresponde a 16,64% da área do território catarinense, e uma população de 1.181.866 pessoas. A população de Joinville, cidade sede da geradora, corresponde a 42,13% da população total dos municípios da área de cobertura. As cinco maiores cidades cobertas pela emissora são: Joinville, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Canoinhas e Mafra. O único município pertencente ao contorno da área de cobertura da emissora, mas que não é coberto, é Bela Vista do Toldo, que possui uma população de 5.974 habitantes (Censo 2010).

A razão social da emissora da RIC em Joinville, canal 08 VHF, é "TV Cidade dos Príncipes S/C Ltda". O Decreto Sem Número (DSN), assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 9 de março de 1999 concedeu a outorga do canal. Em 13 de dezembro do mesmo ano, o Decreto Legislativo nº 175/1999 aprovou o ato de outorga da concessão.

A emissora começou a transmitir a partir de 31 de julho do ano 2000. Nessa

época, como afiliada do SBT⁹⁸. Depois do fim da parceria com o SCC, de Roberto Amaral, em 1998, a Rede SC, de Mário Petrelli, adquiriu a exclusividade da retransmissão da rede de Silvio Santos em Santa Catarina. A emissora de Joinville, como as demais da rede estadual, no início da década tinham o nome fantasia de “SBT – 100% Regional”. Em 2008, com a fusão da Rede SC e da Record SC, a emissora do norte do estado passou a se chamar RIC Record Joinville. O jornal do Meio Dia e o Tribuna do Povo são alguns dos programas locais do canal.

5.3 ÁREA DE COBERTURA E HISTÓRICO DA RIC RECORD BLUMENAU

A RIC Record Blumenau cobre 44 municípios, são eles: Blumenau, Agronômica, Apiúna, Ascurra, Atalanta, Aurora, Benedito Novo, Botuverá, Braço do Trombudo, Brusque, Dona Emma, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Ibirama, Indaial, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Lebon Régis, Lontras, Mirim Doce, Otacílio Costa, Petrolândia, Pomerode, Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Rio dos Cedros, Rodeio, Salete, Santa Cecília, Santa Terezinha, São Cristóvão do Sul, Taió, Timbó, Trombudo Central, Vitor Meireles e Witmarsum.

98 O SBT Joinville foi a centésima afiliada nacional do SBT. Conforme informou o jornal *A Notícia*, no dia da estreia da emissora, "O canal 8 recebeu até o momento mais de R\$ 4 milhões em investimentos e terá mais de 800 metros quadrados de área construída, com cerca de 45 funcionários diretos e o melhor equipamento digital disponível no mercado. A TV Cidade dos Príncipes vai contar com um transmissor de 10.000 watts. A idéia é alcançar toda a região Norte e Nordeste do Estado, a partir de Joinville, somando aproximadamente 40 municípios".

Fonte: <www1.an.com.br/2000/jul/31/0ane.htm> Acesso: 15 nov. 2010.

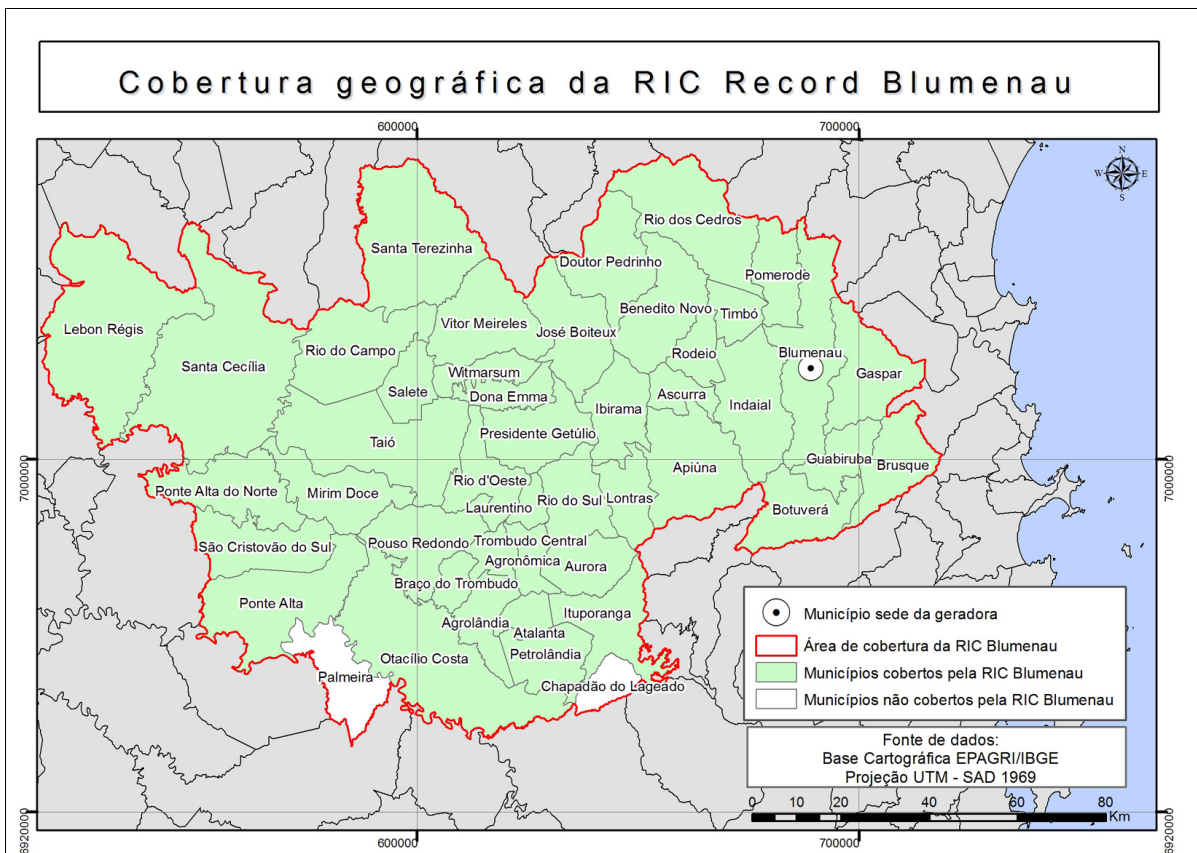


Figura 16: Mapa de Cobertura da RIC Record Blumenau

Elaboração do mapa: Geógrafa Julia Cucco.

A RIC Record Blumenau cobre uma área de aproximadamente 15.473 Km², que corresponde a 16,23% da área do território de Santa Catarina, e uma população de 954.829 pessoas. A população de Blumenau, cidade-sede da emissora, corresponde a 31,32% da população total dos municípios da área de cobertura. As cinco maiores cidades cobertas pela geradora são: Blumenau, Brusque, Rio do Sul, Gaspar e Indaial. Dois municípios que estão inseridos no contorno da área de cobertura da emissora não são cobertos, são eles: Palmeira e Chapadão do Lageado, que juntos totalizam uma população de 5.099 pessoas (Censo 2010).

O Decreto Sem Número, de 27 de junho de 2002, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, outorgou concessão à "TV Top Ltda.", razão social da RIC Record Blumenau, para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens pelo período de quinze anos. Posteriormente, o Decreto Legislativo nº 774, de 17 de setembro de 2004, aprovou o ato de outorga de concessão.

A Rede SC Blumenau, canal 9, começou⁹⁹ a transmitir a partir de dezembro de 2004. A emissora originalmente pertencia à Rede SC, com a fusão desta com a Record SC em 2008, passou a se chamar RIC Record Blumenau. A emissora possui uma sucursal em Brusque. O Jornal do Meio-Dia, de segunda a sábado, e o Conexão Brusque, aos domingos, estão entre os programas locais da RIC Blumenau.

5.4 ÁREA DE COBERTURA E HISTÓRICO DA RIC RECORD CRICIÚMA

A RIC Record Criciúma cobre 50 municípios, das regiões sul e serrana de Santa Catarina, são eles: Criciúma, Araranguá, Armazém, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Bom Jardim da Serra, Braço do Norte, Campo Belo do Sul, Capivari de Baixo, Cerro Negro, Cocal do Sul, Correia Pinto, Ermo, Forquilha, Grão Pará, Gravatal, Içara, Imaruí, Imbituba, Jacinto Machado, Jaguaruna, Lages, Laguna, Lauro Müller, Maracajá, Meleiro, Morro da Fumaça, Morro Grande, Nova Veneza, Orleans, Passo de Torres, Pedras Grandes, Praia Grande, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, São Joaquim, São José do Cerrito, São Ludgero, São Martinho, Siderópolis, Sombrio, Timbé do Sul, Treviso, Treze de Maio, Tubarão, Turvo e Urussanga.

99 O lançamento oficial da emissora ocorreu em 17 de fevereiro de 2005.

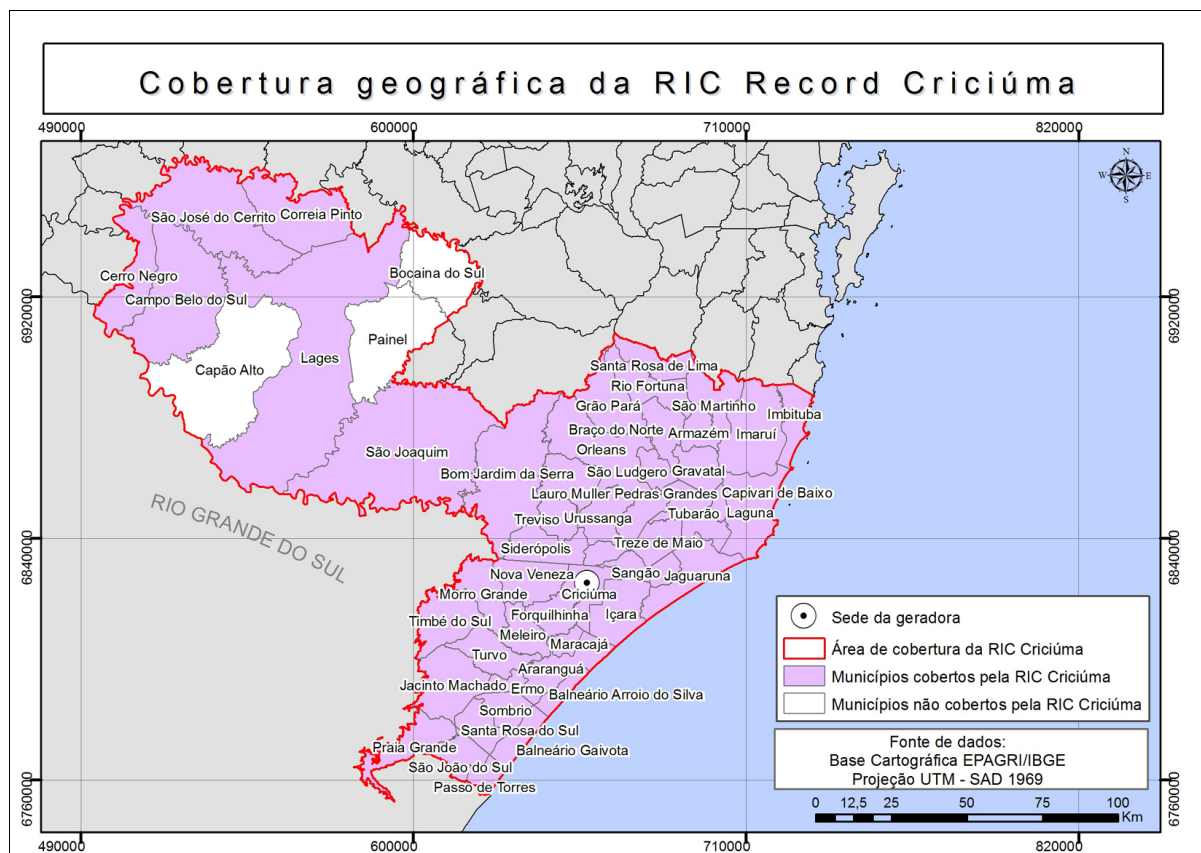


Figura 17: Mapa de Cobertura da RIC Record Criciúma

Elaboração do mapa: Geógrafa Julia Cucco.

A RIC Record Criciúma cobre uma área de aproximadamente 18.071 Km², que corresponde a 18,95% da área do território catarinense, e uma população de 1.126.851 pessoas. A população de Criciúma, cidade-sede da geradora, corresponde a 16,70% da população total dos municípios da área coberta. As cinco maiores cidades que recebem o sinal da emissora são: Criciúma, Lages, Tubarão, Araranguá e Içara. Três municípios que pertencem ao contorno da área de cobertura da emissora não são cobertos, são eles: Bocaina do Sul, Capão Alto e Paineira, que juntos totalizam uma população de 8.380 pessoas (Censo 2010).

A razão social da emissora da RIC no sul do estado é “TV Primavera de Criciúma Ltda.”. A outorga da concessão do canal¹⁰⁰ ocorreu por meio do Decreto

100 No site do Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD), da Anatel, o canal outorgado à TV Primavera de Criciúma Ltda. é o 12 VHF (geradora). Mas, a TV O Estado Florianópolis Ltda., razão social da RIC Record Florianópolis, possui uma retransmissora em Criciúma no canal 25 UHF. Contudo, no site da RIC (www.ric.com.br) consta em 7/11/2010 o canal 25 UHF como geradora em Criciúma.

Legislativo nº 101, de 2 de março de 2005. A emissora é a mais recente da RIC em Santa Catarina. Em 2008, quando entrevistado pelo portal Acontecendo Aqui, o vice-presidente da RIC em Santa Catarina, Marcello Petrelli, disse:

para o Sul do Estado, estamos estudando a possibilidade de montarmos uma emissora em Criciúma, onde tínhamos um canal próprio para operar em parceria com terceiros. Na planta Record temos que reestudar essa parceria, se vai ser possível estarmos em Criciúma que, a princípio, não está no processo. (PETRELLI, 2007)

Por enquanto, a programação gerada a partir de Criciúma é a mesma da RIC Record Florianópolis, embora haja produção de conteúdo na cidade do sul do estado, que é veiculado pela emissora da capital. A geração do sinal a partir de Criciúma começou em 2009. A RIC investiu mais de US\$ 140 mil¹⁰¹ em um sistema de transmissão que utiliza fibra ótica, o qual permitiu uma ligação direta entre Florianópolis e Criciúma. Com o novo sistema, a unidade do sul do estado passou a gerar e distribuir o sinal para as demais cidades da região.

5.5 ÁREA DE COBERTURA E HISTÓRICO DA RIC RECORD CHAPECÓ

A RIC Record Chapecó, geradora canal 10 VHF, cobre 54 municípios, são eles: Chapecó, Águas de Chapecó, Águas Frias, Anchieta, Arabutã, Arvoredo, Belmonte, Caibi, Campo Erê, Caxambú do Sul, Concórdia, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Cunha Porã, Cunhataí, Descanso, Dionísio Cerqueira, Formosa do Sul, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Guatambu, Iporã do Oeste, Iraceminha, Irati, Itá, Itapiranga, Jardinópolis, Maravilha, Modelo, Mondaí, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Palma Sola, Palmitos, Paraíso, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Quilombo, Riqueza, Romelândia, Santa Helena, São Carlos, São João do Oeste, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, São Miguel da Boa Vista, São Miguel do Oeste, Saudades, Seara, Serra Alta, Sul Brasil, Tunápolis e União do Oeste.

A RIC Record Chapecó cobre uma área de aproximadamente 10.762 Km², que corresponde a 11,29% da área do território catarinense, e uma população de

101 Fonte: <www.portaldapropaganda.com.br/porta/noticias/9489-ric-record-investe-na-regisul-do-estado> Acesso: 7 nov. 2010.

655.675 pessoas. A população de Chapecó, cidade-sede da geradora, corresponde a 26,58% da população total dos municípios da área coberta. As cinco maiores cidades que recebem o sinal da emissora são: Chapecó, Concórdia, São Miguel do Oeste, Maravilha e São Lourenço do Oeste. Doze municípios que pertencem ao contorno da área de cobertura da emissora não são cobertos, são eles: Alto Bela Vista, Bandeirante, Barra Bonita, Bom Jesus do Oeste, Flor do Sertão, Paial, Princesa, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, São Bernardino e Tigrinhos, que juntos totalizam uma população de 27.764 pessoas (Censo 2010).

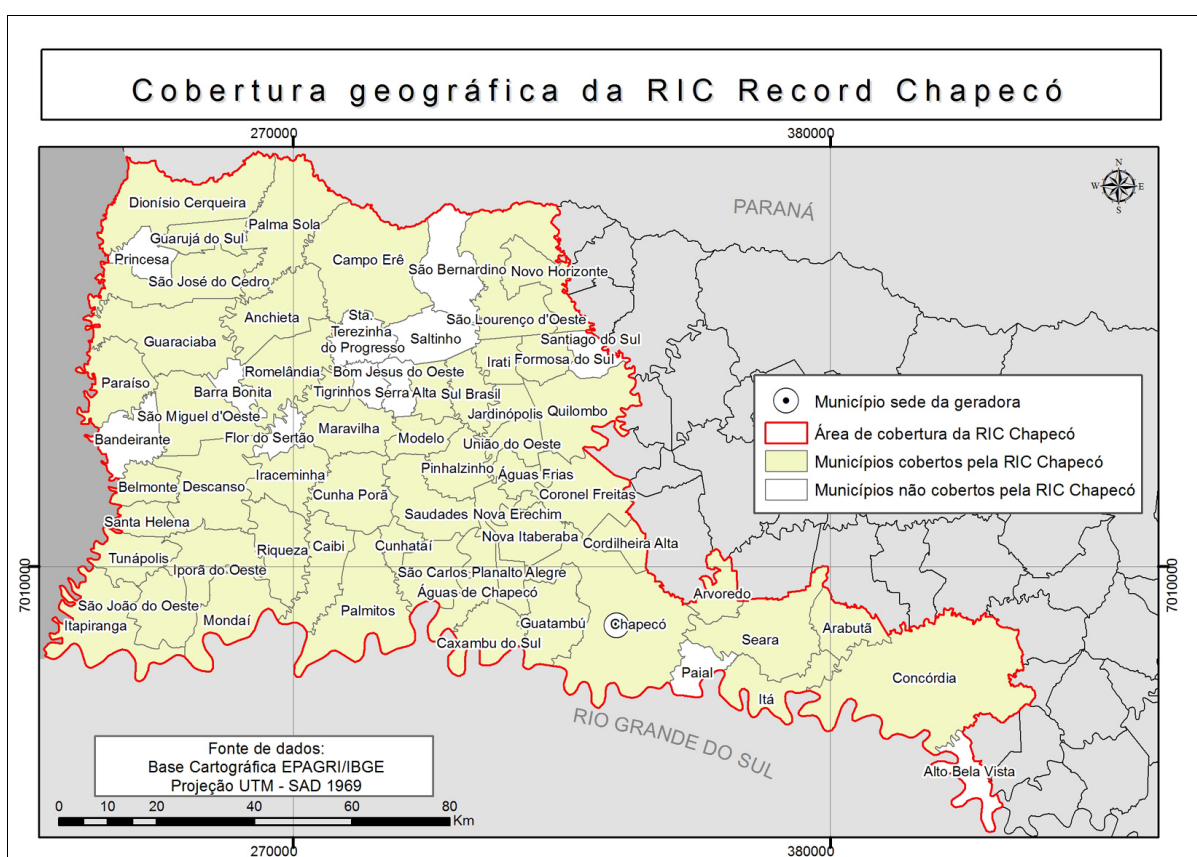


Figura 18: Mapa de Cobertura da RIC Record Chapecó

Elaboração do mapa: Geógrafa Julia Cucco.

O Edital nº122/84, que abriu concorrência para o segundo canal de televisão em Chapecó, teve como vencedora a TV O Estado Ltda. O Decreto nº 92.484, de 21 de março de 1986, assinado pelo presidente José Sarney outorgou o canal 10 VHF para a emissora. O Decreto Sem Número, de 11 de outubro de 2002, assinado pelo

presidente Fernando Henrique Cardoso, renovou a concessão da TV O Estado Ltda. por quinze anos, a partir de 16 de maio de 2001. Posteriormente, o Decreto Legislativo nº 419, de 1º de junho de 2005, aprovou o ato de renovação da concessão.

O canal 10 de Chapecó compôs o Sistema Catarinense de Comunicações (SCC), com a TV O Estado de Florianópolis e a TV Planalto de Lages. Com o fim da parceria entre Amaral e Petrelli, em 1998, a emissora chapecoense passou a se chamar “SBT Chapecó – 100% Regional”, que já nessa época chegou a concorrer pela liderança de audiência com a RBS TV Chapecó. Depois de integrar a Rede SC, a partir de 2008, a emissora do grupo Petrelli no oeste virou a RIC Record Chapecó.

5.6 ÁREA DE COBERTURA E HISTÓRICO DA RIC RECORD ITAJAÍ

A RIC Record Itajaí, geradora canal 10 VHF, cobre 21 municípios, são eles: Itajaí, Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Barra Velha, Bombinhas, Camboriú, Canelinha, Ilhota, Imbúia, Itapema, Leoberto Leal, Luiz Alves, Major Gercino, Navegantes, Nova Trento, Penha, Porto Belo, Presidente Nereu, São João Batista, Tijucas e Vidal Ramos. Das emissoras da RIC em Santa Catarina, a de Itajaí é a que possui a menor área de cobertura, a qual abrange cerca de 3.976 Km² (4,17% da área do território catarinense). A população da cidade de Itajaí corresponde a 27,21% da população total dos municípios cobertos pela emissora, a qual soma 632.205 pessoas. As cinco maiores cidades que recebem o sinal gerado são: Itajaí, Balneário Camboriú, Camboriú, Navegantes e Tijucas.

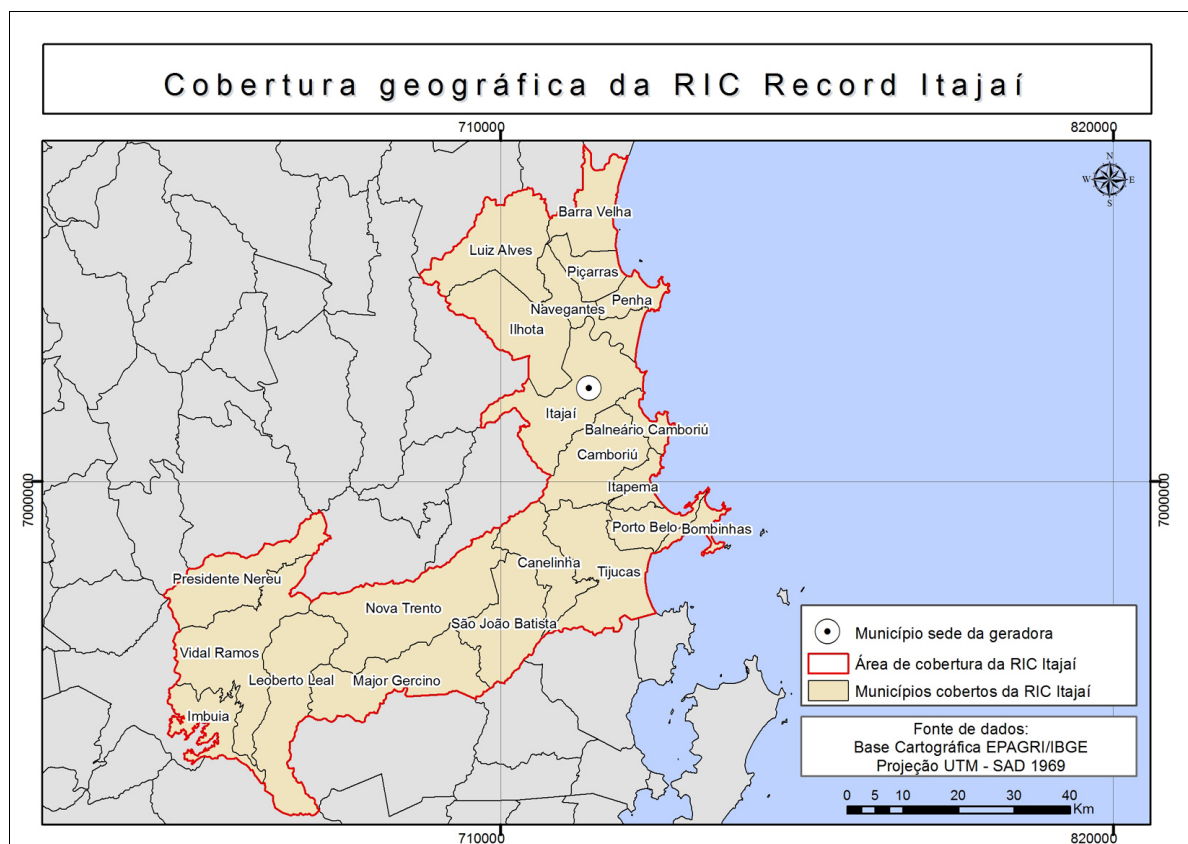


Figura 19: Mapa de Cobertura da RIC Record Itajaí

Elaboração do mapa: Geógrafa Julia Cucco.

Originalmente, o canal 10 foi outorgado ao empresário Darci Lopes. Conforme escreve Pereira (1992c), o processo de outorga do primeiro canal de televisão de Itajaí foi o mais rápido entre todos os já instaurados pelo Governo Federal em Santa Catarina. Habilitaram-se cinco empresas ao Edital nº 49/82, das quais a TV Vale do Itajaí Ltda, cujo diretor-superintendente era Darci Lopes, foi a vencedora. A concessão do canal veio com a assinatura pelo presidente João Figueiredo do Decreto nº 88.175, de 10 de março de 1983.

A TV Vale do Itajaí foi instalada no edifício Genésio de Miranda Lins, no centro da cidade. A inauguração da emissora ocorreu em 14 de setembro de 1986 (Pereira, 1992c), já sob o comando do empresário Manoel Dilor de Freitas, proprietário da Rede de Comunicações Eldorado (RCE), à qual a TV Vale do Itajaí passou a integrar. Nessa época, a RCE era afiliada da Rede Bandeirantes. Em 1992, as emissoras da RCE começaram a retransmitir a programação da Rede OM (Organizações Martinez) de Televisão, dos irmãos José Carlos Martinez e Flávio

Martinez, sediada em Curitiba, no Paraná. No ano seguinte, a Rede OM mudou de nome para Rede CNT (Central Nacional de Televisão). O acordo da RCE com a CNT terminou em 1995. Nesse ano, a Rede de Comunicações Eldorado foi extinta. As emissoras que formavam a rede foram vendidas. A TV Vale do Itajaí foi comprada pela Rede Record, que também adquiriu as emissoras da RCE em Florianópolis e em Xanxerê. A emissora de Criciúma foi comprada pela RBS TV.

Assim, a partir de 1995, a TV Vale do Itajaí, também conhecida como Record Vale do Itajaí/Norte Catarinense, passou a ser uma emissora própria da Rede Record. Em 1998, a concessão da emissora foi renovada por mais quinze anos. Em 2008, com a fusão entre a Rede SC e a Record SC, a emissora se transformou na RIC Record Itajaí. Como a Rede SC possuía emissoras em Joinville e em Blumenau, a emissora de Itajaí deixou de cobrir essas cidades.

Um dos destaques da programação da RIC Record Itajaí é a edição local do Jornal do Meio-Dia, que é apresentado por Graciliano Rodrigues. O telejornal chegou a alcançar a liderança dessa faixa de horário em Itajaí, com 44% de a participação¹⁰².

5.7 ÁREA DE COBERTURA E HISTÓRICO DA RIC RECORD XANXERÊ

A RIC Record Xanxerê cobre uma área composta por 50 municípios, são eles: Xanxerê, Abdon Batista, Abelardo Luz, Água Doce, Anita Garibaldi, Arroio Trinta, Caçador, Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Celso Ramos, Coronel Martins, Curitiba, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Fraiburgo, Galvão, Herval D'Oeste, Ibicaré, Ipira, Ipuaçu, Ipumirim, Irani, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Lindóia do Sul, Macieira, Marema, Monte Carmelo, Ouro, Ouro Verde, Passos Maia, Peritiba, Pinheiro Preto, Piratuba, Ponte Serrada, Presidente Castello Branco, Rio das Antas,

¹⁰² Em Santa Catarina, o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) faz medição regular somente em Florianópolis. Nas demais cidades, são realizadas pesquisas esporádicas encomendadas pelas emissoras. A RIC divulgou uma pesquisa em 21 de setembro de 2009, que mostrou a liderança do Jornal do Meio Dia na faixa das 12h às 13h, de segunda a sexta, em Itajaí, com 44% de participação (*share*). A pesquisa apresenta dados referentes ao mês de agosto de 2009. A “participação” corresponde, em porcentagem, ao número de televisores ligados na RIC Record em relação ao número total de televisores ligados no momento da medição.

Notícia: “Jornal Meio Dia é líder em Itajaí” <www.clickric.com.br/ric.com/noticias.asp?id_cat=5&id=2483&estado=sc> Acesso: 14 set. 2010.

Salto Veloso, São Domingos, Tangará, Treze Tílias, Vargeão, Vargem, Vargem Bonita, Videira, Xavantina, Xaxim e Zortéa.

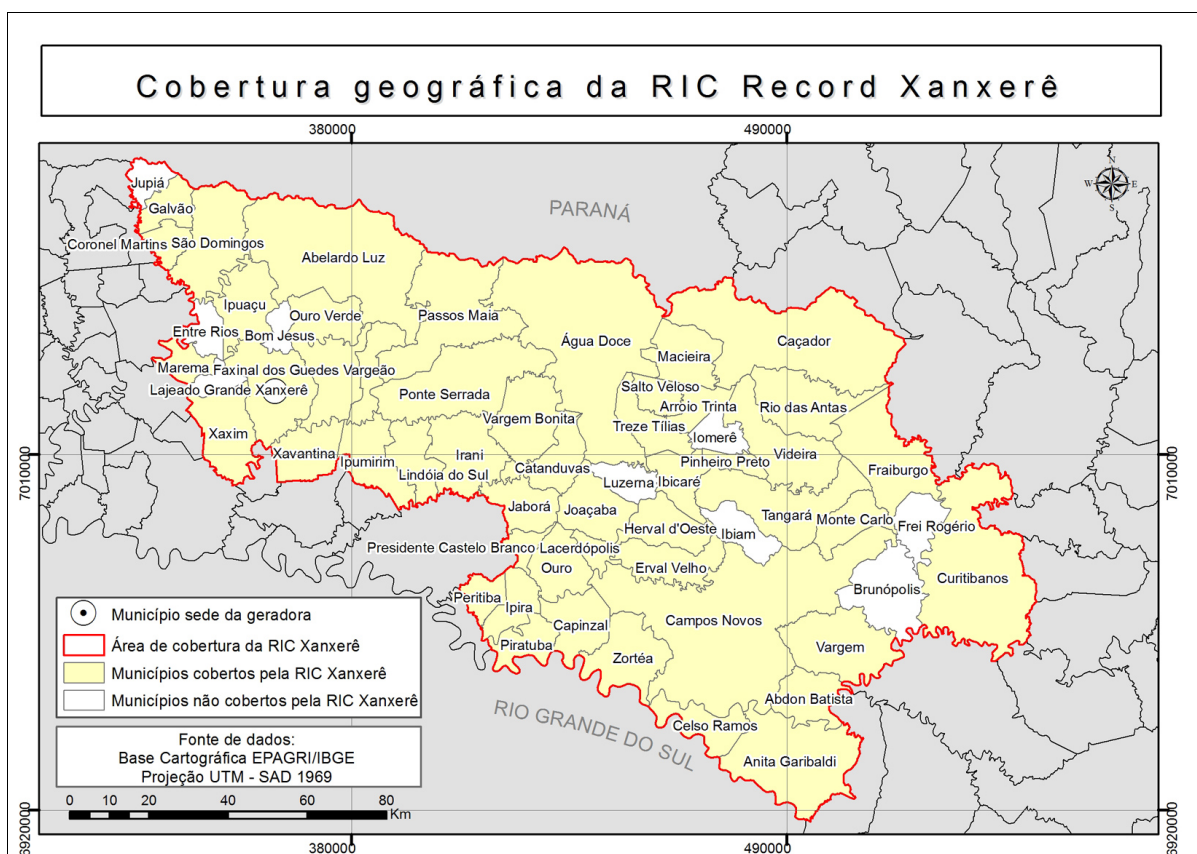


Figura 20: Mapa de Cobertura da RIC Record Xanxerê

Elaboração do mapa: Geógrafa Julia Cucco.

A área de cobertura da RIC Record Xanxerê compreende aproximadamente 16.992 Km² (17,82% da área do território catarinense), e uma população de 571.553 pessoas. A emissora possui uma peculiaridade em relação às demais emissoras da RIC no estado, o município sede da geradora não é o que possui maior população. Enquanto Xanxerê possui 42.125 habitantes, Caçador tem 70.623 e Videira 46.523, conforme dados de cobertura utilizados pela RIC. Dessa forma, a população de Xanxerê corresponde somente a 7,37% da população de todos os municípios cobertos. De acordo com dados do Sistema de Informação dos Serviços de Comunicação de Massa (Siscom), da Anatel, na área coberta pela RIC Record Xanxerê há somente outra geradora, que é a RBS TV Centro-Oeste, com sede em

Joaçaba. Pela proximidade com a RIC Record Chapecó, a emissora da RIC em Xanxerê não está no centro de sua própria área de cobertura, mas sim no extremo oeste dessa área.

Originalmente, a emissora de Xanxerê pertencia à Rede de Comunicações Eldorado (RCE). Na década de 1980, quando essa rede pleiteou um canal de televisão na região oeste, já existiam dois canais em funcionamento em Chapecó.

Na época, a RCE já possuía as emissoras de Criciúma, de Florianópolis e de Itajaí. O Plano Básico de Televisão, de 1983, estabeleceu que haveria uma distribuição igualitária de canais entre as quatro principais redes de TV existentes em Santa Catarina (Pereira, 1992c). Na época, as principais redes eram a RBS, a RCE, a Barriga Verde e a que viria a ser o SCC. A RBS já possuía emissoras em Florianópolis, em Joinville, em Blumenau e em Chapecó. Para se igualar à concorrente, a RCE buscou a concessão de um canal no oeste de Santa Catarina. “Como o município de Chapecó já possuía duas emissoras em pleno funcionamento, veio a idéia de pedir a abertura de concorrência para Xanxerê, distante 20 quilômetros de Chapecó” (PEREIRA, 1992c, p.153). Assim, a RCE buscou a concessão de um canal em Xanxerê. A concessão do canal 3 VHF foi outorgada à RCE TV Xanxerê Limitada pelo Decreto nº 97.883, de 26 de junho de 1989, assinado pelo presidente José Sarney. Em 1991, o decreto presidencial foi aprovado pelo Congresso Nacional.

Com o fim da RCE, em 1995, e com a compra das emissoras de TV da rede pela Record, a TV Xanxerê passou a se chamar TV Record Oeste Catarinense. Em 2008, com a fusão entre Rede SC e Record SC, a emissora muda de novo de nome para RIC Record Xanxerê. Quando pertencia somente à Record SC, a emissora de Xanxerê também cobria o extremo-oeste, mas, a partir da criação da RIC no estado, para não coincidir com a área de cobertura da RIC de Chapecó, a RIC de Xanxerê cobre mais a porção do meio-oeste catarinense.

5.8 CRITÉRIOS PARA A DEFINIÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS EMISSORAS

Como visto anteriormente, a Rede Independência de Comunicação (RIC) possui em

Santa Catarina oito geradoras de televisão, das quais sete são da RIC Record e uma da Record News. A RIC, tal como se apresenta desde 2008, herdou as localizações das emissoras das redes que a deram origem, a Rede SC e a Record SC. Como houve regiões em que ocorreu uma sobreposição de áreas de coberturas das antigas emissoras, foi necessário realizar uma relocação dos canais existentes. Em Florianópolis, por exemplo, o canal 4 VHF, que transmitia a Rede SC, passou a exibir a RIC, e o canal 6 VHF, que transmitia a Record SC, passou a mostrar a Record News¹⁰³. Da mesma forma, em cidades que as duas antigas emissoras possuíam canais, geralmente, um ficou com a programação da RIC e o outro com a da Record News.

Cabe identificar alguns critérios que podem contribuir na definição da localização das emissoras no território catarinense, entre os quais os critérios técnico, econômico e populacional. O critério técnico diz respeito às faixas do espectro eletromagnético disponíveis para as transmissões dos sinais de televisão. De acordo com Mattos (1992), “Santa Catarina era o único Estado do País que, em 1983, ainda não tivera por parte do Ministério das Comunicações um Plano Básico para a Distribuição de Canais em VHF” (p.19). Conforme a Anatel,

os Planos Básicos são documentos fundamentais para o planejamento e emissão de outorgas sob responsabilidade do Ministério das Comunicações e para ações de fiscalização da Anatel. Eles consideram as características das estações que operam no sistema analógico, evitando interferências entre estações, e permitem o planejamento de espectros para a correta execução do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, entre outros serviços de telecomunicações. (Anatel, www.anatel.gov.br).

Deve-se ressaltar que, antes da elaboração do Plano Básico de TV em Santa Catarina, já haviam algumas emissoras instaladas, como a TV Coligadas de Blumenau, a TV Cultura de Florianópolis e a TV Eldorado de Criciúma. Os primeiros canais no estado, geralmente, foram resultado de iniciativas de empresários locais que pediram ao Ministério das Comunicações que examinasse a possibilidade de execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) em determinada cidade. São exemplos desse tipo de situação, a TV Coligadas de Blumenau e a

¹⁰³Originalmente, a Record News, desde quando surgiu em 27 de setembro de 2007, transmitia na Grande Florianópolis pelo canal 54 UHF, faixa que antes era utilizada pela Rede Mulher. Com a transferência para o canal 6 VHF, o 54 deixou de ser utilizado.

Companhia Catarinense de Rádio e Televisão de Joinville. Do ponto de vista da viabilidade técnica, os primeiros canais de cada cidade, de certa forma, foram mais “fáceis”¹⁰⁴ de se conseguir do que os que vieram posteriormente, pois aos poucos as faixas do espectro eletromagnético foram ocupadas, o que passou a restringir a abertura de novos canais.

Conforme Mattos (1992), “preocupadas com a falta de um Plano, as empresas de televisão de Santa Catarina propuseram ao DENTEL elas próprias elaborarem um documento” (p.19). Ainda segundo o autor, em 1983, depois de muitas reuniões com a participação de um engenheiro de cada “empresa líder de rede estadual” (RBS, RCE, SCC e TVBV) ocorreu um acordo, com algumas propostas, que posteriormente foram aceitas e normatizadas pelo Dentel. De acordo com Mattos (idem), “no âmbito político, o acordo estabeleceu que cada um dos quatro grupos que tinham empresas de televisão no Estado poderia reivindicar o mesmo número de outorgas, numa primeira rodada de distribuição de canais” (p.19). O fator técnico, ao que parece, contribuiu para a localização de uma emissora de TV, na época da RCE, em Xanxerê, e não em Chapecó, que é a maior cidade do Oeste e que em 1983 já possuía dois canais.

Além da viabilidade técnica, o Plano Básico deve considerar outros critérios, como escreveu Mattos, baseado em depoimento da chefe do Serviço de Radiodifusão do Dentel/SC.

Pelo mesmo plano, Joinville, Blumenau e Lages, dada a população, arrecadação e outros indicadores, têm direito a um segundo canal de televisão. Criciúma, se houver pronunciamento das lideranças locais ou do governo do Estado poderá ter um segundo edital. Tubarão, no litoral Sul, também poderá ser aquinhoadada com um edital, ganhando sua primeira emissora mas deverá ter iniciativa semelhante a de Criciúma. (MATTOS, 1992, p. 19).

A Portaria nº 038¹⁰⁵ do Ministério das Comunicações, de 23 de janeiro de 1974, dá instruções quanto às Normas Técnicas para Emissoras de Radiodifusão de Sons e Imagens (televisão). O item 3 da portaria trata dos critérios para o estudo de

¹⁰⁴Essa comparação é com o estágio atual e limita-se somente ao fator técnico, sem considerar o fator político, que algumas vezes prevaleceu, como no caso da TV Florianópolis, canal 11, de Hilário Silvestre.

¹⁰⁵Disponível em: <www.mc.gov.br/images/radiodifusao/legislacao/sons-e-imagens-e-ancilares/tv/Portaria-nb0-038--de-23-de-Janeiro-de-1974.pdf> Acesso: 13 nov. 2010.

comprovação da viabilidade técnica. Quando uma empresa pretende um canal vago que já esteja previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais de TV, o Ministério das Comunicações (Minicom) a dispensa de um estudo de viabilidade. Caso contrário, é necessário apresentar o estudo, elaborado por engenheiro registrado no Minicom, além de outros documentos exigidos.

A Resolução nº 284¹⁰⁶ do Ministério das Comunicações, de 7 de dezembro de 2001, entre outras questões, instrui quanto à localização das estações transmissoras. Conforme o itens 7.1 e 7.1.1.3,

7.1 - LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA

A estação transmissora deve ser localizada de forma a assegurar o atendimento de, pelo menos, noventa por cento da área urbana da localidade constante do ato de outorga ou de autorização da entidade, com serviço adequado, dentro das possibilidades técnicas resultantes das características a ela atribuídas.

7.1.1.3 - Na escolha do local de instalação do sistema irradiante¹⁰⁷, a cobertura de outras localidades, só será aceita se, a juízo da Anatel, a localidade de outorga ou de autorização estiver adequadamente atendida, conforme acima estabelecido. (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2001)

Esse último caso deve tratar de situações como a que ocorre em Florianópolis. Embora as antenas estejam instaladas na capital, a maioria no Morro da Cruz, os sinais também chegam aos municípios vizinhos, como São José, Palhoça e Biguaçu, os quais não necessariamente possuem a outorga do canal de televisão.

Na televisão vista como negócio, os critérios econômico e populacional ganham grande relevância na escolha da localização das emissoras, pois as empresas de comunicação, como as demais empresas privadas, buscam consumidores e lucro¹⁰⁸. Dessa forma, as redes de TV estaduais procuram situar

¹⁰⁶Disponível em: <www.mc.gov.br/images/radiodifusao/legislacao/sons-e-imagens-e-ancilares/tv/Resolucao284-de-07122001.pdf> Acesso: 13 nov. 2010.

¹⁰⁷A resolução nº 284/2001, que é o Regulamento Técnico para a Prestação de Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão, considera como parte integrante do sistema irradiante a antena, sua estrutura de sustentação e os dispositivos destinados a transferir a energia de radiofrequência do transmissor para a antena.

¹⁰⁸ De acordo com o Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão (<http://sistemas.anatel.gov.br/siscom/consplanobasico>), existem em Santa Catarina canais disponíveis para cidades pequenas, como Abdon Batista, Anita Garibaldi e Belmonte, entre outros, mas provavelmente devido aos altos custos de instalação e manutenção de uma emissora e às reduzidas populações desses municípios, comparadas às de cidades que já possuem geradoras, as empresas não se interessam em pedir as concessões dos canais vagos nessas pequenas cidades.

suas respectivas emissoras em cidades-pólo de cada região. No caso da RIC Record, as populações das sete cidades que possuem geradoras da rede correspondem a 29,58% da população total¹⁰⁹ do estado de Santa Catarina. Das sete geradoras, cinco estão na região do litoral e duas na região do planalto.

Município-sede de geradora da RIC Record	População (2010)	PIB (2006) - R\$	Nível de centralidade (Regic 2007)
Joinville*	515.250	10.684.128.000	Capital Regional B
Florianópolis*	421.203	6.588.652.000	Capital Regional A
Blumenau	309.214	6.045.059.000	Capital Regional B
Criciúma	192.236	2.366.248.000	Capital Regional C
Chapecó	183.561	3.044.657.000	Capital Regional B
Itajaí	183.388	6.481.926.000	Centro Subregional A
Xanxerê	44.102	598.452.000	Centro Subregional B

* Na classificação do nível de centralidade, na Regic 2007, consideraram-se as Áreas de Concentração de População (ACP) de Joinville e de Florianópolis.

Tabela 4: População, PIB e nível de centralidade das cidades-sede de geradora da RIC em SC

Em relação aos critérios econômico e populacional, deve-se fazer uma ressalva. Apesar de serem importantes, nem sempre esses critérios são decisivos para a escolha da cidade-sede de uma geradora, pois interessa às redes ter uma cobertura que contemple as diversas regiões de um estado, para tanto, buscam possuir emissoras bem distribuídas no território. Nesse sentido, a cidade de São José, com uma população de 210.513 habitantes (Censo 2010), maior que as populações de Criciúma, Chapecó, Itajaí e Xanxerê, não possui geradora, pois está próxima de Florianópolis.

A concentração das emissoras da RIC Record e das demais emissoras de TV na região do litoral, de certa forma, é reflexo da concentração populacional que há na faixa litorânea e adjacências, que, por sua vez, é resultado da organização sócio-espacial dessa região. “No litoral e nos vales florestados atlânticos e do interior, onde a urbanização se fez apoiada na pequena propriedade familiar, os núcleos urbanos são numerosos” (PEREIRA, 2007, p. 1). Já no planalto serrano,

109 Dados do Censo Demográfico 2010, primeiros resultados divulgados em 29 de novembro de 2010. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br> Acesso: 3 dez. 2010.

caracterizado por áreas de latifúndio pastoril, a urbanização é pequena. No capítulo seguinte, especificam-se as relações entre a localização das emissoras de TV e as regiões urbanas do estado.

Desse capítulo, conclui-se que as áreas de cobertura das emissoras da RIC em Santa Catarina possui diferenças, quanto ao número de municípios cobertos e quanto à população abrangida pela programação da rede. Por ser resultado de uma fusão, a RIC possui geradoras próximas umas das outras, como são os casos da de Blumenau com a de Itajaí, e a de Chapecó com a de Xanxerê.

Pelo menos três critérios contribuíram na localização das emissoras no território catarinense, são eles: o técnico, o populacional e o econômico. Os dois últimos critérios estão ligados, visto que ambos relacionam-se com a organização sócio-espacial do estado.

6 ÁREAS DE COBERTURA DA RIC RECORD E REGIÕES URBANAS CATARINENSES

Neste capítulo, em linhas gerais, devido à natureza deste trabalho, abordam-se a organização da sociedade e do espaço geográfico catarinenses, que são resultado de distintas formações sócio-espaciais existentes no estado. “A organização espacial, ou seja, o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra, é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução)” (CORRÊA, 2007, p.55). Neste capítulo, buscam-se as origens da divisão do estado catarinense em diferentes regiões, para tanto, tem-se como ponto de partida as regiões urbano-industriais.

A atual organização sócio-espacial de Santa Catarina é resultado da inter-relação de elementos naturais (físicos e biológicos), como um relevo acidentado, o clima subtropical, a diversidade da vegetação, entre outros, e humanos, como a colonização por diferentes etnias em tempos distintos. A divisão do território entre o litoral e o planalto, como a própria divisão na região litorânea, impossibilitou uma maior integração das cidades catarinenses.

Em Santa Catarina, além da separação entre o planalto e o litoral, marcada pelos contrafortes das serras do Mar e Geral, inibidores das relações entre estas duas grandes áreas até muito recentemente, agravada pela precariedade das comunicações, observa-se também uma ausência de unidade espacial no interior destas duas áreas. A compartimentação do espaço correspondente à fachada atlântica do território catarinense (litoral e encostas) decorre da presença de numerosos vales, ao longo dos quais foram surgindo várias sub-regiões urbanas. Também no planalto percebe-se uma sub-divisão territorial com destaque para o planalto serrano, planalto norte, meio oeste e extremo oeste. (PEREIRA, 2007, p. 3).

No artigo *Vida Regional em Santa Catarina*, publicado em 1966, Armen Mamigonian ressalta que o estado catarinense não tinha uma metrópole própria, diferente dos estados vizinhos do Sul, em que Curitiba, no Paraná, e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, duas metrópoles regionais, exerciam o papel de unificar e integrar os territórios de seus respectivos estados. Segundo o autor, Santa Catarina não existia naquela época como unidade espacial, havia no estado oito regiões urbanas pequenas, independentes entre si, ligadas às metrópoles do Sul, Curitiba e Porto Alegre, quanto ao consumo de bens e serviços, e às metrópoles maiores,

principalmente São Paulo, quanto ao escoamento da produção.

Desde as origens, a rede urbana catarinense vem apresentando características singulares decorrentes da compartimentação do espaço natural, a qual se somaram determinações humanas de várias ordens que acabaram transformando as diferentes regiões do Estado em pólos geo-econômicos, que geraram várias sub-regiões urbanas independentes, cada qual com sua cidade pólo. (PEREIRA, 2007, p. 3).

Atualmente, o estado catarinense já está mais integrado, sob vários aspectos, como o transporte e as comunicações. Contudo, mesmo após as mudanças nas últimas quatro décadas, Santa Catarina ainda é caracterizada por uma multipolarização do sistema urbano, consequência da sua organização sócio-espacial. As redes de televisão estadual, na medida do possível (viabilidade técnica dos canais e recursos para investimento), procuram se adequar a esse sistema multipolar. Assim, as emissoras de televisão, quase sempre, são instaladas nas cidades-pólo das regiões urbanas. A seguir, faz-se algumas considerações sobre as cidades que possuem geradoras de TV da RIC Record e seus respectivos contextos regionais. Neste capítulo, adotou-se a regionalização¹¹⁰ realizada por Mamigonian em 1966, visto que, em linhas gerais, ela continua válida na atualidade. Como mudanças, nas últimas quatro décadas, pode-se apontar a maior integração entre as regiões, o declínio de alguns setores econômicos e a ascensão (ou mesmo surgimento) de outros, e o aumento ou decréscimo na centralidade exercida por algumas cidades. Para se estudar as regiões urbanas, é preciso compreender as suas respectivas formações sócio-espaciais. O geógrafo Milton Santos, no texto *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método*, publicado em 1979, escreve que a categoria de Formação Econômica e Social

diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais freqüentemente lhes

110 O mapa com a regionalização realizada por Mamigonian (1966), encontra-se no capítulo 3 deste TCC. No artigo *Vida Regional em Santa Catarina*, o autor, para o entendimento das regiões urbanas, também apresenta as regiões catarinenses quanto à produção, a saber: 1. O litoral açoreano, de povoamento antigo, na área de Florianópolis; 2. O planalto de criação extensiva de bovinos e de economia madeireira, nas áreas de Lages e norte-catarinense; 3. As áreas de colonização alemã recente, a partir de 1850, principalmente o Vale do Itajaí e a área de Joinville; 4. A área carbonífera do Sul, de colonização italiana também recente; e 5. as áreas de colonização predominante italiana muito recente, a partir do século XX, no Vale do Rio do Peixe e Oeste Catarinense.

provém o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta”. (SANTOS, 1979, p. 10).

À Formação Econômica e Social, o geógrafo inclui a categoria de espaço, logo, “trata-se de fato de uma categoria de Formação Econômica, Social e Espacial”. Conforme Espíndola e Silva¹¹¹, “Milton Santos demonstra que ela [formação social] não pode ser tratada sem a noção de espaço geográfico, afinal, este aparece tanto como produto como uma condição de (re)produção das relações sociais” (p. 1).

Antes propriamente da divisão do estado de Santa Catarina em regiões urbanas, deve-se considerar a divisão maior (natural), entre a região do Planalto e a região do Litoral e Encostas (Peluso JR, 1991). A partir dessa consideração, a seguir, trata-se inicialmente da fachada atlântica do território catarinense.

A colonização das regiões de Florianópolis, de Joinville, do Vale do Itajaí, e do Sul ocorreram em épocas distintas. Na costa (no norte, no centro e no sul do litoral) os primeiros núcleos de povoamento surgiram no século XVII, São Francisco do Sul (1658), Nossa Senhora do Desterro (1662) e Laguna (1658), por iniciativa de colonizadores vindos da então Capitania de São Vicente (atual São Paulo), como por exemplo, Francisco Dias Velho, em Desterro. Posteriormente, no século XVIII, vieram os casais açorianos e madeirenses, que complementaram o povoamento inicial do litoral.

O processo de desenvolvimento urbano da Ilha de Santa Catarina, conforme Bastos (2000), em linhas gerais, possui três grandes fases. A primeira urbanização está ligada à ascensão da pequena produção mercantil açoriana, que entre o final do século XVIII e início do século XIX, tornou-se exportadora de gêneros alimentícios, como farinha de mandioca, peixe salgado, entre outros. Segundo o autor, esta primeira fase também está relacionada ao estabelecimento das milícias portuguesas do Brasil meridional e à função administrativa de capital da Província.

A segunda fase começou por volta de 1875, quando Desterro é promovida à condição de praça comercial importadora que vai abastecer as emergentes colônias de alemães e italianos, as quais estavam recém instaladas nos vales atlânticos de

111 ESPÍNDOLA, C.J.; SILVA, M.A. da. **Formação Sócio-Espacial: Um referencial aos estudos sobre Industrialização**. Disponível em: www.ourinhos.unesp.br/gedri/biblioteca/outros/artigos/espindola_01.pdf Acesso: 19 nov. 2010.

Santa Catarina. Nessa época, de acordo com Mamigonian (1966), “a fachada atlântica catarinense era a principal área de influência de Florianópolis” (p. 38). Na primeira metade do século XX, a capital catarinense perdeu aos poucos sua importância nos contextos regional e nacional. Nesse período, houve a decadência da pequena produção mercantil açoriana. A partir da década de 1930, a riqueza produtiva do interior do estado, caracterizada pelo avanço da industrialização das áreas alemãs, a institucionalização da extração do carvão mineral no sul, as exportações de madeira do planalto principalmente pelo Porto de Itajaí e o surgimento das agroindústrias do Oeste e Vale do Rio do Peixe, contribuiu para que a capital perdesse sua força econômica. Por volta de 1960, Florianópolis “estava longe de ser cidade pólo, porque as grandes indústrias e outras atividades econômicas de porte estavam espalhadas pelo interior do Estado, e seu setor terciário não havia se modernizado” (Mamigonian, 1986, p. 1).

Já a terceira fase está relacionada à inserção da capital do estado no contexto do capitalismo industrial brasileiro e catarinense, que começou com mais vigor a partir da segunda metade dos anos 1950. Nesse período, Florianópolis recebe grandes investimentos do poder público estadual e federal. A capital passa a exercer novas funções administrativas, com o surgimento de órgãos como o Besc, a Celesc e a Telesc, no âmbito estadual, e a UFSC e a Eletrosul, em âmbito federal. Os investimentos recebidos pela cidade contribuíram para a aceleração da urbanização. Atualmente, Florianópolis está conurbada com os municípios de São José, Palhoça e Biguaçu, que, de certa forma, constituem áreas de expansão urbana da capital.

Entre o final do século XX e início do século XXI, a influência de Florianópolis sobre os demais municípios catarinenses aumentou, contudo, ainda não chega aos níveis exercidos pelas outras capitais do Sul do Brasil nos seus respectivos estados¹¹².

Se até mais da metade do século passado [XX] a expressão de

112 Curitiba, capital e maior cidade do Paraná, com 1.678.965 habitantes, possui mais que o triplo de população da segunda maior cidade paranaense, que é Londrina, com 493.358 pessoas, conforme dados do Censo 2010. Porto Alegre, capital e maior cidade do Rio Grande do Sul, com 1.365.039 habitantes, possui mais que o triplo de população na segunda maior cidade gaúcha, que é Caxias do Sul, com 427.664 pessoas, também de acordo com o Censo 2010. Já em Santa Catarina, enquanto a Florianópolis possui 404.224 habitantes, Joinville, que é a maior cidade catarinense, tem 509.293, ainda assim, não chega a ter o dobro da população da capital.

Florianópolis no contexto catarinense restringia-se basicamente às suas funções político-administrativas como capital do estado, percebe-se hoje que a complexificação de suas funções não só ampliou a sua importância regional como, dependendo da distância e do acesso, minimizou a influência das capitais dos estados vizinhos sobre Santa Catarina, além de ter se transformado num importante destino turístico. (PEREIRA, 2007, p. 8)

A cidade de Florianópolis exerce uma grande influência sobre as demais cidades catarinenses, pela condição de ser a capital de Santa Catarina, ainda que outras capitais, como Porto Alegre e Curitiba, também tenham influência sobre algumas cidades do estado. Assim, a influência de Florianópolis não é uniforme em todo o território Barriga Verde. Peluso Junior (1991), ao pesquisar a identidade catarinense, escreve que “o sentimento de catarinensismo é forte na capital (Florianópolis) e em toda a microrregião da Grande Florianópolis” (p. 270). Segundo o autor, o catarinensismo¹¹³ perde força a partir desta região central para a periferia. Para Peluso Junior, a função de capital exercida por Florianópolis pode servir de indicador do grau de catarinensismo.

Por ser a capital administrativa de Santa Catarina, Florianópolis é sede de órgãos do governo, tanto estadual quanto federal, o que gera um poder de atração da cidade sobre os demais municípios catarinenses, cujos habitantes vêm à capital em busca dos serviços prestados por esses órgãos. Por exemplo, em nível estadual, situam-se em Florianópolis o Centro Administrativo do Governo e a Assembléia Legislativa de Santa Catarina (Alesc). Em relação ao setor televisivo a capital é sede das cabeças de rede (geradoras principais) das emissoras de TV catarinenses que possuem alcance estadual (RBS, RIC, TVBV, SBT). Alguns programas são produzidos e gerados a partir de Florianópolis para todo o estado, o que contribui para aumentar a influência da capital sobre as demais cidades catarinenses. Além disso, Florianópolis é o município com o maior número de geradoras, seis no total.

As regiões urbanas de Joinville e do Vale do Itajaí possuem como característica a colonização alemã recente, por exemplo, Blumenau a partir de 1850 e Joinville a partir de 1851. Inicialmente, instalaram-se nessas regiões pequenas explorações policultoras. Contudo, “no Vale do Itajaí, bem como na área de Joinville, as cidades nasceram a partir da atividade industrial” (Mamigonian, 1966, p. 35). A

113 Conforme Peluso Junior (1991), “O catarinensismo, porém, é fácil de se encontrar, porque se manifesta em indivíduos da comunidade. Como sentimento que é, o catarinensismo apresenta intensidade variável.” (p. 270).

região do nordeste catarinense, onde está Joinville, caracteriza-se pela especialização metal-mecânica. De acordo com Espíndola e Silva, nessa região, como também no oeste catarinense, “a gênese do capitalismo se inscreve no movimento amplo da expansão dos pequenos negócios” (p. 3). Ressalta-se que o êxito (industrial) da pequena produção mercantil, predominante nessas áreas, deve-se ao fato de que os imigrantes alemães já vivenciavam, antes de chegarem a Santa Catarina, um processo de industrialização em suas terras de origem. Em relação à hierarquia urbana, nota-se que tanto na região de Joinville quanto na do Vale do Itajaí, o equilíbrio da vida regional relatado por Mamigonian em 1966 permanece na atualidade, visto que além das capitais regionais, existem centros sub-regionais, como Jaraguá do Sul e São Francisco do Sul, na primeira, e Itajaí e Brusque, na segunda.

Em trabalho de 1986, o geógrafo citado acima ressalta que há uma forte regionalização dos ramos industriais em Santa Catarina, por exemplo, metal-mecânico, elétrico-comunicação e transportes, na área de Joinville-Jaraguá do Sul e arredores, e produção alimentar, ligada ao Oeste catarinense. Mamigonian, ao vincular a análise dos ramos às regiões industriais, distingue três regiões industriais importantes: áreas alemães, com mais da metade da produção do estado; área carbonífera-cerâmica do sul do Estado¹¹⁴; e o Oeste agro-industrial.

Conforme o autor, na Região Industrial de Origem Alemã, Joinville e Blumenau possuíam em 1980 58% e 55%, respectivamente, da mão-de-obra no setor secundário. Nessa região, essas duas cidades são os centros industriais mais importantes. Há também centros industriais menores, como Jaraguá do Sul, Brusque, São Bento, Rio Negrinho, entre outros. Em relação aos ramos industriais, concentrados geograficamente na região industrial alemã, Mamigonian (1986) relaciona “os do departamento 1 (metalurgia, mecânica, elétrico-comunicações, material transporte e plásticos) e do departamento de bens de consumo (têxtil, vestuário-artefatos têxteis, “química” e mobiliário)” (p. 13). As áreas alemãs possuem

114 Na regionalização realizada por Mamigonian em 2000, comparada a de 1966, nota-se o aparecimento do setor cerâmico na região sul catarinense. Em 1966, por exemplo, foi criada a empresa Cerâmica Criciúma S.A. (Cecrisa), por iniciativa do empresário Manoel Dilor de Freitas, filho de Diomício Freitas. Ressalta-se que Dilor de Freitas foi o proprietário da TV Eldorado, de Criciúma, que se tornou a Rede de Comunicações Eldorado (RCE), extinta em 1995. Já a Eliane Revestimentos Cerâmicos, que tem sede em Cocal do Sul, foi fundada em 1960.

uma produção diversificada, com empresas que tem porte nacional ou até mesmo mundial, como a Tigre e a Tupy, de Joinville, e a Weg, em Jaraguá do Sul.

Quanto à televisão, as emissoras que cobrem o norte e o nordeste catarinense têm sede em Joinville. A cidade possui três geradoras. A região que Mamigonian (1966) define como Planalto norte-catarinense¹¹⁵ compõe as áreas de cobertura das emissoras que têm sede em Joinville, por exemplo, RBS TV e RIC Record, que também possuem sucursais em Jaraguá do Sul.

A cidade de Blumenau possui um destaque na história das comunicações em Santa Catarina, visto que lá surgiram a primeira rádio e a primeira televisão do estado. Atualmente, a cidade tem três geradoras: a RBS TV, a RIC Record e a Furb TV. Também possui sucursais do SBT e da TV Barriga Verde. Já a cidade de Brusque tem uma sucursal da RIC Record.

Quanto às regiões urbanas, Itajaí compõe a região do Vale do Itajaí, mas em relação às regiões quanto à produção, a cidade possui uma formação diferente das demais cidades do médio e alto vale, visto que a colonização predominante foi a açoriana, embora possua influência da colonização alemã, inclusive, com investimentos na economia da cidade. O desenvolvimento de Itajaí está fortemente ligado ao porto da cidade que, por sua vez, está ligado ao desenvolvimento das economias regionais do vale e do planalto. De acordo com Bastos (2000), a partir de 1930, as exportações de madeira do planalto principalmente através do Porto de Itajaí, transformaram-o no maior porto madeireiro do Sul do Brasil. Atualmente, o Porto de Itajaí é grande exportador de congelados da agroindústria catarinense. A cidade também se destaca na indústria de construção naval. Em relação aos serviços, o município é sede da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Itajaí tem três geradoras de televisão, a RIC Record, a TV Brasil Esperança e a TV Univali (em implantação). Na cidade, também há uma sucursal da RBS TV e uma da TV Barriga Verde.

A região Sul catarinense é caracterizada pela colonização italiana, a partir da segunda metade do século XIX. O desenvolvimento urbano da região esteve ligado à indústria do carvão. Durante a Primeira Guerra Mundial, devido à falta de carvão estrangeiro, as empresas brasileiras passaram a extrair o carvão nacional. Depois

115 Das oito regiões urbanas apontados por Mamigonian, a do Planalto norte-catarinense é a única que não possui uma sede de geradora.

da guerra, em 1931, um decreto do governo estipulou um limite mínimo de consumo de 10% do carvão nacional, valor que subiu para 20% em 1937. Durante a Segunda Guerra mundial houve um aumento da produção do carvão na região, também com o objetivo de substituir o estrangeiro. A indústria do carvão teve um declínio considerável na década de 1990, com a abertura comercial do Governo Collor, que liberou totalmente a importação do carvão. A região sul também se destaca no setor cerâmico, na indústria de confecção, na produção de plásticos descartáveis, entre outros setores.

De acordo com Mamigonian (1986), o sul catarinense possui vários centros industriais, como Criciúma, o quarto maior centro industrial do estado, Tubarão, Urussanga e Imbituba. Nessa região, a anomalia descrita pelo autor (1966), da existência de duas capitais regionais equivalentes, pode-se dizer que deixou de existir, visto que Criciúma assumiu a dianteira¹¹⁶ em relação a Tubarão.

Na região Sul, Criciúma tem duas geradoras de TV, uma da RBS e outra da RIC¹¹⁷; Tubarão tem uma geradora, a Unisul TV; e Araranguá tem uma geradora, a ARTV. Criciúma também tem uma sucursal do SBT e outra da TVBV, já Tubarão tem sucursal da Barriga Verde.

A região do Oeste Catarinense teve uma colonização predominantemente italiana, a partir do século XX. Por volta de 1910, descendentes de italianos vindos do Rio Grande Sul ocuparam essa região. Contudo, descendentes de alemães também vieram a colonizar o oeste do estado. Conforme Mamigonian (2000), o oeste “foi povoado por pequenos proprietários policultores, com tendência desde o início (1920-30) a produção comercial de suínos e milho” (p. 24). A partir da década de 1960, os colonos começaram a se integrar às agro-indústrias, as quais predominam na região. Destacam-se no oeste as produções de suínos e de aves.

Na região oeste, Chapecó possui duas geradoras, uma da RIC e outra da RBS, e Xanxerê tem uma geradora, da RIC. As emissoras afiliadas da Record nesses dois municípios, devido ao perfil da região, apresentam aos domingos o

116 Conforme dados de 2006, o PIB de Criciúma é de R\$ 2.366.248.000, enquanto o de Tubarão é de R\$ 1.219.044.000. Em relação à população, de acordo com o Censo 2010, Criciúma tem 191.473 habitantes e Tubarão 96.284.

117 Por enquanto, em Criciúma, só há a geração do sinal, possivelmente com comerciais locais. Existe, por parte da RIC, produção de conteúdo jornalístico na cidade, mas não se pode dizer que a emissora está efetivamente instalada, pois ainda não são exibidos programas locais. O jornal do Meio Dia, por exemplo, exibido em Criciúma é o mesmo de Florianópolis.

“Oeste Rural”, o qual não tem um programa semelhante nas demais emissoras da rede no estado. Já no Paraná, as quatro emissoras de TV do grupo, exibem também aos domingos o “RIC Rural”.

Das sete geradoras de TV da RIC Record, uma está na região de Florianópolis, uma na região de Joinville, duas na região do Vale do Itajaí, uma na região sul e duas na região oeste. A rede não possui geradoras nas regiões planalto norte-catarinense, de Lages e do Vale do Rio do Peixe, embora tenha sucursais em Lages e em Joaçaba.

Além das regiões urbanas, há outras possibilidades de regionalização do estado de Santa Catarina. Abaixo, para comparação, apresenta-se um quadro com as cidades que possuem geradoras de TV da RIC e as suas respectivas regiões, conforme o tipo de regionalização. No quadro, constam as mesorregiões e microrregiões (IBGE), regiões metropolitanas¹¹⁸, associações de municípios, Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) e regiões hidrográficas nas quais as sete cidades estudadas se encontram. Nesse quadro, também aparece a regionalização quanto à produção, apontada por Mamigonian (1966).

118 A Lei Complementar nº 162, de 06 de janeiro de 1998, instituiu as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí e do Norte/Nordeste Catarinense, compostas por um núcleo metropolitano e por uma área de expansão. Essa Lei foi parcialmente revogada pela Lei Complementar nº 284/05 e revogada totalmente pela Lei Complementar 381/07, que extinguiram as Regiões Metropolitanas de Santa Catarina. Agora, com a Lei Complementar nº 495, de 26 de janeiro de 2010, foram criadas as seguintes Regiões Metropolitanas: de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera e de Tubarão.

Quadro 7: Tipos de regionalização de Santa Catarina

	Regiões quanto à produção (Mamigonian, 1966)	Regiões urbanas (Mamigonian, 1966)	Mesorregiões e Microrregiões (IBGE)	Regiões Metropolitanas	Associações de Municípios	Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR)	Regiões Hidrográficas
Florianópolis	Litoral açoreano, de povoamento antigo (século XVIII).	Região de Florianópolis	Mesorregião da Grande Florianópolis e Microrregião de Florianópolis	Região Metropolitana de Florianópolis	Associação dos Municípios da Grande Florianópolis (Granfpolis)	Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) da Grande Florianópolis	Região Hidrográfica Litoral Centro
Joinville	Áreas alemãs de colonização recente (1850 em diante).	Região de Joinville	Mesorregião Norte Catarinense e Microrregião de Joinville	Região Metropolitana do Norte/Nordeste Catarinense	Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina (Amunesc)	Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Joinville	Região Hidrográfica da Baixada Norte
Blumenau	Áreas alemãs de colonização recente (1850 em diante).	Região do Vale do Itajaí	Mesorregião do Vale do Itajaí e Microrregião de Blumenau	Região Metropolitana do Vale do Itajaí	Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI)	Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Blumenau	Região Hidrográfica do Vale do Itajaí
Criciúma	Área carbonífera do Sul, de colonização italiana recente.	Região Sul	Mesorregião Sul Catarinense e Microrregião de Criciúma	Região Metropolitana Carbonífera	Associação dos Municípios da Região Carbonífera (Amrec)	Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Criciúma	Região Hidrográfica do Extremo Sul Catarinense
Chapecó	Áreas de colonização predominantemente italiana, muito recentes (séc. XX).	Região Oeste Catarinense	Mesorregião Oeste Catarinense e Microrregião de Chapecó	sem	Associação dos Municípios do Oeste Catarinense (Amosc)	Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Chapecó	Região Hidrográfica do Meio Oeste
Itajaí		Região do Vale do Itajaí	Mesorregião do Vale do Itajaí e Microrregião de	Região Metropolitana da Foz do Rio Itajaí	Associação de Municípios da Foz do Rio Itajaí (Amfri)	Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de	Região Hidrográfica do Vale do Itajaí

			Itajaí			Itajaí	
Xanxerê	Áreas de colonização predominantemente italiana, muito recentes (séc. XX).	Região Oeste Catarinense	Mesorregião Oeste Catarinense e Microrregião de Xanxerê	sem	Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai)	Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Xanxerê	Região Hidrográfica do Meio Oeste

Com base no que foi exposto, conclui-se que o estado de Santa Catarina é composto por um sistema urbano multipolar, resultado da organização sócio-espacial catarinense. Diferente de outros estados, no Barriga Verde não há o predomínio de uma só cidade. Para responder às demandas da diversidade regional do estado, as redes de televisão precisaram se adaptar à realidade presente. Para tanto, a distribuição das emissoras de TV no território procura atender aos anseios que as respectivas regiões têm de serem representadas na programação das televisões. Mesmo emissoras como o SBT-SC e a TV Barriga Verde¹¹⁹, que não têm tantas geradoras, como as principais concorrentes, RBS e RIC, possuem sucursais ou centros de produção jornalística e departamentos comerciais em todas as regiões do estado.

Ciente das peculiaridades do estado catarinense, a RIC possui uma política de regionalização expressa da programação, que antecede ao surgimento da própria rede em Santa Catarina. Quando as emissoras pertencentes ao Grupo Petrelli no estado ainda eram afiliadas do SBT, durante um período, foram chamadas de “SBT (nome da cidade) – 100% Regional”. O vice-presidente da RIC em Santa Catarina, Marcello Petrelli, em entrevista ao portal Acontecendo Aqui, ao explicar os motivos pelos quais a rede resolveu optar pela Record no estado, citou a importância da questão regional.

Temos que reconhecer a excelência do Silvio Santos, um ícone da comunicação brasileira e um empresário de sucesso, mas falta à sua empresa [SBT] uma estrutura de equipe de primeira linha, capaz de sustentar as audiências nos patamares anteriormente obtidos. E isso vinha impedindo darmos continuidade ao crescimento regional, posicionamento fundamental em Santa Catarina que, por seu ecletismo e economia descentralizada, exige uma comunicação regional. (PETRELLI, 2007).

Atualmente, com exceção da emissora de Criciúma, as demais emissoras da RIC Record em Santa Catarina possuem a edição local do Jornal do Meio-Dia e do programa de variedades Ver Mais. Alguns programas são próprios de cada emissora, como o Conexão Brusque, da RIC Record Blumenau, e o Oeste Rural, das emissoras da RIC Record de Chapecó e de Xanxerê.

¹¹⁹ O SBT Santa Catarina, além da sede em Florianópolis, possui sucursais em: Lages, Joinville, Blumenau, Criciúma, Chapecó e Joaçaba. Já a TVBV, que também tem sede na capital, possui sucursais em: Criciúma, Tubarão, Itajaí, Blumenau, Joinville, Chapecó, Joaçaba e Lages.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A televisão, enquanto aparelho e processo de transmissão de imagens, é resultado dos esforços acumulados de cientistas e inventores de vários países. A televisão chegou ao Brasil relativamente cedo em relação aos países do centro do sistema capitalista, como Inglaterra e Estados Unidos. A TV Tupi de São Paulo, inaugurada em 1950, por iniciativa de Assis Chateaubriand, foi a primeira emissora de TV da América do Sul, que surgiu 14 anos após a estreia da BBC de Londres, por exemplo.

Os serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão) fazem parte dos serviços de telecomunicações. No Brasil, há várias décadas, o Estado controla o setor de radiodifusão, pois tem o poder de outorgar a concessão do uso das ondas eletromagnéticas, pelas quais são transmitidos os sinais de rádio e de TV. No país, o tempo de concessão de um canal de televisão é de 15 anos, o qual pode ser renovado por período sucessivo e igual.

Nos primeiros anos de existência no Brasil, a televisão era ao vivo e local, devido à tecnologia existente na época. Com a introdução do videoteipe (VT) no país, a partir da década de 1960, os programas puderam ser gravados e, assim, veiculados em diversos lugares, mas ainda não simultaneamente para todo o território nacional. Nessa época, as transmissões ocorriam pelo sistema de micro-ondas. As redes de TV só passaram a existir com o uso do satélite, a partir de 1969. A TV Globo foi a primeira a utilizar a nova tecnologia e a primeira a formar uma rede de televisão. Ressalta-se, então, uma relação estreita entre o alcance das transmissões (a cobertura geográfica) e o tipo de tecnologia empregado.

Algumas redes de TV se organizam em três níveis, tanto do ponto de vista da programação quanto do comercial, que são: o local, o regional e o nacional. Dessa forma, existem emissoras que cobrem uma cidade ou um grupo de cidades, no nível local, várias emissoras em um estado constituem uma rede estadual (regional), além das redes nacionais, formadas por emissoras afiliadas presentes em vários estados do país. A autora Dulce Márcia Cruz (1996) salienta que o modelo de TV regional, com uma cabeça de rede na capital e várias emissoras no interior dos estados, foi uma experiência pioneira da RBS TV. Por meio desse modelo, a rede tem o “aproveitamento dos mercados regionais, por emissoras pequenas, enxutas, de alta

lucratividade, que encontram na produção local sua fonte de recursos e de credibilidade junto à comunidade” (p. 178). A RIC Record também segue o modelo de TV regional e, de certa forma, até com mais intensidade do que a RBS, visto que cada emissora da família Petrelli no interior de Santa Catarina, no caso da faixa de horário do meio-dia, exhibe uma programação própria para a sua respectiva área de cobertura. Já no caso da RBS, com exceção das emissoras de Joinville e de Blumenau, as demais emissoras do interior ainda exibem alguns blocos do Jornal do Almoço produzidos e gerados a partir de Florianópolis.

Em relação à localização das emissoras de televisão em Santa Catarina, percebe-se que ela reflete, em parte, a organização sócio-espacial do estado, a qual, por sua vez, é resultado de um desenvolvimento histórico, político, econômico e social acumulado, cujo processo deu origem, grosso modo, a duas formações sócio-espaciais distintas, representadas pelas áreas de pequena produção mercantil e latifúndio pastoril. Da mesma forma que a população, as emissoras da RIC Record, assim como as emissoras de TV catarinenses em geral, concentram-se na região que PELUSO JR (1991) denominou de Litoral e Encostas. Nas áreas de colonização açoriana e, principalmente, nas áreas coloniais dos vales atlânticos o dinamismo da pequena produção permitiu iniciativas pioneiras na instalação de emissoras de TV, como foi o caso de Florianópolis e de Blumenau, na década de 1960, conforme exposto no capítulo 3. Vale ressaltar que em Santa Catarina, como em outros estados brasileiros, os meios de comunicação pertencem a poucas empresas, das quais muitas são familiares.

Geralmente, as sedes das emissoras de televisão estão situadas em cidades-polo das mesorregiões, contudo, podem ocorrer exceções, devido à necessidade de viabilidade técnica para a instalação dos canais. A distribuição ou “o arranjo” das emissoras de TV no território catarinense surge, então, como forma, resultante da organização sócio-espacial, a qual, por sua vez, é fruto de distintas formações sócio-espaciais. A função das redes de televisão, para além de informar e entreter, também é de integrar o território. Da mesma forma que, em nível nacional, há alguns momentos em que todos os estados da Federação recebem uma única programação, em nível estadual, em algumas faixas de horário, as várias regiões também recebem uma programação igual.

A Rede Independência de Comunicação, objeto de estudo desse trabalho, é uma empresa familiar, fundada pelo catarinense Mário Petrelli. A RIC existe no Paraná desde 1987 e em Santa Catarina desde 1989, mas com esse nome somente a partir de 2008. Nesse ano, houve a fusão entre a Rede SC, pertencente a Petrelli, e a Record SC, do grupo ligado à Igreja Universal. Atualmente, a RIC Record é a rede estadual com o maior número de geradoras de TV em Santa Catarina, sete no total. A rede tem uma política expressa de regionalização da programação, com o objetivo de atrair a audiência do público, que ao se sentir representado na TV, cria uma identificação com as emissoras do grupo. Por ser resultado de uma fusão, a RIC possui emissoras próximas, como a de Chapecó com a de Xanxerê e a de Itajaí com a de Blumenau. A partir de 2008, a RIC passou a ser a segunda maior rede de TV em Santa Catarina e a ameaçar a hegemonia da RBS TV, líder de audiência há vários anos no estado.

A televisão atualmente vive uma fase transitória, da analógica para a digital. A nova tecnologia permite melhores qualidades de som e de imagem, além da possibilidade do telespectador interagir com a TV. Por enquanto, estão previstos canais digitais para as cidades que já possuem canais analógicos. Nessa fase de transição, por meio de um termo de consignação assinado pelo Ministério das Comunicações, as emissoras recebem uma canal adicional para operar nos dois sistemas de transmissão.

Apesar de não ser um objeto de estudo usual da Geografia, os meios de comunicação também podem ser analisados sob a ótica da ciência geográfica. À medida do possível, este trabalho de conclusão de curso buscou realizar essa tarefa, ao tentar compreender a distribuição espacial das emissoras de uma rede de TV no território de Santa Catarina, no ano em que a televisão completou 60 anos no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Roberto. **Acontecendo Aqui**. 30/07/2008. Entrevista. Disponível: <www.acontecendoaqui.com.br/index.asp?dep=22&entrevistado=43> Acesso: 7 nov. 2010.

AMORIM, Antonio C. Bellini. **Rede Record: 45 anos de história = 45 years of history**. [S.l.]: Antonio Bellini Editora & Design, 1999. 124p.

AMORIM, Maristela. **A TV Florianópolis: os primeiros tempos da televisão em Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Comunicação - Habilitação Jornalismo, Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1984.

ANATEL. Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD). Disponível: <<http://sistemas.anatel.gov.br/SRD/>> Acesso em: 29 set. 2010.

ANATEL. Sistema de Informação dos Serviços de Comunicação de Massa (Siscom). Disponível em: <<http://sistemas.anatel.gov.br/siscom/consplanobasico/default.asp>> Acesso: 13 nov. 2010.

A NOTÍCIA. Estréia hoje programação da TV Cidade dos Príncipes. 31 jul. 2000. Disponível em: <www1.an.com.br/2000/jul/31/0ane.htm> Acesso: 15 nov. 2010.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. História do Jornal no Mundo. Disponível: <www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianomundo/historiadojornal.pdf> Acesso: 27 out. 2010.

BAND. Atlas de Cobertura. Disponível em: <www.band.com.br/comercial/atlas.asp> Acesso em: 2 nov. 2010.

BASTOS, José Messias. Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina. In: SANTOS, Maurício Aurélio dos (org.). **Ensaio sobre Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000. p. 127-140.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso: 15 out. 2010.

BRASIL. Decreto nº 5.280, de 29 de junho de 2006. Dispõe sobre a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm> Acesso: 16 nov. 2010.

BRASIL. Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005. Aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/D5371.htm> Acesso: 31 out. 2010.

BRASIL. Decreto nº 52.026, de 20 de maio de 1963. Aprova o Regulamento Geral para Execução da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Disponível em: <www.planalto.gov.br/Ccivil/decreto/1950-1969/D52026.htm> Acesso: 31 out. 2010.

BRASIL. Decreto nº 97.057, de 10 de novembro de 1988. Altera os Títulos I, II e III do Regulamento Geral para execução da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/1980-1989/D97057.htm> Acesso: 31 out. 2010.

BRASIL. Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4117.htm> Acesso: 15 ago. 2010.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 105p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 256-E1, de 1991. Disponível em: <www.camara.gov.br/sileg/integras/153114.pdf> Acesso: 15 nov. 2010.

CAROS OUVINTES. Instituto Caros Ouvintes. TV Catarina apresenta: Flávio de Almeida Coelho-2. Disponível: <www.carosouvintes.org.br/blog/?p=2238> Acesso: 15 ago. 2010.

CAROS OUVINTES. Instituto Caros Ouvintes. TV Catarina apresenta: Mário José Gonzaga Petrelli – 1. Disponível em: <www.carosouvintes.org.br/blog/?p=2426> Acesso: 27 ago. 2010.

CARTA CAPITAL. O debate desinterditado. 11 de novembro de 2009. pp. 40 e 41

CENTRO DE REFERÊNCIA VIRTUAL DO PROFESSOR. Esquema do espectro eletromagnético. Imagem. Minas Gerais. Disponível em: <<http://crv.educacao.mg.gov.br>> Acesso: 25 out. 2010.

CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS. Disponível em: <www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnaefiscal/txtcnae.htm> Acesso: 1º set. 2010.

CONECOM/SC. Conferência Estadual da Comunicação - Santa Catarina. Disponível em: <www.comunica-sc.org.br> Acesso: 31 out. 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo (SP): Atica, 1989. 94p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. 8.ed. São Paulo: Ática, 2007. 93p.

COSTA, Luciano Martins. **Quatro séculos de jornalismo**. Observatório da Imprensa. 2005. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=319MCH001>. Acesso em: 25 out. 2010

CHRISTOFOLETTI, Rogério; COZER, Karis R.B. Oligopólio no sistema de radiodifusão de Santa Catarina. In: X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Blumenau – 28 a 30 de maio de 2009. 9 p. **Anais...** Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2009/resumos/R16-1100-1.pdf> Acesso: 31 out. 2010.

CLICK MARKET. RBS lança hagah em Curitiba. Disponível em: <www.clickmarket.com.br/portal/index.php?cat=2&id=8529> Acesso: 30 out. 2010.

CLICK MARKET. RIC completa 20 anos. Disponível: <www.clickmarket.com.br/portal/?cat=2&pchave=147&contchave=147&atual=4&min=3> Acesso: 2 nov. 2010.

CLICK RIC. Grupo RIC é premiado do Top de Marketing ADVB/SC 2010. Disponível em: <www.clickric.com.br/ric.com/noticias.asp?id_cat=10&id=4002&estado=sc> Acesso: 15 nov. 2010.

CLICK RIC. Grupo RIC lança “Independência na Comunicação”. Disponível em:
<www.clickric.com.br/ric.com/noticias.asp?id_cat=10&id=2079&estado=sc> Acesso:
30 out. 2010.

CLICK RIC. Instituto RIC de Atitude Social. Disponível em:
<www.clickric.com.br/ric.com/noticias.asp?id_cat=5&id=1968&estado=pr> Acesso:
15 nov. 2010.

CLICK RIC. Jornal Meio Dia é líder em Itajaí. Disponível em:
<www.clickric.com.br/ric.com/noticias.asp?id_cat=5&id=2483&estado=sc> Acesso:
14 set. 2010.

CLICK RIC. Presidente da Rede Record no Paraná. Disponível em:
<www.clickric.com.br/ric.com/noticias.asp?id_cat=10&id=3122&estado=sc> Acesso:
31 out. 2010.

CLICK RIC. Programação Regional RIC. Disponível em:
<www.clickric.com.br/ric.com/ric_reg.asp> Acesso: 15 nov. 2010.

CLICK RIC. RIC Record. Audiência Florianópolis. Disponível em:
<www.clickric.com.br/ric.com/noticias.asp?id_cat=5&id=3837&estado=sc> Acesso
em: 8 outubro 2010.

CLICK RIC. Vídeo: Mário Petrelli fez palestra em Itajaí. Disponível em:
<www.clickric.com.br/ric.com/videos_busca_player.asp?chave=Petrelli&estado=sc&id=4479&estado_sel=sc> Acesso: 15 nov. 2010.

CRUZ, Dulce Márcia. **Televisão e negócio, a RBS em Santa Catarina.**
Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996. 198 p.

DICIONÁRIO MICHAELIS. Verbete Videoteipe. Disponível em:
<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=videoteipe>> Acesso: 3 nov. 2010.

DONOS DA MÍDIA. O mapa da comunicação social - dados consolidados.
Disponível em: <www.donosdamidia.com.br> Acesso: 31 out. 2010.

GLOBO. Direção Geral de Comercialização. Atlas de Cobertura. Disponível em: <<http://comercial.redeglobo.com.br/atlas2004/index.php>> Acesso: 2 nov. 2010.

GRUPO RBS. Tabela de Preços. Disponível em: <www.gruporbs.com.br/download/tabelas/tabela_tv.pdf> Acesso: 2 nov. 2010.

ESPÍNDOLA, C.J.; SILVA, M.A. da. **Formação Sócio-Espacial: Um referencial aos estudos sobre Industrialização**. Disponível em: <www.ourinhos.unesp.br/gedri/biblioteca/outros/artigos/espindola_01.pdf> Acesso: 19 nov. 2010.

ESTADÃO. TV Digital no Brasil. Disponível: <www.estadao.com.br/tvdigital/globoembratel.shtm> Acesso: 16 nov. 2010.

FANTIN, Júlio. 1º de junho de 2005: O dia em que parte de Santa Catarina amanheceu em luto!. Disponível em: <<http://juliofantin.blogspot.com/2009/06/1-de-junho-de-2005-o-dia-em-que-parte.html>> Acesso: 15 nov. 2010.

FANTIN, Júlio. Oligopólio e o abuso econômico em Santa Catarina. Observatório da Imprensa. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=538IPB005> Acesso: 31 out. 2010.

FRESCA, Tânia Maria. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: Edel, 2004. 403 p.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. Linha do Tempo Telecomunicações. <www.fundacaotelefonica.org.br/museu/Linha-do-tempo.aspx> Acesso: 16 nov. 2010.

IBGE. Dados Censo Demográfico 2010. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br Acesso: 05 nov. 2010.

IBGE. **Pesquisa Anual de Serviços 2008**. Volume 10. Rio de Janeiro: 2008. 204 p. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/pas2008/pas2008.pdf> Acesso: 25 out. 2010.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amstras de Domicílios**: Síntese de Indicadores

2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 288p. Disponível em:
www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf > Acesso: 25 out. 2010.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201 p. Disponível em: <<ftp://geofp.ibge.gov.br/Regic/regic.zip>> Acesso: 15 ago. 2010.

IBGE. **Suplemento Produtos e Serviços 2006-2007**. Pesquisa Anual de Serviços. Rio de Janeiro: IBGE, 2006-2007. 106 p. Disponível em:
www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/pas2007_suple_prod_serv/pas_sup2006_2007.pdf> Acesso: 15 ago. 2010.

JORNAL NACIONAL. Emissora de televisão nega superfaturamento. Site do Jornal Nacional. Fonte: <<http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0..MUL1273637-10406.00-EMISSIONA+DE+ELEVISAO+NEGA+SUPERFATURAMENTO.html>>
 Acesso: 15 nov. 2010.

JOSIAS DE SOUZA. Globo ameaça questionar legalidade da Record News. Disponível em: <http://josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br/arch2007-09-01_2007-09-30.html#2007_09-29_19_12_46-10045644-0> Acesso: 31 out. 2010.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 3. ed., rev. pelo autor. Florianópolis: Insular: Ed. da UFSC, 2001. 158 p.

LIMA, Maurício Andrade de; MENEZES, Emílio de Araújo. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro Tecnológico. **Proposta de um placar de performance para a indústria de comunicação de Santa Catarina: televisão**. Florianópolis, 1999. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Disponível em:
www.eps.ufsc.br/disserta99/lima/index.html> Acesso: 31 out. 2010.

LINS, Elizeo A.; MOTTIN, Gerson L.; NUNES, Rafael. **RIC - Rede Independência de Comunicação - TV Independência S/A - e a administração científica de Taylor**. Disponível em:
www.opet.com.br/revista/administracao_e_cienciascontabeis/pdf/n3/RIC-E-A-ADMINISTRACAO-CIENTIFICA-DE-TAYLOR.pdf> Acesso: 28 ago. 2010.

LOPES, Ivonete da Silva Lopes. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. **TVs educativas catarinenses: relações entre política, mercado e sociedade civil**. Niterói-RJ, 2010. Dissertação

(Mestrado) - Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. 187p. Disponível em: <www.bdt.d.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3789> Acesso: 29 out. 2010.

MAMIGONIAN, Armen. Indústria. In: **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis: GAPLAN, 1986.

MAMIGONIAN, Armen. Vida Regional em Santa Catarina. In: **Revista Orientação**. São Paulo: IG-USP, nº 2, 1966, p. 35-38.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 247 p.

MATTOS, Sérgio Ferreira de. **TV Barriga Verde de Florianópolis**: estudo de caso no período 1984/87. Dissertação de Mestrado, ECA/USP, 1992.

MICK, Jacques. **RBS expande seus domínios**. Observatório da Imprensa. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=448IPB002> Acesso: 30 out. 2010.

MICROFONE. História da Televisão Brasileira. Disponível em: <www.microfone.jor.br/historiadaTV.htm> Acesso: 16 nov. 2010.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Portaria nº 038, de 23 de janeiro de 1974. Disponível em: <www.mc.gov.br/images/radiodifusao/legislacao/sons-e-imagens-e-ancilares/tv/Portaria-nb0-038--de-23-de-Janeiro-de-1974.pdf> Acesso: 15 ago. 2010.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Novas emissoras vão transmitir o sinal de TV Digital. Disponível: <www.mc.gov.br/noticias-do-site/22890-novas-emissoras-va-transmitir-o-sinal-de-tv-digital> Acesso: 13 nov. 2010.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Resolução nº 284, de 7 de dezembro de 2001. Disponível em: <www.mc.gov.br/images/radiodifusao/legislacao/sons-e-imagens-e-ancilares/tv/Resolucao284-de-07122001.pdf> Acesso: 13 nov. 2010.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Texto O que é Radiodifusão. Disponível em: <www.mc.gov.br/images/radiodifusao/o-que-e-o-que-e.pdf> Acesso: 1º nov. 2010.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. TV Comercial. Disponível em:
<www.mc.gov.br/radiodifusao/tv/tv-comercial> Acesso: 18 nov. 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO. São Paulo. Justiça recebe denúncia do MP contra bispo Edir Macedo e mais 9 por formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. Disponível em:

<www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/noticias/publicacao_noticias/2009/ago09/Justi%C3%A7a%20recebe%20den%C3%A7a%20do%20MP%20contra%20bispo%20Edir%20Macedo%20e%20m> Acesso: 15 nov. 2010.

MUNHOZ, Eliane Regina. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. **A Rede Globo de Televisão no território através do sistema de emissoras afiliadas.** São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04112009-151837/publico/ELIANE_REGINA_MUNHOZ.pdf> Acesso: 15 ago. 2010.

NOTÍCIAS DO DIA. Editorial. Nosso Compromisso. Florianópolis, 29 abr. 2008. Capa, p. 1.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Dossiê das concessões de TV. Disponível: <www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/mat2008d.htm> Acesso: 7 nov. 2010.

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. **Aspectos geográficos de Santa Catarina.** Florianópolis: FCC: Ed. da UFSC, 1991. 284 p.

PEREIRA, Moacir. **Comunicação e Liberdade:** ensaio sobre a liberdade de imprensa nos regimes políticos. Florianópolis: Lunardelli, [1978?]. 78 p.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa e poder:** a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: FCC Edições: Lunardelli, 1992c. 172 p.

PEREIRA FILHO, José Eduardo. A Embratel: Da era da intervenção ao tempo da competição. In: **Revista de Sociologia Política.** Curitiba, nº 18, junho de 2002. pp. 33-47. Disponível: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782002000100004&script=sci_arttext> Acesso: 31 out. 2010.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. A particularidade do quadro urbano do

litoral catarinense no processo de urbanização do sul do Brasil. In Simpósio de Geografia Urbana, X, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: SIMPURB, 2007. pp. 01-17.

PERLES, João Batista. **Comunicação: conceitos, fundamentos e história**. Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação (Bocc). 2007. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/pag/perles-joao-comunicacao-conceitos-fundamentos-historia.pdf>. Acesso em: 20 out. 2010.

PETRELLI, Marcello. **Acontecendo Aqui**. Florianópolis, novembro de 2007. Entrevista. Disponível em: <<http://www.acontecendoaqui.com.br/index.asp?dep=22&entrevistado=36>> Acesso: 8 ago. 2010.

PORTAL DA PROPAGANDA. RIC Record investe na região Sul do Estado. Disponível em: <www.portaldapropaganda.com.br/portal/noticias/9489-ric-record-investe-na-regisul-do-estado> Acesso: 7 nov. 2010.

PORTAL SOCIAL. RBS. Bandeiras Institucionais. Disponível em: <www.clicrbs.com.br/especial/br/portal-social/conteudo,0,3532,Bandeiras-do-Grupo-RBS.html> Acesso: 30 out. 2010.

RÁDIO UFPR. A História do Rádio. Disponível: <www.radio.ufpr.br/LINKS/historia.htm> Acesso: 2 nov. 2010.

RECORD INTERNACIONAL. Disponível em: <recordinternacional.com.br> Acesso: 31 out. 2010.

REDE RECORD. História. Disponível em: <<http://rederecord.r7.com/historia.html>> Acesso: 21 nov. 2010

REDE RECORD. Sala de Imprensa. Disponível em: <www.rederecord.com.br/IMPRENSA/noticias.asp?n=11611> Acesso: 15 nov. 2010.

SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis: GAPLAN/SUEGI; [Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro], 1986. 173p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002. 384p.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petropolis: Vozes, 1979. 156p.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SEVERO, Antunes. TV Catarina apresenta: Mário José Gonzaga Petrelli – 1. Site do Instituto Caros Ouvintes. 2009. Disponível em: <www.carosouvintes.org.br/blog/?p=2426> Acesso: 27 ago. 2010.

SEVERO, Antunes. TV Catarina apresenta: Mário José Gonzaga Petrelli -2. Site do Instituto Caros Ouvintes. 2009. Disponível em: <www.carosouvintes.org.br/blog/?p=2523> Acesso em: 27 ago. 2010.

SIDRA. Banco de Dados do IBGE. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br> Acesso: 31 out. 2010.

SILVA, Anderson. Acontecendo Aqui. Setembro de 2007. Entrevista. Disponível em: <www.acontecendoaqui.com.br/index.asp?dep=22&entrevistado=23> Acesso: 15 nov. 2010.

SILVA, Etienne Luiz. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. **O Desenvolvimento econômico periférico e a formação da rede urbana de Santa Catarina**. Porto Alegre, 1978. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

SIMIS, Anita. A legislação sobre as concessões na radiodifusão. In: **UNlrevista**. Vol. 1, nº 3, julho de 2006. pp. 1-16. Disponível em: <www.alaic.net/ponencias/UNlrev_Simis.pdf> Acesso: 31 out. 2010.

TELESUR. Disponível em: <www.telesurtv.net/noticias/canal/index.php> Acesso: 31 out. 2010.

TRANSMISSÃO POR micro-ondas. Departamento de Informática - UFPB. Disponível em: <www.di.ufpb.br/raimundo/Tutoredes/ONDAS.gif> Acesso: 21 nov.

2010.

TV BRASIL. TV Brasil lança na segunda-feira seu canal internacional. Disponível em: <www.tvbrasil.org.br/saladeimprensa/noticia_588.asp> Acesso: 31 out. 2010.

TV GLOBO INTERNACIONAL. Disponível em: <tvglobointernacional.globo.com> Acesso: 31 out. 2010.

TV PESQUISA. RIC-TV investe em grade local o Paraná. Disponível: <www.tv-pesquisa.com.puc-rio.br/mostraregistro.asp?CodRegistro=133081> Acesso: 7 nov. 2010.

UNIVERSIDADE DO PORTO. Disciplina Geografia dos Transportes e Comunicação. Porto. Disponível: <http://sigarra.up.pt/flup/disciplinas_GERAL.FormView?P_ANO_LECTIVO=2004/2005&P_CAD_CODIGO=FLUP0803&P_PERIODO=1S> Acesso: 24 out. 2010.

UOL. Dados consolidados do Painel Nacional de Televisão (PNT), do Ibope. Disponível: <<http://noticias.uol.com.br/ooops/ultimas-noticias/2010/05/06/ibope-da-record-encalha-a-caminho-da-lideranca.jhtm>> Acesso: 8 nov. 2010.

VALENTE, César. A imprensa na Grande Florianópolis. In: BALDESSAR, M.J.; CHRISTOFOLETTI, R. (orgs.). **Jornalismo em perspectiva**. Florianópolis: [s.n.], 2005. p. 71-84.

VIEIRA, Maria Graciana E. de Deus e PEREIRA, Raquel Fontes do A. Formações sócio-espaciais catarinenses: notas preliminares. In: **Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina**. Florianópolis: CAPES/MEC, 1997. p. 453-463.

WIKIPEDIA. Cobertura geográfica da RIC TV no Paraná. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Cobertura_ricpr.jpg> Acesso: 2 nov. 2010.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA. **Atlas ambiental da região de Joinville:** complexo hídrico da Baía da Babitonga. Coordenação de Joachim L. W. Knie. Florianópolis: FATMA/GTZ, 2002. 139 p.

HMELJEVSKI, Jorge Ivan. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. **Modelo de avaliação do desempenho da área de operações comerciais de uma rede de emissoras de televisão.** Florianópolis, 2007. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Disponível em: <www.tede.ufsc.br/teses/PEPS5105.pdf> Acesso: 15 ago. 2010.

KURTH, Estela Doris. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Programa de Pós-Graduação em História. **A contribuição das afiliadas na formação das redes nacionais de televisão no Brasil : o caso da RBS - Rede Globo em Santa Catarina.** Florianópolis, 2006. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Disponível em: <www.tede.ufsc.br/teses/PHST0254.pdf> Acesso: 15 ago. 2010.

LUZ, EDUARDO RIVELINO DA; COSTA, JANE IARA PEREIRA DA; UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Análise dos hábitos de consumo de televisão da Região da Serra Catarinense.** 2005. 137 f. Dissertação (mestrado)-Universidade do Estado de Santa Catarina. Disponível: <www.pergamumweb.udesc.br/dados-bu/000000/000000000001/0000013B.pdf> Acesso: 15 set. 2010.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. **Atlas escolar de Santa Catarina.** Florianópolis: SEPLAN, 1991. 135p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. 473 p.

SOUZA, Carlos Alberto de. **O fundo do espelho é outro:** quem liga a RBS liga a Globo. Itajaí: Ed. da Univali, 1999. 242 p.